

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jacinto da Silva

**No Tempo da Escravidão
Experiências de Senhores e Escravos em
Bragança Paulista (1871-1888)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jacinto da Silva

**No Tempo da Escravidão
Experiências de Senhores e Escravos em
Bragança Paulista (1871-1888)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Professora Doutora Olga Brites.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

No momento em que finda este trabalho é importante lembrar algumas pessoas ou instituições que apoiaram ou deram suporte a essa pesquisa.

Primeiramente, agradeço ao CNPq pela concessão de uma bolsa de estudos que foi essencial na concretude dessa pesquisa.

À minha orientadora, professora Doutora Olga Brites, pelo profissionalismo na condução de todo o processo de feitura desse trabalho. Sempre que necessário fez observações precisas que muito me ajudaram a compreender o ofício do historiador.

Aos professores Doutores Jaime Rodrigues e Heloisa de Faria Cruz, pelos importantes comentários e críticas durante o exame de qualificação. Suas observações foram de fundamental importância para que esse trabalho tivesse esse formato e conteúdo.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC/SP, agradeço pela oportunidade de conviver com pessoas tão entusiasmadas pela pesquisa em História. Em especial ao grupo de professoras – Yara, Rosário, Heloisa e Estefânia – do Núcleo de Estudos Culturais da PUC-SP (NEC/PUC-SP).

À professora Lucília Siqueira, agradeço pela confiança que demonstrou desde as primeiras orientações, ainda no Lato-Sensu, e que resultaram no projeto de pesquisa, embrião desse trabalho.

A todos os colegas da PUC-SP pelo aprendizado que me proporcionaram através das ricas discussões e debates, dentro e fora da sala aula. Sempre trarei comigo boas lembranças de ter convivido com vocês – Fabiana, Cristina, Miti, Vitorino, André, Luis Cláudio, Carlos Leonardo, Fernando, Angela, Miranda, Cleyton, João, Silvia, Juliana, Lucelmo, Luis, Luiz Blume, Mazé, Marta, Pedro Paulo, Ricardo, Rosana, Cesar e Joana.

Aos professores da graduação na FESB de Bragança, Valter Martins, Lúcia Ribas, João Miguel, Juliana Ferraro, Renata Beleboni, Pedro Meira Monteiro, Fernando Marciano de Oliveira (“Arvão”), Francisco César de Araujo (*in memoriam*),

Olinda C. G. Sando, Adilson Vieira, Pedro Fernandes e Carlos A. Cardoso (Caco), agradeço a todos pela iniciação nos estudos históricos.

Aos colegas de graduação, agradeço pelos bons momentos de convívio. Em especial a José Carlos Haag e ao “grande” Armando.

À professora Leny R. Zanon, agradeço pela indicação e transcrição de um importante documento judicial referente a um escravo que servia como tropeiro em Bragança Paulista.

Aos funcionários de todos os arquivos visitados, meu muito obrigado. Especialmente a Isidoro, Nicolino e Maria Cristina do CDAPH/USF que me atenderam sempre com muita gentileza.

À professora Maria de Fátima Guimarães Bueno, diretora do CDAPH/USF, pela confiança e interesse que tem demonstrado pela minha pesquisa nos últimos anos.

Aos ex-colegas dos Correios de Atibaia, em especial ao gerente Célio Felício, pelo companheirismo e respeito durante o tempo em que estivemos juntos.

A toda minha família que, mesmo de forma indireta, ajudou-me a enfrentar as dificuldades que apareceram pelo caminho.

Dedicatória

A Francisco César de Araújo

(in memoriam)

Grande incentivador e apaixonado pela história local.

Resumo

Este trabalho pretende contribuir com a historiografia brasileira da escravidão privilegiando uma região ainda muito pouco estudada. Vale lembrar que a região de Bragança Paulista era uma importante área produtora de alimentos de subsistência (milho, feijão e criação de porcos) e que somente no último quartel do século XIX o café alcança o status de primeiro produto da economia local. Talvez, por essa razão, a região Bragantina era naquele período caracterizada pelo predomínio de pequenos e médios plantéis de escravos. A cidade de Bragança Paulista possui ainda outra peculiaridade – o *Club dos Escravos* – uma associação constituída por escravos que inclusive contava com uma escola para alfabetizar os sócios cativos.

A pesquisa baseou-se em variados tipos de fontes, tais como: os apontamentos estatísticos de 1836, o censo de 1872, o jornal *O Guaripocaba*, ofícios da câmara local, documentos judiciais (inventários *post-mortem*, testamentos, processos criminais – sumários de culpa, denúncia crime, queixa crime, inquérito policial –, ações de liberdade – auto de liberdade, auto de manutenção de liberdade, arbitramento de valor de escravo, depósito de escravo –, exames de corpo de delito, auto de justificação de embargo, autos de perguntas – interrogatórios –, lista de compra e venda de escravos, relação de meias sisas de escravos). A análise conjunta dessas fontes ampliou o alcance de expectativa e ajudou-nos a ampliar o entendimento daquela sociedade permeada pelo regime escravista.

Palavras-chave: Bragança Paulista, Região Bragantina, escravidão, *Club dos Escravos*, jornal *O Guaripocaba*, século XIX.

Abstract

This work intends contributing the Brazilian Historiography on the slavery favouring a still little studied region. That is to remind that the region of Bragança Paulista was an important area producing staple-commodities (such as corn, beans plus pig breeding), and only in the last quarter of the 19th century coffee reaches the status of main product of the local economy. Perhaps, by this reason the Bragança region was – in that period – characterized by the predominance of small and medium plains of slaves. The city of Bragança Paulista still has another peculiarity i.e. the *Club of the Slaves* – an association formed by the slaves that had a school to teach the slaved partners.

The research was based on several source-types such as the statistical notes of 1836, the census of 1872, the newspaper “O Guaripocaba”, official correspondence from the Common Council, forensic documents (post-mortem inventories, wills, criminal law, summary of fault, reporting crime, legal actions, actions of freedom, freedom of self, self maintenance of freedom, slaves’ value arbitration, cells for slaves, examinations of body of the crime, self-explanatory embargo, file of questions, interrogation, slaves’ purchasing and selling roll, slaves’ roll on half conveyance taxes). The conjoined analysis of such sources has enlarged the reach of expectations by helping us to amplify the understanding of that society which was permeated with the slaving regime.

Key words: Bragança Paulista, Bragança region, Slavery, Club of the Slaves, The newspaper “O Guaripocaba”, 19th century.

Percebemos, (...) que as transformações no conhecimento histórico só ocorrem quando questionamos, quando enfrentamos o que denominamos de “ótica senhorial”, “visão da varanda da casa-grande e do sobrado”, quando observamos o terreno histórico no nível do chão raso, quando buscamos o “olhar dos porões”, que rompem com o estabelecido e o consensual, quer em periodizações, fontes, ou propostas analíticas, permitindo a percepção do que estava presente, mas não era visto porque não estava no consensual: a mulher nas diversas estruturas econômico-sociais, a criança, o escravo, o pequeno proprietário, o arrendatário, o meeiro, o posseiro, o núcleo urbano autônomo, o artesão, o poder local, o pobre, o trabalhador nacional, o homem livre...

(Raquel Glezer – *História da historiografia brasileira: construção e permanências*)

Sumário

Introdução	12
<i>Capítulo 1</i> – Bragança Paulista e a Presença negra – século XIX	35
<i>Capítulo 2</i> – A sociedade escravista bragantina: relações de poder e resistências escravas	84
<i>Capítulo 3</i> – Experiências cotidianas de senhores e escravos.....	134
Considerações finais.....	161
Arquivos, Acervos e Fontes consultados	165
Bibliografia.....	172

Tabelas

Tabela 1 – Quadro comparativo da população de Bragança & Atibaia (1836)	40
Tabela 2 – Casualidade da população de Bragança e Atibaia (1836)	42
Tabela 3 – Comparação dos nascidos com os mortos – Bragança e Atibaia (1836)	42
Tabela 4 – Discriminação por Classes – Bragança (1836)	51
Tabela 5 – Discriminação por Classes – Atibaia (1836)	51
Tabela 6 – Produção de Café em Bragança (1836-1905)	56
Tabela 7 – Bragança – População (1872)	60
Tabela 8 – Região Bragantina – População (1872)	60
Tabela 9 – Inventários de Bragança – 1849/1888.....	65
Tabela 10 – Profissões ocupadas por escravos – Região Bragantina (1872)	72
Tabela 11 – Profissões ocupadas por escravos – Bragança (1872)	72

Mapa atual da localização da região de Bragança Paulista



Fonte: IBGE

Introdução

(...) pela constante atração da História Social por temas do debate político presente, pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a “história vista de baixo” mais que a partir dos dominantes e tratar a experiência ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos, por tudo isto, enfim, estas perspectivas se tornaram o referencial teórico a que aderiram inúmeros historiadores.

(Déa Ribeiro Fenelon – Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa)

Este trabalho é fruto de inquietações que vêm de longos anos, suscitadas, inicialmente, por uma simples curiosidade em conhecer aspectos da escravidão na cidade de Atibaia, local onde resido desde os oito anos de idade. Com o tempo, fui descobrindo que praticamente não havia nenhum trabalho que abordasse de modo satisfatório esse assunto na cidade. Na maioria, os poucos trabalhos existentes enfatizavam apenas as biografias de coronéis e políticos locais que estiveram de alguma maneira, envolvidos com o poder. Esse tipo de abordagem da história local pouco dizia a respeito do modo de vida de sujeitos comuns do passado pelo qual eu me interessava, como: escravos, libertos, mulheres e trabalhadores pobres. Isso era frustrante, pois parecia que minhas perguntas ficariam para sempre sem respostas.

Depois de ultrapassar uma série de obstáculos socioeconômicos, ingressei num curso de graduação em história. A partir de então foi aumentando a esperança de um dia conseguir desenvolver uma pesquisa, em nível de mestrado, que privilegiasse as ações de sujeitos históricos que passaram distante dos olhares de historiadores e memorialistas locais, especialmente os escravos. Neste momento foi importante a ajuda de alguns professores da graduação que me indicaram alguns caminhos que eu poderia seguir.

Terminada a graduação, comecei então a visitar alguns arquivos locais a fim de inventariar documentos com os quais eu pudesse elaborar um projeto de pesquisa para concorrer ao mestrado, cujo tema central seria a escravidão local.

Durante esse ainda incipiente processo surgiu um obstáculo que me parecia intransponível. Toda a documentação do arquivo do fórum local, onde se baseava minha pesquisa, seria transferida para Jundiaí. Isso impossibilitava o prosseguimento de minha investigação, pois a empresa privada responsável pela guarda do acervo, além de precisar de algum tempo para se organizar, teria uma série de exigências para a consulta da documentação que incluíam ainda a cobrança de uma taxa. Foi aí que, por felicidade, fiquei sabendo da existência do arquivo do Judiciário de Bragança Paulista e resolvi direcionar minha pesquisa para aquela cidade.

Os primeiros contatos com a história de Bragança Paulista me fez perceber que havia muitas coisas em comum com a história de Atibaia, já que ambas faziam parte da mesma região geográfica (Região Bragantina), inclusive, o antigo núcleo de povoamento que deu origem à cidade de Bragança surgiu em terras antes pertencentes ao território atibaense. Por esse motivo, ambas as cidades compartilhavam de identidades culturais e históricas muito similares, sobretudo em fins do século XIX, quando a Estrada de Ferro Bragantina fazia a integração das diversas localidades da região. Esses traços comuns indicavam que um trabalho que focasse aspectos da escravidão em Bragança Paulista também poderia contribuir para um entendimento maior acerca da história das demais cidades que compõem a Região Bragantina.

Ao examinar as obras que tratavam da história de Bragança descobri que, da mesma forma que em Atibaia, a história que se construiu dessa cidade parecia confundir-se com a trajetória pessoal de inúmeras personalidades do passado local que, com suas “belas ações”, seriam os únicos responsáveis pelo “progresso” da cidade. Na maioria, esses “Ilustres Bragantinos”, eram formados por coronéis e bacharéis em Direito.

Nessa historiografia local, a questão da escravidão é lembrada, basicamente, em somente dois momentos¹. O primeiro, quando se reporta à criação do *Club dos Escravos*. Neste momento, “orgulhosamente”, há um destaque especial ao

¹ Devemos lembrar que o trabalho de Beatriz Westin de Cerqueira Leite – *Região Bragantina – Estudo Econômico Social (1653- 1836)* – é uma exceção. No entanto, esse trabalho não teve na escravidão o objeto central de análise. Contudo, essa obra, embora elaborada na década de 1970, ainda não é muito utilizada, sobretudo pelos jornais e memorialistas locais e, até agora, pouco contribuiu para mudar a imagem da escravidão local.

“pioneirismo” de Bragança que, graças à “bondade dos bragantinos de antanho”, sediou o primeiro e único *Club dos Escravos* do país, inclusive funcionando até uma escola para os sócios escravos se alfabetizarem.

Quando todos obrigavam os pobres negros a se recolherem às senzalas assim que escurecesse, os escravos de Bragança corriam à escola para aprender o ABC.²

O segundo momento, realça “os três dias de intensa vibração cívica, da maior alegria popular” que se seguiram ao 13 de maio de 1888, quando uma multidão se reunia nas ruas da cidade para festejar a libertação dos escravos. Nesta ocasião, diversas personalidades locais, que se diziam abolicionistas, quase todos membros da elite local, discursaram ao povo. Deste modo, a história local buscou reforçar aquela velha ideia de que a abolição da escravatura foi apenas obra de poucas pessoas da elite, nunca como uma conquista dos próprios cativos.

O que me intriga é que ao longo dos anos esses relatos vêm sendo reproduzidos, talvez por conveniência ou convicção, por jornais e memorialistas locais sem qualquer reflexão a respeito das circunstâncias em que tais escritos foram produzidos. Além de camuflar a realidade da escravidão local, essa forma de abordagem da história da cidade colaborou para que se criasse o mito da “bondade” dos senhores de escravos bragantinos. Mesmo depois de tantos anos, esse mito ainda continua a ser realimentado. Em 2005, às vésperas de se comemorar o dia da consciência negra, um jornal local publicou um artigo que ilustra bem o que estamos dizendo.

Há exatos 124 anos, Bragança Paulista deu um passo importante e *inovador* para o início de uma mudança positiva, afinal, foi criado em nossa cidade o *primeiro e único* “Clube dos Escravos” do Brasil. Você não leu errado. O 14 de outubro de 1881, ficou marcado para sempre pelo ato de coragem de um grupo de escravos e personalidades de destaque que fundaram a “Associação Club dos Escravos” [...] *Em outras cidades* de todo o território nacional, os escravos não saíam da lavoura, tão pouco, abandonavam os seus afazeres. Suas vidas eram levadas nas senzalas e nos campos, eles não possuíam o direito de se reunir, nem de se divertir, mas *graças*

² MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Bragança 1763-1942*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1943, p.177.

a fundação do Clube, pelo menos durante a sua existência, as coisas foram um pouco *diferentes pelo menos em Bragança*. (Jornal do Meio³, 18/11/2005, grifos meus)

Ao dar relevo somente às “boas ações” dos senhores bragantinos, a história local que foi contada até agora, somente serviu para que se criasse uma memória local em que se busca reafirmar que a experiência dos escravos em Bragança foi mais branda se comparada à de outras localidades do país. Deste modo, todas as crueldades praticadas por senhores bragantinos a seus escravos, que podem ser consultadas no arquivo do Judiciário local, parecem ter sido intencionalmente varridas para debaixo do tapete da história. Do mesmo modo, ficaram esquecidas as diversas formas de resistência utilizadas pelos cativos na luta cotidiana pela sobrevivência e por melhores condições de vida.

Embora tratemos, neste trabalho, de questões envolvendo a violência senhorial, este não é o tema central de nossa análise. O que queremos é expor, entre outras coisas, as tensões vividas na relação senhor/escravo que indicam que a escravidão em Bragança, embora com suas peculiaridades, não foi tão branda como se tentou construir até o momento. Mesmo porque, a violência era algo inerente ao regime escravista. Em seu trabalho, Silvia Lara enfatiza que até mesmo as vozes que defendiam um “bom tratamento” aos cativos não excluía o castigo físico como forma de manter o domínio senhorial.⁴

Muito embora esse trabalho não tenha balizas temporais tão rígidas, priorizamos o período entre os anos 1871 e 1888, por se caracterizar um momento ímpar na história brasileira marcada por profundas mudanças sociais e econômicas que carregavam consigo muitas incertezas quanto ao futuro, especialmente em relação ao desfecho da *questão servil*, que poderia implicar numa profunda crise na lavoura, acaso se confirmassem as previsões sombrias de alguns fazendeiros. Também é uma época em que as vozes contrárias ao regime escravista começam a ter uma ressonância maior na sociedade, especialmente naquelas parcelas sociais que já não mais dependiam direta ou exclusivamente do braço escravo. Isso

³ Suplemento interno do *Bragança Jornal Diário* (BJD).

⁴ Cf. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1888*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Veja também BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores de escravos no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

concorre para uma progressiva deslegitimação do sistema escravista que faz acentuar ainda mais o desgaste senhorial. Vale lembrar também que, a partir da Lei 2040 de 1871, os cativos que desejassem pleitear a liberdade junto aos órgãos judiciais não mais dependiam do consentimento senhorial.⁵

Com a proibição da separação das famílias escravas (1869), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e o fim dos castigos com açoites (1886), os pilares de sustentação da escravidão vão ficando cada vez mais frágeis. Deste modo, esta pesquisa buscou problematizar o modo como a sociedade escravista bragantina vivenciou todo aquele processo que resultou na extinção da escravidão no país.

Um momento importante na história bragantina foi o surgimento do jornal *O Guaripocaba* no último quartel do século XIX, período em que a imprensa bragantina ainda dava seus primeiros passos. Com *O Guaripocaba*, a sociedade bragantina podia melhor acompanhar os acontecimentos locais e nacionais. Fundado em 17 de Junho de 1877 sob os auspícios do *Club Litterário Bragantino*⁶, esta folha teve uma curta passagem pela história da cidade entre os anos 1877 e 1889⁷. O último número remanescente deste periódico é datado de 3 de janeiro de 1889. O nome *Guaripocaba* é homônimo de um belo morro localizado no caminho para Minas Gerais num bairro com a mesma denominação.

Praticamente em quase toda sua existência, *O Guaripocaba* foi gerenciado por Manuel de Almeida Carneiro que apenas deixa o cargo em 1888, quando é

⁵ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ Cf. Almanach Bragantino 1914. De acordo com esse anuário, o clube existiu entre os anos 1873 e 1880. No entanto, ARAUJO (1982, p.41-3) parece que cometeu um pequeno equívoco ao confundir o **Club Litterário Bragantino**, mais antigo e já extinto, e o **Clube Literário e Recreativo**, cuja fundação é de 1891 e que ainda continua em atividade.

⁷ Segundo o Anuário de Bragança para 1902, p.70, *O Guaripocaba* foi o segundo jornal que surgiu na cidade. O primeiro jornal teria sido *O Século XIX*, fundado por José Candido Furquim de Campos em 1875. Com o encerramento das atividades desse jornal, José Candido vendeu a tipografia para uma associação que daria início aos trabalhos do *Guaripocaba*.

substituído por Eliseu Wilhelmy (Guilherme) Christiano⁸. Segundo dados biográficos coletados por Francisco César de Araújo, o gerente do *Guaripocaba* Manuel de Almeida Carneiro era um:

Português, veio para o Brasil com 18 anos, morou em Cambuí [MG], veio para Bragança em 1873, fundou e dirigiu por 11 anos “*O Guaripocaba*”. Foi ainda redator da “*Gazeta de Bragança*”, Colaborou no “*O Século XIX*”, “*Correio Bragantino*”, foi fundador do Club Literário Bragantino (Atual Literário e Recreativo)⁹ e venerável da Loja Maçônica “*Amor da Pátria*”. Faleceu a 9 de janeiro de 1898 com 60 anos.

(...) Major Manoel de Almeida Carneiro que, além de negociante, nesta cidade, desempenhou sucessivamente as funções de solicitador ao fôro, escrivão oficial do registro de Hypothecas e escrivão do jury.¹⁰

Por breve período, Almeida Carneiro foi ainda representante em Bragança de Pedro Rampi, italiano proprietário de uma empresa de colonização na cidade de São Paulo. Esta agência prometia intermediar a vinda de imigrantes para trabalhar na lavoura, oriundos de várias regiões europeias como as ilhas da Madeira e Açores, da Alemanha (Gorizia e Tyrol) e da Itália¹¹.

Entre os diversos colaboradores e redatores do jornal estavam José Guilherme Christiano, Pe. João Batista de Oliveira Salgado, Pedro Álvares Coutinho, Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho e Nicolau Asprino.¹²

⁸ Não há muitas referências a Eliseu Guilherme, apenas se sabe que ele exerceu o cargo de juiz de direito em Ribeirão Preto. Ele pertencia a uma família da cidade de Jaguary/MG (Camanducaia) dedicada às letras e ao direito. Cf. Anuário de Bragança para o ano de 1904, p.114.

⁹ Ver nota 6.

¹⁰ ARAÚJO, Francisco César de. *História da imprensa Bragantina*. Bragança Paulista: Centro de Memória Regional/USF, 1982. p. 41-43

¹¹ O *Guaripocaba*, 17/09/1885. Meses depois da publicação deste anúncio, é noticiado pelo mesmo *Guaripocaba* (13/12/1885) o falecimento de Pedro Rampi numa cadeia de São Paulo causado por uma “febre perniciososa” quando respondia a um processo por estelionato. Segundo a imprensa paulistana, Rampi era acusado de ter ludibriado várias famílias de italianos da província.

¹² Pouco se sabe a respeito dos redatores Pe. João Batista de Oliveira Salgado e Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho. Esse último atuou como subdelegado de polícia local no final dos anos 1870 e provavelmente era filho de um influente juiz de direito da época, Joaquim Roberto de Carvalho Pinto que exerceu esse cargo por vinte anos, de 1866 a 1886. Pedro Álvares Coutinho era negociante de café. Quanto a José Guilherme Christiano, também co-fundador do *Guaripocaba*, era bragantino

Com quatro páginas no formato 42,5 x 30,5cm, esta folha circulava aos domingos e às quintas-feiras.¹³ Segundo o *Almanack* de Bragança para o ano de 1900, possuía correspondentes no Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, Vizeu¹⁴ e Paris¹⁵. Seus anúncios estavam dispostos a partir da metade da terceira página e se prolongavam até final da quarta página.

A sede do jornal sofreu algumas mudanças em seu endereço. De início sua tipografia e escritório estavam situados num sobrado na Rua Direita nº 20. Em 1883 muda-se para o Largo da Matriz nº5. Tempos depois, em 1884, o escritório da redação separa-se da tipografia estabelecendo sua nova sede na Rua do Comércio nº 41, enquanto a tipografia passa a funcionar um pouco adiante, no nº 43.

O preço da assinatura anual do *Guaripocaba* era de 10\$000. Isso permaneceu sem grandes mudanças até o último número. Os anúncios custavam “até oito linhas 500rs. Daí em diante a 60 rs. Publicações pedidas 100rs. *Pagamentos adiantados*”.¹⁶ Sendo que os escritos de utilidade pública, principalmente os editais da câmara municipal, não eram cobrados. Em 1885 há uma pequena alteração na cobrança de publicações pedidas que passa a custar 80 réis por linha e os “anúncios, o que se convencionar”.¹⁷

Através dos correios, esta folha alcançava leitores de lugares mais distantes, mas deixava claro no alto da página, em “caracteres salientes”, o seguinte:

nascido em 1837, filho de pais alemães; estudou linguística; foi professor de latim, francês, alemão, inglês, espanhol e italiano. Além disso, aventurou-se pelo estudo de outras línguas como o grego, o sânscrito e a etimologia da língua indígena. Estudou ainda geografia, história, astronomia, filosofia e retórica. Além da música. Abandonando a carreira de professor, dedicou-se ao comércio. Viveu em Jaguary/MG (Camanducaia) e Cambuí/MG. Em 1873, retorna à Bragança onde funda o *Collégio Bragantino*. Foi ainda secretário da *Companhia Bragantina*. Cf. *Almanack* de Bragança para o ano 1900, p.64-69 e 148. O segundo, Nicolao Asprino era um italiano nascido em 1837; em 1862 migra para o Brasil estabelecendo-se em Bragança como comerciante. Casou-se com Francisca de Paula Leme, pertencente a uma importante família da cidade. Fez parte do *Club Literário*. Republicano, ainda no período imperial, exerceu o cargo de vereador na câmara local. Ajudou a fundar e foi presidente honorário da *Sociedade Democrática de Socorros Mútuos*. Foi ainda coletor de impostos e dedicou-se à advocacia. Cf. *Anuário* de Bragança para o ano de 1904, p.133-135.

¹³ *O Guaripocaba*, 23/08/1885

¹⁴ Cidade portuguesa onde nasceu o gerente Manuel de Almeida Carneiro.

¹⁵ O jornal não dá muitas informações a respeito dos correspondentes internacionais, mas foi possível identificar o endereço de um deles, Dr. J. P. Nolasco, que estava na França em 1883 – Boulevard de Strasbourg 67. (*O Guaripocaba*, 03/06/1883)

¹⁶ *O Guaripocaba*, 02/06/1878.

¹⁷ *O Guaripocaba*, 23/08/1885.

SÃO CONSIDERADOS ASSINANTES TODOS OS QUE NÃO DEVOLVEREM O PRESENTE NÚMERO, & Quem não o devolve é porque, anuindo tacitamente às condições propostas, resolveu tomar a assinatura. Todas as empresas jornalísticas fazem constar nos seus prospectos – que os pagamentos são adiantados. (*O Guaripocaba*, 31/01/1886)

Para confirmar a assinatura, esses leitores deveriam fazer o pagamento, estipulado pelo jornal, através do próprio correio. Enviando o valor por carta registrada aos cuidados do gerente Manuel de Almeida Carneiro, descontando a despesa do seguro e porte. Os leitores que não tivessem interesse pelo jornal deveriam devolvê-lo, acaso não o fizessem, isso seria interpretado pelo jornal como uma aceitação tácita da proposta de assinatura e assim deveriam efetuar o pagamento via correio. Este procedimento fazia-se necessário, segundo o próprio jornal, pois seria muito “oneroso encarregar agentes em todas as localidades onde temos assignantes”¹⁸.

Não sabemos ao certo o número de leitores do *Guaripocaba*, apenas há uma menção a esse respeito em 1878 quando o jornal completava o primeiro ano de existência. Naquele momento o jornal deixava claro sua insatisfação pelo baixo número de assinantes locais.

[...] Em um município como este, com 15 mil almas, aproximadamente, só se obtiveram 150 assignaturas. Subscreeveu 1 por cento da população para a manutenção do jornal. Se attendermos que só na cidade, com 1800 habitantes, se passaram 90 assignaturas, o que dá 5 por cento para a população cívica, decresce a proporção em relação ao resto do município que fica reduzida a 5 de cada mil. (*O Guaripocaba*, 03/03/1878)

É provável que esse número de assinantes tenha aumentado ao longo dos anos, já que a folha sobreviveria por mais uma década.

As mudanças nas vias de comunicação e transporte no final do século XIX tiveram grande impacto na vida urbana das cidades brasileiras, sobretudo nas localidades mais distantes dos principais centros urbanos e administrativos que

¹⁸ *O Guaripocaba*, 02/06/1878.

passam a ter um contato mais intenso com as principais cidades do país e do mundo.

Neste cenário, os serviços de correios e telégrafos tiveram um papel de destaque, pois era somente desse modo que o *Guaripocaba* alcançava leitores além dos limites do município de Bragança. Da mesma forma, os leitores bragantinos tinham contato com os principais periódicos de outras regiões do país. Contudo, os serviços dos correios não estavam isentos de críticas, sobretudo nas falhas em seu funcionamento. Isso pôde ser percebido em diversas queixas publicadas no próprio *Guaripocaba*. Os usuários reclamavam principalmente dos atrasos e extravios na entrega de correspondências. A partir de 1884, com o advento da Estrada de Ferro Bragantina e da implantação dos serviços de telégrafos, certamente houve uma significativa melhora na qualidade desses serviços.

O *Guaripocaba* reservava um espaço próprio para agradecer o recebimento de inúmeras folhas que por aqui chegavam.¹⁹

Essa folha local também reproduzia e/ou fazia comentários de notícias publicadas em importantes órgãos de imprensa do país, como o *Jornal do Comércio*, *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Da mesma forma, pude observar que alguns desses importantes jornais também reproduziam algumas notícias originalmente publicadas pela folha bragantina. Enfim, isto demonstra que havia uma grande circularidade de experiências entre os mais diversos órgãos de imprensa.

É nesse ambiente de fim de século que O *Guaripocaba* atuou, deixando à posteridade registros fundamentais para se compreender como aquela sociedade oitocentista vivenciou e reagiu às vicissitudes sociais próprias de sua época e ao mesmo tempo possibilita refletir sobre o papel da imprensa vista através do próprio jornal.

¹⁹ Eis algumas dessas folhas: *Gazeta de Mogy-mirim*, *Revista Ilustrada* (corte), *Deutsche Zentuny*, *Jornal de Campos*, *O Constitucional* (São Paulo), *O Cinco de Janeiro* (Guaratinguetá), *Gazeta da Victoria* (ES), *Revista de horticultura*, *Revista médica*, *Mãe de família*, *Imprensa Evangélica* (jornal protestante), *Estação* (moda parisiense), *Deutsche Zeitung* (Jornal alemão da corte), *O Libertador* (Aracajú/AL), *Campeão Lusitano*, *Pensamento* (periódico abolicionista da Bahia), *A Gazeta de Barbacena*, *A Reacção*, *Evolução* (semanário científico, literário e noticioso – Santos), *O Pery*, *Noventa e Três* (São Paulo), *Tribuna de Lorena*, *Guanabara* (corte), *Lucta* (Bahia), *O Oeste de São Paulo* (Casa Branca), *A Semana*, *Revista de Medicina*, *Jornal do Agricultor*, *Agoas Virtuosas*, etc.

Embora saibamos que apenas uma pequena elite letrada tivesse acesso em primeira mão às notícias publicadas no jornal local, acreditamos que, de forma oral, sua repercussão ultrapassava os limites daquela diminuta parcela social. Mesmo porque, como é sabido, não eram somente os mais despossuídos economicamente que não eram alfabetizados. Muitos fazendeiros se encontravam nessa mesma condição, mas nem por isso deixavam de se inteirar dos acontecimentos que diziam respeito a suas atividades.

Com o objetivo de captar esse momento histórico vivido pela sociedade local foi fundamental o uso do jornal local *O Guaripocaba* como fonte privilegiada. No entanto, o uso da imprensa como fonte histórica exigiu que tomássemos alguma cautela, pois poderíamos acabar reforçando ideias preconceituosas do próprio jornal que, de modo geral, buscam desqualificar as ações de integrantes das camadas sociais menos favorecidas. Nisso foi importante o diálogo com autores que trabalham com textos jornalísticos nessa mesma perspectiva e que nos alertaram que:

[...] é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.²⁰

Essas reflexões nos ajudaram a questionar o papel da imprensa na sociedade não apenas como difusora de notícias, mas também como um importante agente social que defendia ideias e projetos de seu interesse, o que nos fez compreender

²⁰ MACIEL, Laura Antunes. "Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920" In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (orgs.) *Muitas memórias, outras Histórias*, São Paulo: Olho D'Água, 2004, p.15.

que as opiniões do *Guaripocaba* não eram imparciais como o próprio jornal afirmava. Isso foi sendo observado na medida em que íamos desenvolvendo uma detalhada análise de inúmeros editoriais. Ao final percebemos que *O Guaripocaba* agia de forma a privilegiar os interesses senhoriais. Seus projetos e opiniões miravam, de modo geral, a proteção da lavoura cafeeira local que, em boa medida, estava amparada na mão-de-obra escrava.

Uma das ideias defendidas pelo jornal era de que a solução para uma possível escassez de mão-de-obra na lavoura seria o uso de trabalhadores nacionais. Estes deveriam ser preparados em institutos agrícolas, se preciso com o uso da força, para futuramente se tornarem os substitutos ideais da mão-de-obra servil. O que se infere desta postura autoritária do *Guaripocaba*, é sua pretensão em direcionar os futuros trabalhadores nacionais para o ramo agrícola, mesmo que esse não fosse o destino desejado por eles.

Nas páginas do *Guaripocaba* também pudemos observar que na cidade de Bragança, mesmo com a anunciada chegada do maior símbolo da “modernidade”, a estrada de ferro, havia vozes dissonantes entre a população. De modo geral, essas vozes deixavam transparecer uma certa insatisfação com o presente e insegurança quanto ao futuro. Segundo a opinião do cronista da época, a situação não estava nada fácil. A razão principal desse descontentamento seriam as impopulares arbitrariedades imputadas às posturas municipais, recém-aprovadas pela câmara local, inclusive com suspeitas de irregularidades. Contudo, o desassossego da população não parava por aí, havia ainda outras fontes de preocupações, como:

(...) a geada nos cafesaes; o feijão e a farinha encarecendo; o fiscal na porta ... Manda-se ao açougue, (oh crueldade!) dá vontade de clamar pelo juízo final, a ver-se, ao toque de trombeta do anjo, aos ossos vem *unir-se* algum pedaço de carne. O vinho à zurrapa; a nossa predilecta *gerebita*, acontece-lhe como às creanças que se baptisam para crescer; em vez daquella genuína *Paraty*, não passa de água choca misturada com gengibre.

Matilhas de cães põem em risco nossas pernas; *suínos* pelas ruas fuçando as *engraixatas* (sic) botas. A enorme balburdia de [falha na impressão] [si]nistros estampidos dos amaldiçoados rojões e os tonantes roncões do trovão são capazes de atroar ouvidos de bronze, quanto mais a carne e o osso como os de qualquer cathólico christão, chrismado e baptisado segundo manda a santa madre igreja dos padres e do papa de Roma.

Chega-se em casa, a mulher aborrecida, os filhos rabugentos, e (com a devida licença) os bixos e pulgas enterram os afiados dentes pelas carnes adentro que faz dó! Por toda parte brigas, prisões, tiros facadas... em fim tudo é amolações, sustos e perigos. (...) Em sonhos vejo cobras pulando em mim, onças que me querem tragar, defunctos querendo abraçar-me sacys me rodeando; em fim, cousas medonhas e espantosas, bode preto e assombrações. (...) (O *Guaripocaba*, 14/10/1877)

Embora o artigo tenha um caráter irônico, talvez refletisse o estilo do cronista, isso não diminui sua importância enquanto fonte histórica, pois devemos nos atentar para o fato de que a imprensa da época, em suas variadas seções, “tecia estreitas articulações com os projetos e disputas para e pela cidade”.²¹ Dessa forma, acredito que a inspiração do cronista vinha de uma base concreta. Vale lembrar que o próprio *Guaripocaba*, em inúmeras ocasiões fez referências às precárias condições da cidade. De acordo com essa folha local, a população bragantina convivia com: “charcos de água pútrida e esverdeada”, verdadeiros “focos de miasmas” que poderiam trazer doenças à população²²; “morphéticos esmolando pelas ruas”²³; “matilhas de cães”²⁴; brigas, furtos, roubos, ferimentos e assassinatos²⁵; prostitutas²⁶; “peões domando bestas bravas e atropelando crianças”²⁷. Em conjunto, essas referências acabam por revelar aspectos pouco nobres da Bragança oitocentista. Essa face da cidade, junto com seus sujeitos pouco visíveis, não é lembrada pelos memorialistas.

Por outro lado, almanaques do início do século XX, ainda que num outro momento histórico, se bem que próximo, deram relevo apenas àquilo que denominavam como *Bragança Moderna*, focalizando os aspectos indicativos de uma cidade progressista. Nessa *Bragança Moderna*, “tudo concorria para seu

²¹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p.20. Cf. também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²² O *Guaripocaba*, 04/11/1877, 17/03/1878.

²³ O *Guaripocaba*, 09/09/1877, 07/10/1877, 22/06/1879, 31/08/1879, 20/05/1883, 23/08/1885,

²⁴ O *Guaripocaba*, 17/03/1878.

²⁵ O *Guaripocaba*, 16/12/1877, 06/01/1878, 31/03/1878, 14/04/1887.

²⁶ O *Guaripocaba* 25/09/1879, 20/03/1887, 03/04/1887, 28/04/1887, 08/05/1887.

²⁷ O *Guaripocaba*, 08/03/1885.

adiantamento”. Possuía uma lavoura desenvolvida, “clima ameno e salubre”, com “ruas direitas e limpas”, onde se podiam avistar “edifícios magníficos, de arquitetura moderna”.

O theatro é um dos primeiros do Estado, sua conclusão deve-se aos esforços dos distintos cidadãos Tenente Felipe Rodrigues de Siqueira e Isidro Teixeira. O edifício da Cadeia Nova é de primeira ordem; os seus compartimentos são confortáveis e arejados. A Santa Casa faria honra a qualquer capital, vasta construída sob todos os preceitos de hygiene, é o attestado dos sentimentos nobres do povo Bragantino. A matriz, templo magestoso, acha-se toda reformada, devido à solitudine do illustre vigário, Cônego Assis. Entre os particulares destacam-se os magníficos prédios do Major Manoel Joaquim de Carvalho, Tenente-coronel Olympio Ferreira, Baroneza de Itapema, Tenente-coronel Olegário Leme, Tenente-coronel Jacinhoto Osório, Commendador Paião, major Assis Gonçalves e D. Carolina, etc.²⁸

Conforme não podia deixar de ser, o mesmo *Almanack* incluiu ainda outros sinais de “progresso” como o novo cemitério, o matadouro municipal, os hospitais de variolosos e de isolamento e a existência de dois periódicos – *O Comércio de Bragança* e *A Cidade de Bragança*. Tais benfeitorias pareciam mostrar que Bragança era um lugar privilegiado e sintonizado com os ideais de modernidade da época. Cada uma das obras ou melhoramentos da cidade estava sempre relacionada aos esforços de ilustres benfeitores locais. Nesta cidade parecia não existir tensões sociais. No entanto, os “magníficos prédios” assinalados pelo cronista parecem indicar que alguns “ilustres bragantinos” foram os que mais se beneficiaram daquele “progresso”.

Em 1878, a câmara local aprovou um novo e controverso código de posturas que causou um grande reboliço na cidade. Esse fato gerou uma série de artigos no *Guaripocaba*, onde diversas personalidades expuseram suas opiniões, tanto de apoio, quanto de crítica. Para encerrar esse debate e amenizar os ânimos, o jornal local adotou em um de seus editoriais um tom mais conciliatório em que, embora reconhecesse alguns equívocos do novo código, via nele “medidas de vantagem”

²⁸ ALMANACK de Bragança para 1900. Typ. Comercial Bragança, 1899, p.186-187.

que mereciam atenção. Não se podiam desprezar as “boas sementes” por causa de “algum joio”. Para *O Guaripocaba*:

Um dos grandes males das antigas posturas era consentir a edificação e reconstrução de casinhas e cortiços na cidade – covas de sapos, húmidas e escuras, para vergonha nossa – feitas com profusão antes da chegada das novas posturas, que suspenderam imediatamente essa febre contagiosa: n’esse ponto não há [como] negar, foram um balsamo; aliás teríamos mais umas vinte para existirem por 50 ou 100 annos, como succede com o largo da matriz, que conta ainda muitas, a modo de senzalas, provavelmente edificadas no princípio d’esse século; pois que esta povoação apanha apenas dois annos do século passado. (*O Guaripocaba*, 27/01/1878)

Observa-se a visão segregacionista do jornal quando defende as novas posturas municipais por acreditar que elas impediriam que sujeitos indesejáveis (leia-se pobres) pudessem se estabelecer na área central da cidade. Pedia *O Guaripocaba*, “elevem-se casas de gosto”. Os munícipes deveriam homenagear os vereadores responsáveis pelo novo código, pois eles deram os “primeiros golpes” “na antiga rotina”.

O modernismo traçado por mão de mestre, mirando a elegância consorciada com a segurança, não é uma revolução ruinosa; é uma superposição do progresso nas camadas do passado, é o húmus fértil cobrindo os status paleontológicos, ou é, segundo a theoria de Darwim, a substituição das cavernas dos monos troglodytas por habitações de homens. (idem)

As “casinhas e cortiços” deveriam dar lugar às edificações “de gosto”. Para um jornal que sempre se mostrou favorável às ideias positivistas, aquilo seria “superposição do progresso nas camadas do passado”. As moradias próximas do largo da matriz, “a modo de senzalas”, eram resquícios de um passado que, o jornal parece comparar com as “cavernas dos monos troglodytas”, deveriam dar lugar a “habitações de homens”. Aqui cabe uma pergunta. Para onde foram os moradores daquelas “casinhas e cortiços”? Na *Bragança Moderna* do final do século XIX e início do século XX eles não são lembrados. Penso que, quando olharmos com admiração os relatos que dão conta daquela cidade com uma *arquitectura moderna*, deveríamos

refletir que aquela imagem da cidade fazia parte de um projeto elitista que não contemplava boa parte da população bragantina.

No *Guaripocaba*, há indícios que parecem sugerir que a população local nem sempre olhava com bons olhos a chegada do “progresso”. Nem mesmo o anúncio da chegada da ferrovia, símbolo máximo da modernidade, comemorada com “milhares de rojões”, banda de música, “muita cervejada, muito discurso”, foi poupada de críticas. O “silvo da locomotiva” que anunciava a chegada da modernidade e da civilização, também carregava consigo o temor da “carestia dos gêneros comestíveis, a elevação dos aluguéis de casas, dos jornais de operários e finalmente a ruína do comércio a varejo”²⁹.

Neste cenário histórico, embora o número de escravos em Bragança não fosse assim tão grande, as relações escravistas permeavam toda esta sociedade altamente hierarquizada. Desta maneira as pessoas procuravam o distanciamento de tudo o que representava o cativo. Uma pequena amostra disso pôde ser verificada em uma carta enviada em 1881 por um negociante italiano, João Batista Thegani, ao português José Gomes da Rocha Leal, proprietário de um comércio em Bragança.

Jaguary³⁰, 21 de (?) do 1881

Visto que o Sen.^{or} está muito incomodado com os *mascate* porque não *trazem* muito dinheiro, um dos *quaes*, são eu, verdade dizes que quando cheguei na cidade de Bragança, cheguei com posse de dinheiro (...)

Comprei muito na sua casa a dinheiro e fiado, e estava muito contente *purque* o Sen.^{or} tinha franqueza comigo, agora então quando apareço na sua loja **sou considerado como um negro, isto é, todos os *mascate* : saiba portanto que eu nunca fui negro de ninguém.** Não *penci* o Sen.^{or} que eu tenha negociado *são* em Bragança; *purque* tenho negociado em lugares melhores do que o dito lugar; e quando chegava na *caza* dos *meos* acreditares, era uma festa comigo; *cenctava* na *mença* quanto com os *próprio* lojeiro, **e não depois dos *caixeiro* camaradas e negros: *apezar* que graças a *Deos* não preciso de uma esmola.** / portanto lhe digo, que eu em Bragança não sei quando poderei voltar, e não *mimporto* mesmo

²⁹ *O Guaripocaba*, 26/10/1878.

³⁰ Atual cidade de Camanducaia/MG.

disso; sei perfeitamente que além dos mascates fizer muito mal *trattado* dos seus caixeiros muita vergonha ao respeitável público; sendo seu caixeiro não falando liberadamente que os *mascate* são *porco*, e que vão comendo o resto deles como *caxaço* come na panela (...) ³¹

Nesta carta, observa-se que o comerciante italiano, que estava sendo cobrado judicialmente, procura justificar sua dívida argumentando que ele, acostumado a ser bem recebido em outras praças, era aqui em Bragança tratado “como um negro”. Este exemplo demonstra o quanto a sociedade escravista era altamente hierarquizada a ponto de um comerciante branco mostrar-se insatisfeito porque desejava ser tratado de modo diferenciado, já que ocupava uma posição mais elevada na pirâmide social. A inferência que se faz desse episódio é de que os negros (escravos ou libertos) eram vistos como suspeitos e desonestos e, dessa forma, eram discriminados socialmente. ³² Esse mau tratamento dispensado a esses sujeitos nos faz acreditar que eles também engrossassem o coro das vozes dissonantes que existiam na cidade.

A existência dessas vozes dissonantes me fez perceber que eu deveria desenvolver a pesquisa no sentido que viesse a colaborar com a desconstrução de boa parte da história local que até então foi reproduzida, na qual somente privilegiou a participação de uma diminuta camada social. Assim, era preciso mudar o foco de nosso olhar para que pudéssemos enxergar as ações de outros sujeitos sociais.

No primeiro capítulo, pareceu-me necessário recuar um pouco no tempo a fim de evidenciar aspectos fundamentais da história de Bragança e região. Foi importante nesta tarefa, aliás, durante todo o trabalho, o cruzamento de informações coletadas entre inúmeras e variadas fontes como: os apontamentos estatísticos de 1836, o censo de 1872, documentos judiciais (inventários, testamentos, sumários de culpa, ações de liberdades), o jornal *O Guaripocaba*, ofícios da câmara local, lista de compra e venda de escravos e relação de meias sisas de escravos. O diálogo com essas fontes, juntamente com a bibliografia, especialmente a obra de Beatriz Westin

³¹ Arquivo CDAPH/USF– Auto de Justificação de Embargo – Emte – José Gomes da Rocha Leal, Emdo – João Batista Thegani (italiano), 1881.Caixa 93 pasta 04. Obs.: grifos meus.

³² Sobre esse assunto veja: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

de Cerqueira Leite³³, ajudou-me na tarefa de visualizar aspectos importantes da formação da cidade no contexto de toda a Região Bragantina.

Nesse mesmo capítulo procurei dar relevo à participação dos negros durante este processo de constituição da região. Descobrimos que o braço escravo esteve presente nas diversas atividades econômicas que fizeram parte da história da região, desde a produção de gêneros básicos de alimentação, os cuidados com as tropas de muares até a lavoura cafeeira.

O uso das fontes censitárias, embora de difícil interpretação, foi de suma importância, pois me ajudaram a identificar algumas mudanças de conformação dessa experiência negra ao longo do século XIX e ainda deram informações preciosas a respeito da inserção do braço escravo em diversas atividades, tanto urbanas quanto rurais.

Por constatar que Bragança compartilhava dos mesmos dramas de muitas outras localidades brasileiras daquele período, buscamos identificar algumas questões mais gerais que incidiam sobre a sociedade local. É bom lembrar que as próprias fontes impressas é que nos chamaram a atenção disso. Assim, foi inevitável discutir alguns assuntos como o fim do tráfico Atlântico, os debates parlamentares acerca da escravidão (questão servil) e a Lei 2040 (Lei do Ventre Livre).

No segundo capítulo, minha preocupação foi no sentido de enfatizar a maneira como a classe senhorial vivenciou os últimos anos do regime escravista no país. Embora no decorrer de todo o trabalho eu tenha recorrido a diversos tipos de fontes, nesse capítulo, dei uma ênfase maior na análise do *Guaripocaba*, única fonte impressa local remanescente daquele período. Isso nos possibilitou identificar o modo como a imprensa local constituía a si própria e a outros sujeitos sociais da época como senhores, escravos, libertos, *caboclos*, elemento nacional, imigrantes, mulheres.

Graças à leitura nas entrelinhas do jornal local, conseguimos captar aspectos da cidade que pareciam não se encaixar naquela velha imagem de uma cidade progressista, semeada pelos almanaques do início do século XX e que foi amplamente reproduzida em diversos trabalhos de memorialistas locais. A decisão de localizar vozes dissonantes, no próprio *Guaripocaba*, pareceu-me adequada, pois

³³ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Op. cit.*

mostrou que havia outras percepções a respeito da cidade, sobretudo daqueles que estavam excluídos das decisões políticas da época e que representavam ampla maioria da população local.

No mesmo capítulo também dei relevo às intenções da classe senhorial no momento em que ela parecia mais fragilizada e que buscava de qualquer maneira manter o controle sobre os subalternos, ainda que num novo regime de trabalho. Encontrei referências históricas importantes nas obras *Visões da liberdade* de Sidney Chalhoub e *As cores do silêncio* de Hebe Mattos. Ainda nesse mesmo capítulo, tentei identificar algumas estratégias de fugas usadas pelos cativos. Também foi possível perceber que diversas práticas culturais de matriz africana mantinham sua força e continuavam a ser realizadas em toda a região, mesmo sofrendo perseguições da imprensa e da força policial.

Com esperança de suscitar uma profunda discussão na sociedade bragantina e assim, quem sabe, contribuir para que haja avanços no sentido de uma maior compreensão de parte da história da cidade, considerei importante fazer uma reflexão sobre alguns temas como a “concessão” de liberdades e a criação do *Club dos Escravos* que, acredito eu, faziam parte de uma estratégia da classe senhorial que buscava melhorar a já desgastada imagem e assim conseguir, quem sabe, ganhos futuros. Dessa forma, foi inevitável questionar a forma acrítica que o tema *Club dos Escravos* foi trabalhado na história da cidade de Bragança. É bom pensar que se isto aparece como bondade dos senhores, há uma ação ativa dos escravos que valorizam certas práticas. Ainda sobre esse assunto, levantei uma série de questões que me pareceram relevantes e que podem ser vistas como uma tentativa de se compreender como os escravos e senhores locais se apropriavam do *Club dos Escravos*.

No último capítulo dei destaque especial à experiência cotidiana das relações senhores/escravos, senhores/senhores e escravos/escravos. Para isso foi indispensável o uso das fontes judiciais que continham depoimentos de escravos e senhores. Deste modo, parece-me importante neste momento retomar algumas questões a respeito desse tipo de fonte.

Na medida em que o uso de documentos judiciais foi se difundindo na história social, sobretudo a partir da década de 1980, foram surgindo novas perspectivas de

análise para dar conta desse novo universo que se abria ao olhar dos historiadores e cientistas sociais. Essas fontes propiciaram que vozes, até então inaudíveis, começassem a ser ouvidas. Dessa forma, esses pesquisadores puderam incorporar em suas análises o ponto de vista dos subalternos. Além disso, esse tipo de fonte histórica possibilita ver a complexidade das relações entre senhores e escravos.

Os documentos judiciais de que fiz uso fazem parte do Fundo do Poder Judiciário de Bragança Paulista que se encontra custodiado no CDAPH/USF (Centro de Documentação e apoio à pesquisa em História da Educação/ Universidade São Francisco/ Campus de Bragança Paulista). Esse conjunto de documentos é formado por: processos criminais (sumários de culpa, denúncia crime, queixa crime, inquérito policial), ações de liberdade (auto de liberdade, auto de manutenção de liberdade, arbitramento de valor de escravo, depósito de escravo), exames de corpo de delito, inventários *post-mortem*, testamentos, relação de meias sisas de escravos, auto de justificação de embargo e autos de perguntas (interrogatórios).

Esses documentos judiciais guardam em suas velhas e amareladas folhas, fragmentos de histórias de vida de inúmeros personagens. Em virtude da significativa importância política e econômica que tiveram, alguns acabaram imortalizados em placas de ruas da cidade. Em geral, seus feitos são recordados com certo saudosismo. Seus descendentes ainda são reverenciados por herdarem sobrenomes tão ilustres. Deste modo, ao longo dos anos, a memória da cidade foi sendo criada e recriada, sempre a partir de um olhar que privilegia as ações de pessoas ilustres do passado. Na esperança de contribuir para que haja uma inflexão nesta história, pretendo incluir aí outros personagens.

Um exame minucioso em tais arquivos, em não raras vezes, mostrará ao pesquisador que os mesmos documentos usados na construção de uma história vista “de cima”, também registram partes de histórias de vida de inúmeros outros personagens de que, até hoje, a maioria da população da cidade jamais ouviu falar. Estes personagens, em grande parte de pele escura, foram relegados ao esquecimento. Suas fugas eram noticiadas em jornais e igrejas locais. Desse modo, seus passos podiam ser vigiados, não só pelos feitores ou capitães do mato, mas por grande parte da sociedade. Em seus dias de festa deveriam ser observados com mais atenção, todo ajuntamento de negros era considerado “perigoso”, por isso deveria ser coibido. Embora fossem do agrado popular, seus batuques, em

festividades religiosas, nunca foram lembrados com entusiasmo pelas elites, apenas eram tolerados. Seus nomes nunca foram lembrados. Nem sobrenomes tinham.

Tudo isso parece indicar que houve um certo desejo, por parte da classe dirigente, mesmo que de modo implícito, de que os rastros deixados por aqueles personagens esquecidos devam continuar ocultos como sempre estiveram. Talvez esse seja o momento de reescrever nossa história incluindo alguns desses “novos” personagens. Quem sabe, futuramente, isso venha a contribuir para a construção de uma nova memória da cidade e do país. Dessa forma, muitos cidadãos do presente poderiam também se reconhecer como parte integrante dessa história. Já que, até o momento, parece-me que os “ilustres bragantinos” e, por que não, “ilustres brasileiros”, foram os únicos a ter direito a um passado.

Nesses documentos judiciais há casos em que, mesmo existindo fortes evidências de que castigavam imoderadamente seus escravos, ilustres senhores eram tratados com privilégios sempre que eram levados às barras dos tribunais. Raramente eram incriminados e, quando eram, suas penas eram mínimas. Tentavam de toda maneira obstruir o caminho da justiça, cerceando o trabalho de investigação policial e constringendo testemunhas que se viam atemorizadas ao deporem frente a frente contra seus próprios senhores, já que poderiam sofrer represálias.

Estes mesmos senhores locais, como em outras partes do país, castigavam seus escravos, inclusive fazendo uso de diversos instrumentos de castigo como o tronco, relhos, palmatória, bacalhau, cipós, ferros, correntes, etc. A existência dessas práticas senhoriais mostram como eram tensas e conflituosas as relações entre senhores e escravos no município de Bragança.

A historiografia tem mostrado que os enfrentamentos cotidianos e as transgressões dos escravos tinham uma finalidade bem ampla. Para Wissenbach, elas:

Traduziam estratégias dirigidas, sobretudo, à exigência dos direitos dos escravos como tais: por vezes, um ritmo de trabalho mais brando, um tratamento mais humano dos feitores; por outras, respeito aos dias de festas e resguardo, direito aos

cultivos próprios, remuneração nos serviços extras, legitimidade na apropriação dos resíduos da produção.³⁴

Esta atual historiografia entende que não era somente pela liberdade jurídica que os escravizados lutavam, mas também por melhores condições de vida. Para Hebe Mattos, parte disso se deve aos cativos adquiridos no mercado interprovincial. Muitos desses cativos traziam em suas bagagens uma experiência de cativo e convívio senhorial anterior que desejavam ver reatualizados. Isso incluía diversos direitos costumeiros conquistados ao longo dos anos.³⁵

Sandra Lauderdale Graham é um pouco reticente em concordar com Mattos a respeito da influência do tráfico interprovincial no interior do cativo, mas concorda que havia entre os senhores um certo padrão de conduta. Estes:

(...) formularam seu próprio código, em larga medida não escrito, de conduta aceitável para senhores, que faziam valer entre eles e com base no qual agiam, e os escravos então passaram a ter expectativas em relação a essa conduta: eis o começo de uma “economia moral”.³⁶

De acordo com Graham, havia entre os senhores regras costumeiras que deveriam ser cumpridas por todos. O respeito a essas regras de conduta é que legitimava a escravidão. Caso um senhor as desrespeitasse poderia pôr em dúvida essa legitimidade. Os escravos não tinham autoridade de outorgar essas normas, mas poderiam reagir através da fuga ou insurreição. Isso sugere que o domínio senhorial sobre os escravos não era assim tão exclusivo e arbitrário quanto poderíamos imaginar³⁷. Alguns registros encontrados em Bragança parecem confirmar a existência desse “padrão” entre os senhores locais. No processo de liberdade de Antonio, escravo de Antonio Alves Malaquias, uma das testemunhas disse que era “costume os escravos de certa ordem ou casados morassem em

³⁴ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, História Social USP, 1998, p.25.

³⁵ MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.154.

³⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.226.

³⁷ *Ibidem*, p.226.

senzalas separadas, e assim acontece com o libertando”.³⁸ Também há inúmeros depoimentos em que senhores criticam os abusos cometidos por outro senhor. No entanto, é preciso deixar claro que o uso dos castigos físicos moderados a fim de manter a disciplina dos escravos nunca foi questionado, inclusive em depoimentos de alguns escravos. Isso parece demonstrar que algumas regras socialmente aceitas pela população (“economia moral”) eram mais antigas e já estavam estabelecidas no período em que escolhemos para analisar.

Pesquisando inúmeros processos criminais envolvendo escravos no Rio de Janeiro do século XIX, Chalhoub chegou à conclusão de que os escravos não questionavam a legitimidade do cativo, mas sim os abusos senhoriais. Isso evidencia que os escravos tinham uma percepção de cativo “justo”. O cativo era “injusto” quando não cumpria com suas obrigações de senhor (fornecer a seus cativos alimentação, vestuário, moradia, além de tratá-los em suas enfermidades) ou quando ultrapassava os limites de seu poder, impondo a seus escravos castigos imoderados.

Apesar de algumas diferenças de abordagem, parece-me que esses historiadores têm algumas afinidades, pois trabalham com a ideia de que, entre os cativos, havia uma percepção a respeito do comportamento “ideal” no qual os senhores deveriam se orientar. A reação escrava poderia ocorrer quando o comportamento senhorial fugia daquele padrão aceitável. E não ocorria apenas através da fuga, outras formas de resistência também eram utilizadas como: lentidão no trabalho, serviço mal feito, simulação de doenças, envenenamento de seus senhores, abortos, assassinatos de senhores e feitores e, em último caso suicídio. Os senhores deveriam então seguir uma certa conduta, que, para mim, ao contrário de Graham, era reflexo também do claro temor que tinham de uma reação mais violenta que poderia advir da senzala, inclusive envenenamentos. Trabalhos pioneiros como os de Maria Helena Machado confirmam o temor que fazendeiros paulistas tinham da ação violenta de escravos.³⁹

³⁸ CDAPH/USF – Ação de Liberdade (traslado), Antonio, escravo de Antonio Alves Malaquias, 1880, caixa 91, pasta 02.

³⁹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e, da mesma autora, *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, EDUSP, 1994.

Na luta pela liberdade ou por melhores condições de cativeiro, os escravos puderam contar, principalmente após 1871, com a importante ajuda do poder judiciário. Um cativo que conseguisse acumular boa quantia em dinheiro, fruto de seu pecúlio ou mesmo da ajuda de familiares ou parceiros, podia recorrer à justiça para pleitear sua liberdade, mesmo com a desaprovação de seu proprietário. Havia casos também de cativos que vendiam seu serviço por determinado período de tempo a um terceiro que, em troca, emprestava-lhe o dinheiro para sua liberdade. Outros, ainda recorriam à justiça reclamando das más condições do cativeiro. Em Bragança encontrei diversos casos em que escravos buscaram a Justiça alegando que haviam sido abandonados por seus senhores e assim pleiteavam a liberdade.

Deste modo, reservei o último capítulo para discutir as experiências cotidianas de senhores e escravos. Assim, apresentei alguns casos mais significativos que revelam como se davam as relações entre senhores e escravos. Estes casos nos ajudaram a visualizar os limites e pressões sofridos por aqueles sujeitos do século XIX.

Os documentos judiciais trabalhados demonstram que, mesmo com todas as limitações impostas por seus senhores, os escravos sempre encontravam uma maneira de contornar as dificuldades cotidianas na luta pela sobrevivência. Embora muitas dessas ações significassem somente uma melhoria no cativeiro, ainda assim, é preciso entender que essas ações colocavam limites ao poderio senhorial. O que se constata é que o mundo da escravidão não era exatamente como os senhores desejavam, nem tampouco o que os escravos gostariam.

Capítulo 1

Bragança Paulista e a presença negra – século XIX

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo
“como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência,
tal como ela relampeja no momento de um perigo.*

(Walter Benjamin – *Sobre o conceito da história*)

Localizada numa região privilegiada entre os principais centros urbanos e industriais do país. Abundante em recursos hídricos, cuja região, pertencente ao Sistema Cantareira, é a maior fornecedora de água à região metropolitana de São Paulo. Possui clima agradável, com temperatura média de 22°. Desde 1964 possui o status de estância climática. Esta é a cidade de Bragança Paulista que, segundo estimativa do IBGE em julho de 2005, conta com uma população de aproximadamente 140.000 habitantes. Dista 70 km, sentido norte, da capital paulista e a 64 km de Campinas. Hoje seu território é cortado pela Rodovia Fernão Dias, principal estrada de ligação entre São Paulo e Belo Horizonte.

Por sua importância regional, desde o século XIX, acabou por dar nome à região onde está localizada – Região Bragantina⁴⁰. Durante quase um século operou na região uma importante linha férrea – a Companhia Bragantina. Com a chegada das rodovias, ela acabou desativada em meados dos anos 60 do século passado, mas sua trajetória deixou profundas marcas na memória local. Com seus diversos ramais, a Companhia Bragantina interligava alguns dos principais núcleos urbanos da região. Fato esse que contribuiu para que muitos acreditem que foi graças à companhia que a região ficou conhecida por Bragantina.

Recentemente a prefeitura local vem fazendo uma campanha para que Bragança Paulista seja reconhecida como a “Capital Nacional da Linguiça”. Parece-me que essa tão afamada linguixa, produzida a partir de carne suína, de algum

⁴⁰ Neste trabalho, estou considerando como Região Bragantina o espaço geográfico que abrange os municípios que desde a segunda metade do XIX constituíam o território pertencente aos Termos de Bragança e de Atibaia e que hoje em dia correspondem aos municípios de Bragança Paulista, Atibaia, Piracaia, Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, Joanópolis, Pinhalzinho, Tuiuti, Vargem e Pedra Bela.

modo, remete-nos às origens da cidade, quando Bragança era conhecida por ser uma das principais fontes fornecedoras de toucinho da capital da província. Vamos conhecer então parte de sua trajetória histórica.

Oficialmente, deu-se início ao povoamento de Bragança Paulista em 1763 nas proximidades de uma capela, edificada em terras doadas por Antonio Pires Pimentel e sua mulher D. Inácia da Silva, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, à margem direita do ribeirão *Tapuchinga*, em torno da qual foram se situando alguns moradores. Foi criada a freguesia em 13 de fevereiro de 1765.

Com o crescimento populacional e um relativo desenvolvimento econômico, sobretudo baseado na lavoura de gêneros alimentícios básicos e criação de porcos para a produção de toucinho, em cerca de apenas trinta anos a então Freguesia de Conceição de Jaguari conquista status de vila (1797) com a denominação de Vila Nova Bragança. Em 24 de abril de 1856 passa à categoria de cidade com o nome de Bragança que permanece por quase um século. A última alteração ocorrida foi em 1944 quando passou a ser denominada Bragança Paulista para diferenciar-se de uma cidade homônima existente no Pará.

Em 1836, quando foram organizadas as estatísticas do Marechal Müller, o território, que futuramente seria conhecido como Região Bragantina, estava dividido em apenas dois termos⁴¹, Bragança e Atibaia. O termo de Bragança contava com o 1.º distrito da Vila com 24 quarteirões, 2.º distrito Freguesia do Socorro com 15 quarteirões e o 3.º distrito Freguesia do Amparo com 10 quarteirões. Por sua vez, Atibaia contava com o 1.º distrito da Vila com 8 quarteirões, o 2.º distrito Freguesia de Nazaré com 24 quarteirões e o 4.º distrito Capela do Campo Largo com 6 quarteirões⁴². O território, que até meados do século XIX era ocupado por apenas

⁴¹ Segundo Prado Jr, desde os tempos coloniais, “A capitania forma pois a maior unidade administrativa da colônia. Divide-se seu território em *comarcas*, sempre em pequeno número. A comarca compõe-se de *termos*, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez, dividem-se em freguesias, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil. Finalmente as *freguesias* ainda se dividem em *bairros*, circunscrição mais imprecisa, e cujo papel aparece na organização das *ordenanças*...” PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo:Brasiliense / Publifolha, 2000, p.315.

⁴² MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo. 3.ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1938 (1ª Ed. 1838), p.54-56.

dois termos, após muitos desmembramentos, transformou-se em inúmeros municípios que hoje ultrapassam os limites que na época era conhecido como Região Bragantina.

Desde os tempos coloniais, quando uma freguesia adquiria status de vila, ela poderia estabelecer uma câmara municipal. Então era erigido um pelourinho, símbolo de autoridade e de justiça, local onde também se puniam escravos insubmissos ou “criminosos”. O estabelecimento de uma câmara municipal representava uma grande autonomia aos potentados locais que já tinham prestígio econômico, e que agora passam a ter também maior poder de influência sobre os rumos da nova localidade. Eram estes potentados, os “homens bons”, que ocupavam as cadeiras da recém criada câmara local que, na época, tinha poderes bem mais amplos se comparado aos dias atuais. Além da função legislativa (criação de leis e posturas municipais), a câmara municipal acumulava ainda algumas competências do poder judiciário (processar e julgar os crimes de injúrias verbais, pequenos furtos e as infrações de seus editos; resolver questões entre partes litigantes que versassem sobre servidões públicas – caminhos, águas, etc.; e terras de seu patrimônio⁴³). Também era de responsabilidade da câmara municipal a administração pública local que, nos dias de hoje, cabe ao poder Executivo. Segundo Müller:

Tem as Câmaras a seu cargo o asseio, e conservação das ruas, pontes, chafarizes, e mais obras publicas. Fiscalizar os pezos, e medidas, assim como os assougues, e mais gêneros comestíveis de secos e molhados. Tendo a authoridade de impor mulctas aos contravenientes de suas Posturas que fazem parte dos seus rendimentos. Os seus membros são electivos de 4 em 4 annos, segundo marca a lei.

Nas Freguezias e Capellas Curadas devem tanto o Vigário, como o Juiz de Paz de acordo com os moradores mais probos, procurarem obter o acceio e bom estado das ruas; a sua pouca extensão lhes facilita obter esse fim; todavia se houver precisão de algum auxilio pecuniário poderão recorrer à Câmara Municipal de seu districto visto que seus moradores também concorrem para á sua receita.⁴⁴

⁴³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo:Brasiliense / Publifolha, 2000, p.324.

⁴⁴ MÜLLER, Op. cit. p.98 e 104.

Em 1807 teve início o povoado de Campo Largo (Jarinu) com a construção de uma capela em terras doadas por Lourenço Franco da Rocha. Em 1830, o termo de Atibaia vê surgir em seu território, no bairro da Cachoeira, uma nova capela que dará início a mais um núcleo urbano com o nome de Santo Antonio da Cachoeira (Piracaia). Este novo núcleo conhecerá um rápido crescimento demográfico e, ainda naquele século, verá surgir em seu território mais um novo núcleo urbano, São João do Curralinho (Joanópolis)⁴⁵.

Desta maneira, as povoações vão surgindo, crescendo, emancipando-se de seus antigos termos e transformando-se em vilas e cidades. Assim também foi a trajetória da Região Bragantina que, até meados do século XVII, era apenas um bairro de São Paulo.

Segundo Beatriz Cerqueira Leite é na fase que vai de 1797 a 1836 que se afirma a produção de alimentos na Região Bragantina para exportação, não para o mercado externo, mas para outras localidades do país, principalmente a capital da província paulista. Embora o ciclo do ouro já estivesse em pleno declínio naquele período, parece que regiões que não puderam contar com a riqueza do ouro, como é o caso da Bragantina, ainda se beneficiaram do aumento da demanda por alimentos na região das minas. Com a decadência do ciclo do ouro, a região muda sua trajetória e acompanha a tendência econômica do período quando as lavouras de café do Oeste paulista e do Vale do Paraíba se tornam as novas referências de pujança econômica, embora nunca tenha abandonado por completo as antigas roças de mantimentos e criação de porcos. Isso é o que apontam as consultas feitas nos inventários a partir de 1850.

Assim como a maioria das antigas localidades do país, a sociedade bragantina conviveu por mais de um século com o regime escravista. Parece-me que os vestígios daquela época não suscitam boas lembranças e, talvez por isso, não são dignos de serem revividos. No entanto, aquela sociedade produziu e nos deixou um

⁴⁵ Em relação à cidade de Bragança, nos dias de hoje ela apresenta novos contornos em seu território graças às alterações ocorridas no século passado. “Em 24 de fevereiro de 1964, perde parte de seu território com o desmembramento dos distritos de Vargem, Pinhalzinho e Pedra Bela. Em 17 de Abril de 1970, Vargem é reintegrada ao território bragantino. E em 30 de dezembro de 1991, novamente Vargem e também Tuiuti separam-se de Bragança”. Ver site oficial do município de Bragança Paulista: <http://braganca.sp.gov.br>.

bom número de registros que podem nos contar como os contemporâneos conviveram com a instituição escravista na cidade de Bragança.

Embora existam peculiaridades, esses registros revelam uma sociedade com características muito semelhantes às demais localidades do país que passaram pela experiência da escravidão e que já foram objetos de inúmeras pesquisas historiográficas. Não faltam nos registros de Bragança e região evidências que confirmam que os escravos daqui também estavam sujeitos a excessivos castigos físicos praticados por senhores e feitores locais.

Embora seja preciso ressaltar que as relações escravistas não se mantinham somente pelo uso da violência, ainda assim, elas existiam e poderiam ser usadas sempre que senhores e feitores achassem necessário, sobretudo para manter a ordem e a disciplina. A forma e a intensidade utilizada pela classe senhorial para manter o controle sobre os cativos é que variava. O uso moderado (“justo”) ou excessivo (injusto) da violência era o critério usado, inclusive pelos cativos, para se definir um “bom” ou “mau” senhor.

Contudo, é preciso considerar que o critério de “bondade” do século XIX difere em muito dos dias atuais. Izidoro, escravo do Tenente José Ignácio da Silveira, interrogado no processo que apurava o assassinato de um feitor, no qual eram suspeitos cinco escravos, disse que o feitor Antonio Bento da Cruz:

(...) não tinha demonstrado ser mau; porque apenas dera quatro relhadas no escravo Estanislao um dia, tendo antes dado uma em João e outra em José, ambos rapazinhos ainda por desobediência no serviço⁴⁶.

A fala de Izidoro sugere o reconhecimento de um padrão de conduta dos cativos frente à autoridade do feitor. A “desobediência no serviço” pelos “rapazinhos” significava uma quebra daquela conduta. Assim, as “quatro relhadas” do feitor pareciam ser legítimas e “justas”, inclusive pelos próprios escravos. Nenhum dos escravos ouvidos neste mesmo processo declarou ser Antonio Bento da Cruz um mau feitor.

⁴⁶ Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia – Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz, Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa16. Fl. 14.

Por outro lado, o mesmo documento nos faz suspeitar da existência de práticas ainda mais demasiadas de senhores e feitores na Região Bragantina. Deste modo, tal atitude de Antonio Bento, se comparada àquelas práticas, não seria vista como demonstração de maldade, já que o feitor teria agido de forma “justa” frente à “desobediência dos rapazinhos”. Embora os documentos pesquisados sugiram várias leituras, é difícil não reconhecer que naquela sociedade a socialização da violência, pelo menos até certo nível, parecia algo muito comum.⁴⁷

Tabela 1
Quadro comparativo da população de
Bragança & Atibaia (1836)

Livres		Livres			Cativos		Cativos	
Bragança		Atibaia			Bragança		Atibaia	
H	M	H	M	IDADES	H	M	H	M
1757	1693	1127	1175	De 0 a 10	323	317	331	343
974	1229	872	910	De 10 a 20	402	295	292	246
644	752	556	680	De 20 a 30	377	247	317	239
548	503	443	498	De 30 a 40	157	103	203	165
299	245	369	355	De 40 a 50	53	48	113	77
185	154	201	198	De 50 a 60	13	12	41	31
87	83	135	104	De 60 a 70	2	6	14	15
23	43	39	40	De 70 a 80	3	-	9	6
17	7	16	17	De 80 a 90	3	3	5	4
5	2	10	6	De 90 a 100	2	2	6	3
4539	4711	3768	3983	Subtotal	1335	1033	1331	1129
9250		7751		Total	2368		2460	
17.001				21.829	4.828			

Fonte: dados compilados dos apontamentos de MÜLLER (1938, p.138)

De acordo com os dados organizados pelo Marechal Müller⁴⁸, em 1836 Bragança possuía 11.618 habitantes⁴⁹ incluindo a população de escravizados, que nessa época contava com 2.368 cativos (1.335 homens e 1.033 mulheres). Com

⁴⁷ Silvia Lara que pesquisou a escravidão na Capitania do Rio de Janeiro no período de 1750 a 1850 afirma que “o castigo físico dos escravos não chegou a ser contestado nas diversas instâncias da sociedade. Muito se objetou contra os excessos envolvidos na sua prática, mas jamais se propôs sua abolição”. Cf. LARA, *Campos da violência...op. cit.* p.72.

⁴⁸ MÜLLER, Daniel Pedro. *Op. cit.*

⁴⁹ Nesta estatística, elaborada pelo Mal. Müller, foram inseridos junto aos números da Vila de Bragança, os dados de seus dois distritos que na época lhe pertenciam – a freguesia de Amparo e a freguesia de Socorro. Posteriormente, aquelas freguesias se emanciparam e não mais fazem parte da Região Bragantina.

esses números, Bragança torna-se na época o município com a quarta maior população da Província de São Paulo.⁵⁰ Somando a população das duas vilas, Bragança e Atibaia, temos o total de 21.829 habitantes portanto, muito próximo da população de São Paulo⁵¹ que tinha na época uma população de 21.933 habitantes. Na região, a população escrava significava 22,11%, ou seja, 4.828 cativos. Um número muito próximo ao de localidades com características parecidas, como a de Uberaba na região do Triângulo Mineiro, que em 1820 apresentava um número de cativos de aproximadamente 25% do total da população.⁵² Esse baixo índice encontrado nessas duas regiões pode ser explicado pelo fato de que a produção de gêneros básicos de subsistência não era muito rentável e possivelmente isso era algo que impedia uma maior utilização do braço escravo nessas lavouras.

Observem que a população escrava bragantina apresentava um visível equilíbrio numérico entre homens e mulheres, bem diferente de algumas cidades da época. Porto Feliz, por exemplo, tinha uma população de 4.171 escravos, sendo 2.656 homens e 1.515 mulheres. Em Piracicaba (Constituição) isso se repetia, de um total de 3.483 cativos, 2.258 eram homens e 1.225 eram mulheres. Em 1829, de acordo com Valter Martins, Campinas apresentava um alto índice de masculinidade entre os cativos – 3.337 homens e 1.424 mulheres⁵³. Neste caso o índice de masculinidade da população escrava de Campinas era de 234 enquanto Bragança, em 1836, era de 129⁵⁴. Isso significa que enquanto em Campinas havia 234 homens para cada 100 mulheres, em Bragança, para cada 100 mulheres havia 129 homens. Esses

⁵⁰ Isso incluindo Curitiba (16.157 habitantes) que posteriormente deixou de fazer parte da província paulista. Deste modo, somente a cidade de São Paulo (21.933 habitantes) e Taubaté (11.833) tinham uma população maior que a de Bragança (11.618 habitantes).

⁵¹ Vale lembrar que nos apontamentos de Müller o termo da cidade de São Paulo incluía Freguesias da Sé, Santa Ifigênia, Brás, Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Penha, São Bernardo, Juqueri e a capela curada de M'Boi (Mirim).

⁵² Cf. RIBEIRO Jr., Florivaldo Paulo. *De Batuques e Trabalhos: Resistência Negra e a Experiência do Cativo* – Uberaba, 1856/1901, p.32 e 48.

⁵³ MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas –1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana, 10). p.32.

⁵⁴ Para se chegar a um resultado mais preciso desse índice, o ideal seria utilizar apenas o número de cativos em idade de procriação, isto é, acima de 15 anos. Como não tínhamos esse número, pois Müller registrou apenas a faixa etária entre 10 e 20 anos, resolvemos utilizar os números de que dispunha. O índice de masculinidade é calculado da seguinte forma - $M/F \times 100$. Ver SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.75.

dados de Bragança e região indicam que aparentemente não havia grandes impedimentos, pelo menos numéricos, para que os escravos encontrassem parceiros para iniciarem um relacionamento amoroso que poderia se transformar numa união estável ou não.

Tabela 2
Casualidade da população de Bragança e Atibaia (1836)

		BRAGANÇA	ATIBAIA
Casamentos	Livres	55	101
	Cativos	22	28
Nascimentos	Livres	442	469
	Cativos	50	113
Óbitos	Livres	220	291
	Cativos	12	84
Expostos	Branco	---	1
	De cor	---	1

(MÜLLER, 1938, p.177)

Tabela 3
Comparação dos nascidos com os mortos – Bragança e Atibaia (1836)

BRAGANÇA	492 N*	Para 232 M*	Exc.*	260 N*
ATIBAIA	582 N*	Para 375 M*	Exc.*	207 N*

(*)N= nascidos; M= mortos; Exc= excesso (MÜLLER, 1938, p.188)

Em relação aos casamentos registrados na Região Bragantina no ano de 1836, a tabela 2 nos mostra que, proporcionalmente, houve mais casamentos entre a população cativa do que entre a população de livres. Foram 50 (24,3 %) casamentos de cativos contra 156 (75,7 %) de livres. Vale lembrar que a população total de escravos na região perfazia 22,11%, enquanto a população era de 77,9%. Isso vem a confirmar pesquisas já realizadas em outras localidades que demonstram a valorização do casamento no interior do cativo. Trabalhos estes que ajudaram a desfazer muitos mitos acerca da família escrava no Brasil⁵⁵.

De acordo com as tabelas 2 e 3, também se observa que o índice de mortalidade, tanto de livres quanto de cativos, era muito elevado⁵⁶. O baixo número

⁵⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre a família escrava confira SLENES (1999) op. cit. principalmente o cap. 1.

⁵⁶ Apesar da relevância dos dados coletados por Müller, é bom estarmos atentos aos limites da fonte, pois me parece que há algumas imprecisões. Notem a discrepância entre os registros de óbitos entre

de profissionais de saúde, insuficiente para suprir as demandas da população, e as precárias condições de vida dos habitantes da região, certamente deviam colaborar para esse quadro. Em 1836, Müller registrou apenas dois cirurgiões em toda a Região Bragantina.

Isolados nas fazendas, os senhores lançavam mão dos recursos locais para os casos mais graves de doença. Curandeiros, quimbandeiros, feiticeiros eram chamados na ausência dos médicos itinerantes, que percorriam de tempos em tempos longas distâncias visitando as fazendas. Por outro lado, a terapêutica dos médicos diplomados era tão imprecisa quanto a dos ditos “práticos”, que acabavam tendo a preferência da população do interior, pois fora da cidade os médicos eram escassos e os tratamentos que dispensavam não eram mais eficazes que o dos curandeiros⁵⁷.

Assim, a população devia “se virar” e contar com os métodos “alternativos” de cura que incluíam o uso de ervas medicinais. Muitas dessas práticas foram aprendidas na convivência com indígenas e africanos ao longo dos anos. Vale lembrar um caso de 1836 relatado pelo historiador atibaense Waldomiro Franco da Silveira no qual menciona que, na então vila de Atibaia, a câmara local ofereceu ao “Físico-mor e Cirurgião”, Justiniano de Melo Franco uma quantia de “50\$000 para que curasse os pobres do município por espaço de um ano”. Embora tenha considerado diminuta a quantia, Justiniano aceita a oferta e além do cargo de cirurgião também foi eleito fiscal. Nesta função ele entra com uma ação contra “os curandeiros e feiticeiros que se intitulavam cirurgiões e que vão sacinando (sic) os miseráveis que por sua ignorância cae-lhe nas mãos, e para evitar o juízo da Nação, pedia urgente providência; uma assustadora caterva, rematava ele”. Segundo o fiscal, um “curandeiro” de nome Pedro Rodrigues da Freguesia de Nazaré “acaba de declarar enfeitiçado o Capitão João Dutra Franco. Isso não seria nada: o pior foi ter o impostor insinuado ser o feitiço botado por uma mulata escrava, que foi presa e castigada com surra de dois dias”⁵⁸. O fiscal se mostrava inconformado com a aceitação popular de que a causa de certos males físicos estava relacionada a “feitiços”, no caso “botado por uma mulata escrava”. Embora fossem relatadas de

os cativos de Bragança (12) e Atibaia (84). O próprio Müller (p.XIII) faz uma advertência quanto à falta de clareza de alguns dados que foram remetidos a ele, recenseador, pelas autoridades locais.

⁵⁷ PORTO, *apud* MARTINS, 1996, Op. cit. p.67.

⁵⁸ SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo: S/Ed, 1950, p. 292-293.

forma desqualificada e preconceituosa por integrantes das classes dominantes, essas crenças e práticas populares de origem africana vararam o século e segundo W.F. Silveira:

Ainda hoje [1950] em pleno século XX, com uma população de analfabetos relativamente bem menor do que a cem anos atrás, medra ainda a flora daninha do curandeirismo⁵⁹.

Contudo, apesar do cenário precário, há que se reconhecer que no último quartel do século XIX uma parcela da população local podia dispor mais facilmente de um médico, pelo menos os que viviam nas maiores fazendas. Isso é o que sugere a lista de serviços prestados pelo médico Dr. Pedro Andrade Freitas na fazenda do Ten. Cel. João Candido Ferreira que incluíam atendimentos, não só ao proprietário e seus familiares, mas também aos escravos da fazenda. Eis alguns itens da lista:

Dr. Pedro de Andrade Freitas

Serviços médicos, receituários e quinze viagens à fazenda do ten. Cel. João Cândido Ferreira conforme o contrato

Novembro – 1882- uma receita para o escravo Manuel; oito viagens para medicar o t.cel. João Candido; duas viagens para medicar a escrava Juliana; três receitas para o t.cel. João Candido; uma dita para Snr. João Candido Ferreira Junior; três receitas para a escrava Juliana; duas receitas para a escrava Rosa; uma receita para a escrava Innocência.

Dezembro – 1882- duas viagens para medicar o t.cel. João Candido; três receitas para medicar o t.cel. João Candido; quatro receitas para medicar a escrava Juliana; três receitas para o escravo Domingos; uma receita para a escrava Ritta; uma receita para o escravo Generoso.

Janeiro – 1883- uma receita para o escravo Cirino

Março – 1883- uma dita para o escravo Cirino

Abril – 1883- duas viagens para medicar o t.cel. João Candido; uma receita para a Snr^a D. Julia; uma receita para a escrava Cypriana; uma receita para o t.cel. João Candido; uma receita para o escravo José Vicente.

Maió – 1883- uma viagem para medicar o t.cel. João Candido; duas receitas para a escrava Cypriana; nove receitas para o t.cel. João Candido; uma receita para a escrava Filisberta.

uma receita para um escravo;

Junho – 1883-quinze receitas para o tenente coronel João Candido; quatro receitas para o escravo Joaquim; uma receita para a ingênua Bárbara; uma receita para escravo Cirino

uma receita para a Snr^a D. Francisca; duas receitas para o snr João Antonio Fonseca; uma receita para um escravo.

Julho – 1883-seis receitas para o ten. Cel. João Candido; duas receitas para a exm^a Snr. D. Francisca; uma receita para a ingênua Bárbara; uma receita para o

⁵⁹ Idem, p.293.

Snr. João Antonio Fonseca; uma receita para o escravo Benedicto; uma receita para o m^{ef} do escravo Gabriel; uma dita para o escravo Gabriel

Recebi em 31 de Março de 1883 a quantia de duzentos mil réis.

Serviços de cirurgia e viagens que o tenente coronel João Candido Ferreira ficou a dever

Maio de 1883-oito viagens para medicar o tenente coronel João Candido 80\$000

Junho de 1883-dezessete viagens para medicar o tenente coronel João Candido 170\$000

Julho de 1883-sessenta e duas viagens para medicar o tenente coronel João Candido 620\$000

Agosto de 1883- vinte e seis viagens para medicar o tenente coronel João Candido 260\$000

Serviços prestados de cirurgia prestados ao tenente coronel João Candido Ferreira durante sua última enfermidade.

1:200\$000

2:330\$000

Bragança 6 de Outubro de 1883

Dr. Pedro de Andrade Freitas⁶⁰

Esse tipo de registro era incluso nos inventários juntamente com outros documentos de mesma natureza a fim de comprovar pendências financeiras que deveriam ser quitadas pelo testamenteiro, com recursos da herança do próprio inventariado, antes da partilha final. Uma análise nestes documentos possibilita-nos conhecer a rede de relações com quem o inventariado fazia negócios, efetuava suas compras ou contratava serviços. Quanto aos registros de serviços médicos que há pouco apresentamos, eles nos ajudam a mensurar os gastos senhoriais com médicos, inclusive no tratamento de escravos enfermos. Tendo-se em conta que naquele período um escravo de cerca de 30 anos poderia ser obtido no mercado pela quantia de 1:200\$000, os gastos com a saúde na fazenda desse senhor, num prazo inferior a um ano, poderiam comprar aproximadamente dois escravos.

Em fazendas do Vale do Paraíba fluminense de maior escravaria alguns proprietários dispunham até de uma farmácia para cuidar do plantel de escravos. De acordo com Mariosa, esse cuidado maior com a saúde dos escravos estava relacionado ao fim do tráfico e o conseqüente aumento do preço dos cativos. Esses

⁶⁰ CDAPH/USF – Inventário do Ten. Cel. João Candido Ferreira, 1884, cx 96 pasta 08. Grifos meus.

cuidados tinham então como objetivos “aumentar o tempo de vida e a produtividade” dos cativos.⁶¹

A pesquisa sobre escravidão nos inventários *post-mortem* do século XIX não é algo simples de ser realizada, já que os agentes responsáveis pela feitura da lista de bens do inventariado, onde eram inclusas informações valiosas a respeito dos cativos, nem sempre eram muito cuidadosos em seus registros. Além disso, esses registros também não eram uniformes. Enquanto alguns apresentam o nome, a idade, a cor, o estado civil, a profissão, a naturalidade e o valor dos cativos listados, outros somente informam o nome, a cor e o valor dos cativos. Contudo, depois de 1871, com a criação da Lei do Ventre Livre, há uma sensível melhora na qualidade dos registros. A partir de então, por exigência da lei, os senhores deveriam cadastrar seus cativos na coletoria municipal. Esse era o único modo de se comprovar a legitimidade da propriedade sobre o cativo. Assim, nas últimas décadas de escravidão os inventários passam a conter dados mais detalhados acerca dos plantéis de escravos.

Segundo Joseli Nunes Mendonça, após 1871, a lei exigia que nos registros de escravos na coletoria⁶² local deveriam constar: o nome do escravo e do senhor; o sexo do escravo, sua cor, idade, filiação, aptidão para o trabalho⁶³. Além desses registros feitos na coletoria local, alguns inventários incluíam ainda informações adicionais que revelavam as condições físicas do plantel de escravos de uma fazenda. Eis alguns exemplos:

Escravos

Domingos, pardo, 39 anos, casado	
Doentio	600\$000
Theobaldo, rendido, pardo, 39 anos, casado	1:500\$000
Sabino, preto, 34 anos, casado	2:000\$000
José, preto, 79 anos, solteiro	
Sem valor por ser inutilizado	sem valor

⁶¹ MARIOSIA, Rosilene Maria. “Tratamento e doenças dos Escravos da Fazenda Santo Antonio do Paiol (1850-1888)” in: *Doenças e escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. [Organização de] Ângela Porto, Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz, 2007, p.4.

⁶² Repartição pública responsável pela coleta de impostos.

⁶³ MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 60. Cf. também: SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no século XIX”, in: *Estudos Econômicos* 13 [1]. São Paulo: IPE, 1983, p. 117-140.

Felippe, cor fula, 34 anos, casado	2:000\$000
Jacinto, cor fula, 32 anos, casado	2:000\$000
Balduino, cor fula, 37 anos, solteiro	1:800\$000
Silvio, cor fula, 39 anos, solteiro	2:000\$000
Antonio, aleijado , preto, 34 anos, solteiro	300\$000
Felisberto, preto, 34 anos, solteiro	2:000\$000
Matheos, papudo , preto, solteiro	1:500\$000
Caetano, com catarata , preto, 29 anos, solteiro	1:500\$000
Manoel, cambaio ⁶⁴ , preto, 21 anos, solteiro	1:600\$000
Paulo, preto, 17 anos, solteiro	1:900\$000
Adão, pardo, 25 anos, solteiro	1:300\$000
Joaquim, pardo, 23 anos, solteiro	2:100\$000
Joaquina, parda, 19 anos, solteira	2:000\$000
Tiburcio, com papo , preto, 37 anos, solteiro	1:800\$000
Sebatiao, pardo, 15 anos	1:500\$000
Gabriel, pardo, 15 anos	1:500\$000
Florindo, quebrado ⁶⁵ , 41 anos, solteiro	600\$000
Salvador, pardo, 10 anos	1:000\$000
Ludovino, franzino , pardo, idade ?	800\$000
Nicolao, pardo, 10 anos	900\$000
Modesto, fugidohá muitos anos , cor fula, 54, solt.	Sem valor
Eva, parda, 59 anos, inutilizada	Sem valor
Anna, parda, 39 anos casada	400\$000
Margarida, preta, 39 anos, casada	500\$000
Cecília, preta, 27 anos, casada	1:000\$000
Catharina, defeituosa , preta, 59 anos	50\$000
Felizarda, papuda e de pé inchada , parda, 27, casada	300\$000
Helena, parda, 64 anos, viúva	50\$000
Eva, preta, 44 anos, solteira	400\$000
Anacleto, parda, 25 anos, solteira, doente	500\$000
João, pardo, 23 anos, solteiro	2:000\$000
Benedicta, parda, 49 anos, solteira	500\$000
Bárbara, parda, 49 anos, solteira, inutilizada	sem valor
Paulina, parda, 23 anos, solteira	1:200\$000
Eufrásio, preto, 13 anos	1:600\$000
Luiza, preta, 11 anos	600\$000
Bernarda, parda, 12 anos	800\$000
Bento, preto, 31 anos, solteiro, gago e defeituoso	500\$000
Vicente, cor fula, solteiro, 25 anos (Alagoinhas,BA)	1:800\$000
Helena, defeituoso , pardo, solteiro (Brejo,BA)	500\$000
Simão, pardo, solteiro, todo inchado	200\$000
Pedro, defeituoso , preto, solteiro(Cachoeira,BA)	900\$000
Gonçalo, quebrado , pardo, solteiro,(Limoeiro,PE)	1:000\$000
Thomé, preto, solteiro, doente (Corte,RJ)	800\$000
Frederico, defeituoso , preto, solteiro,(Corte,RJ)	1:200\$000
Cesário, epiléptico , parado, solteiro	700\$000
José, preto, solteiro,(Victoria,PE)	2:000\$000
Lourenço, cor clara , solteiro, (Atibaia,SP)	1:200\$000
Roberto, cambaio , preto, solteiro,(Natal,RN)	1:000\$000

⁶⁴ De pernas tortas.

⁶⁵ Rendido, frouxo, com hérnia.

Benedicta, cor fula, solteira	1:200\$000
Theofilo, preto, solteiro (BA)	1:600\$000
Alfredo, pardo, solteiro,(Penedo,AL)	1:900\$000
Maria, preta, solteira	1:000\$000
Benedicto, preto, casado, inutilizado , (Atibaia)	sem valor
João, preto, solteiro, epiléptico ,	800\$000
Miguel, preto, solteiro	1:900\$000
Rosa, preta, casada,	200\$000
Ritta, preta, solteira	1:000\$000
Domingas, preta, solteira	500\$000
Thereza, preta, paralítica , (Amparo)	sem valor
João, cor clara , solteiro	1:700\$000
Jacinto, pardo, 17 anos, inutilizado sofre do fígado e do pulmão	200\$000
Ingênuos	
Severina, ingênua filha de Sabino e Felizarda	100\$000
Claudina, filha de Domingos e Anna	100\$000
Joana, filha dos mesmos	100\$000
Braulia, filha de Jacinto e Cecília	100\$000
Jovita, filha de Benedicta	100\$000 ⁶⁶

Esses registros mostram que as enfermidades eram um importante fator depreciativo no valor dos escravos. Inclusive, aqueles escravos que sofriam de mal que os impossibilitava de trabalhar – “inutilizados” – nem eram avaliados. Segundo Eduardo Schnoor, uma análise nesses documentos pode “identificar um conjunto de doenças e defeitos físicos encontrados nestas escravarias”.⁶⁷ Citando Afrânio Peixoto, esse mesmo autor diz que:

(...) doenças dos escravos não diferiam do conjunto da população. A única exceção eram as filariases (mais conhecidas como elefantíases), que por serem originárias da África, eram próprias aos cativos.⁶⁸

Em diversas localidades do Vale do Paraíba fluminense e paulista, Schnoor encontrou registros variados de descrição de escravos doentes ou com defeitos físicos: morfêia, tétano, tuberculose, gota, disenteria que aparecia como “doente da barriga”, impaludismo como “opilado”, escorbuto como “possui o vírus escorbútico” ou “mal de Luanda”, doenças venéreas, doenças ligadas ao trabalho (relaxamentos,

⁶⁶ CDAPH/USF - Inventário de Gertrudes Lauriana, 1881, caixa 93, pasta 01. Grifos meus.

⁶⁷ SCHNOOR, Eduardo. “O resgate dos inventários como documentos príncipes para a história da saúde dos escravos” in: *Doenças e escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. [Organização de] Ângela Porto, Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz, 2007, p.2.

⁶⁸ Idem, p.1.

rendidos, quebrados, com dores); braço quebrado, doente, doentes de feridas; doentes do fígado; dos peitos; com verminose; “com bofes queimados pela cachaça” (alcoólatra), “com chaga no pé”, “com bolbas”, “costuma botar sangue pela boca. Apesar de doentes, os que tinham ofício, alcançavam boa cotação.⁶⁹

De modo geral, as doenças tinham uma relação direta com as condições de vida e forma como os escravos eram tratados pela classe senhorial. Em seu estudo sobre o Rio de Janeiro Karasch aponta que:

A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos enfraqueciam e preparavam os escravos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do Rio urbano.⁷⁰

Sob este ponto de vista, é possível afirmar que as condições de vida da escravaria de Gertrudes Lauriana, em Bragança, não eram nada boas já que apresentava um elevado número de cativos doentes ou com defeitos físicos. Eis alguns exemplos: rendido, aleijado, papudo (com papo), com catarata, cambaio, quebrado, defeituoso, com pé inchado, inutilizado, doente, gago, todo inchado, *epléptico* e paralítico.

Além dos registros inventariais, a imprensa também é uma boa fonte para se pesquisar as doenças do século XIX. No caso de Bragança, a doença mais lembrada pelo jornal local era a *morphéa*⁷¹. Na visão desse periódico, todos deviam recear a propagação desse mal, especialmente os fazendeiros senhores de escravos, pois:

(...) é público e notório que os escravos procurão de propósito este contacto, á fim de por este meio obterem a sua liberdade, logo que sejam affectados do mal. (*O Guaripocaba*, 30/09/1877)

Ao afirmar que era de propósito que os escravos buscavam contato com outros *morphéticos* a fim de contraírem a doença e assim alcançar a liberdade, o jornal

⁶⁹ Idem, p.2-8.

⁷⁰ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.207.

⁷¹ Antigamente essa doença também era chamada de lepra. Hoje em dia ela é mais conhecida por hanseníase.

local parece se basear em práticas conhecidas pela população local. Não consegui encontrar nenhum caso que confirme tal prática. No entanto, há registros demonstrando que um escravo afetado por uma doença contagiosa tinha grande possibilidade de conquistar a liberdade. O caso da crioula Esperança Maria das Dores parece-nos exemplar. Ainda quando estava no cativeiro, Esperança foi afetada pela *morphéa*. Com medo de que a doença se disseminasse entre os moradores de sua fazenda, seu senhor decidiu abrir mão dos direitos que tinha sobre Esperança e assim lhe concedeu a liberdade. Tempos depois, Esperança recupera sua saúde e seu ex-senhor, inconformado, tenta restabelecer seu direito de propriedade sobre a liberta. Esperança então vai até a Justiça e solicita uma manutenção judicial de liberdade⁷². Está claro que houve um erro de diagnóstico da doença, pois a *morphéa* era uma doença incurável.⁷³ Contudo, esse caso nos faz pensar na possibilidade de que escravos locais, na esperança de conquistar a liberdade, tirassem algum proveito do temor e repugnância que a *morphéa* causava entre os moradores locais. Quem sabe espalhassem falsos boatos de que estavam contaminados com aquele terrível mal. De qualquer modo nunca saberemos o que ocorreu com Esperança.

Mas retornemos a 1836 para analisar outras características da população negra em Bragança. Observem os dados “por classes” de Bragança e de Atibaia para aquele ano.

⁷² CDAPH/USP – Auto cíveis de Justificação – Justificante: Esperança Maria das Dores, 1872, Caixa 82 Pasta 8.

⁷³ Para uma pesquisa mais aprofundada a respeito de doenças que se manifestavam no cativeiro ver: PORTO, Ângela. (org.) *Doenças e escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz, 2007. (CD-ROM) Textos apresentados no 12º Encontro Regional de História – ANPUH, Niterói, RJ.

Tabela 4
DISCRIMINAÇÃO POR CLASSES – BRAGANÇA (1836)

	BRAGANÇA		Total
	Homens	Mulheres	
Branco	3.582	3.580	7162
Índios	---	---	---
Pardos livres	815	862	1677
Pardos cativos	213	217	430
Pretos crioulos livres	26	27	53
Pretos crioulos cativo	664	519	1183
Pretos africanos livres	3	4	7
Pretos africanos cativos	687	419	1106

(MÜLLER, 1938, p.159-160)

Tabela 5
DISCRIMINAÇÃO POR CLASSES – ATIBAIA (1836)

	ATIBAIA		Total
	Homens	Mulheres	
Branco	2692	2719	5411
Índios	---	---	---
Pardos livres	1073	1230	2303
Pardos cativos	277	270	547
Pretos crioulos livres	6	2	8
Pretos crioulos cativo	595	638	1233
Pretos africanos livres	47	45	92
Pretos africanos cativos	292	224	516

(MÜLLER, 1938, p.159-160)

Os números revelam que a maioria da população da Região Bragantina em 1836 era de cor branca, 12.573 (57,86%). Quanto aos cativos, a maioria era de cor negra, 4.038 – 1.622 africanos e 2.416 crioulos (18,59%). Observem que o número de pardos cativos é de apenas 977 (4,5%)⁷⁴.

Por outro lado, o número de pardos livres, 3.980 (18,32%), é bem superior ao de africanos e crioulos livres que somavam 160, mas muito parecido com a soma dos cativos africanos e crioulos. Esses números sugerem que a liberdade tinha uma relação direta com a tonalidade da cor da pele. Na medida em que, pela miscigenação, a população negra “branqueava”, aumentavam suas possibilidades de alforria. Segundo Valter Martins⁷⁵, as crianças nascidas de uniões entre mulheres

⁷⁴ Obs.: se somarmos todos os números referentes a esta tabela encontraremos o resultado de 10.110, ou seja, há uma diferença, a menor, de 101 habitantes se compararmos à população oficial de Atibaia para aquele ano que foi de 10.211 habitantes. Por isso, os percentuais referentes às tabelas 4 e 5 apresentam pequenas diferenças. Ver nota 13.

⁷⁵ MARTINS, 1996. *Op. cit.* p.36.

livres e escravos nasciam livres, mas esse tipo de relação não era muito comum, o que predominava eram “as mancebias de proprietários com negras e mulatas”. Apesar de nascerem de ventre escravo, os filhos nascidos dessas relações tinham possibilidades maiores, se comparados a outros escravos, de serem libertados pelos pais brancos. É importante lembrar que esse processo de miscigenação já vinha ocorrendo há um bom tempo, desde o início do povoamento em meados do século XVII. Portanto, um bom número de pardos e crioulos livres, registrados no recenseamento de 1836, nunca experimentara a dura vida do cativo.

Durante os séculos XVIII e XIX a Região Bragantina foi conhecida por sua produção de gêneros básicos que, além de suprir as necessidades da povoação local, abastecia diversas cidades, sobretudo a capital da província paulista. A região era, “por assim dizer, os celeiros da Capital, cultivam o feijão, milho e arroz, e criam porcos”⁷⁶. Além desses gêneros, a região também produzia: pequena quantidade de café, aguardente, algodão em rama, gado cavalariço, mular e *vaccum*, farinha de milho e azeite de amendoim⁷⁷. Em 1836 Müller contabilizou em Bragança: 17 fazendas de criação e 10 fazendas de café e em Atibaia: 12 fazendas de criação, 4 fazendas de café e 5 destilarias de aguardente⁷⁸.

As consultas nos inventários indicam que o trabalho escravo era empregado nas atividades predominantes da região – produção de alimentos básicos, fazendas de café e criação de animais, sobretudo porcos para produção de toucinho. Waldomiro Franco da Silveira coletou registros que também apontam nessa direção. Um deles mostra que em 1799 o maior proprietário de escravos de Atibaia, Frutuoso Furquim de Campos⁷⁹, usava seu plantel de cerca de uma centena de escravos na produção de gêneros básicos como o feijão, milho açúcar e aguardente.

Como boa parte da produção da lavoura de mantimentos (farinha de milho, feijão e arroz) e criação de porcos (toicinho) era destinada à exportação para outras cidades, sobretudo a capital da província paulista, era necessário o uso dos

⁷⁶ MÜLLER, 1938. *Op. cit.*, p.25.

⁷⁷ *Ibidem*, p.126.

⁷⁸ *Ibidem*, p.130-131.

⁷⁹ SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo: S/Ed, 1950, p. 249.

tropeiros para o transporte dessas mercadorias a outros centros urbanos. Da mesma forma, era através das bestas de carga que eram trazidos para cá os produtos de que os consumidores locais necessitavam e que não eram produzidos na região. A atividade ligada aos tropeiros foi registrada na pesquisa de Beatriz W. de Cerqueira Leite.

Em 1828, havia apenas quatro [tropeiros] na vila de Bragança, enquanto que em Atibaia havia 16, além de 7 que comandavam tropa, 4 arrieiros e um que dizia trabalhar com tropa. A freguesia de Nazaré possuía nove tropeiros; a freguesia de Santo Antonio da Cachoeira, em 1835, tinha 13 donos de tropa, 7 tropeiros, e 1 camarada de tropa, e a Capela de Campo Largo, distrito de Atibaia, possuía ao todo 15 pessoas ocupadas com tropas⁸⁰.

No entanto, Beatriz C. Leite não é muito clara a respeito da presença de escravos no trato das tropas de muares, mas me parece grande a possibilidade de encontrar cativos atuando nestas atividades já que alguns sitiantes da região, donos de escravos, possuíam suas tropas e, portanto, é possível que parte desses cativos também lidasse com essa atividade. Numa oportunidade Beatriz C. Leite diz que tropeiros da região “iam ao Rio de Janeiro para buscar mercadorias e tinham comboio de negros novos⁸¹”.

Em Bragança há um processo onde um escravo de nome Aleixo pleiteia sua liberdade alegando que seu senhor, em diversos momentos, tornara público o seu desejo de libertá-lo em testamento. Mas, para a infelicidade de Aleixo, seu senhor vem a falecer sem antes ter registrado em cartório o antigo desejo de libertar seu escravo. O que há de singular nesse processo é o fato de ele trazer o registro da experiência de um escravo fazendo parte de uma tropa. Aleixo viera para a fazenda ainda criança, com sete anos, e, com o passar dos anos, tornou-se um escravo de inteira confiança de seu senhor.

(...) começando a servil-o não só como obrigava a condição de escravo, mas até sobre saindo tanto em solicitude e zello, como em amor e fidelidade, de maneira que em bem poucos annos, com preferênciã a tantos outros escravos que o mesmo possuía, era o A.

⁸⁰LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Op. cit.* p.182.

⁸¹ Idem, p.181.

[autor – Aleixo] o seu escravo fiel, seu pagem que o acompanhava para toda a parte, quer escoteiro, quer nas viagens que o mesmo fazia com sua Tropa carregada; (...) Era então o A. quem domava, arreiava, e viajava com a tropa para onde podia alcançar mais pingues interesses a seu Sr. aquém prestava contas tão completas, e satisfatórias, que jamais deixava elle de as manifestar a todas as pessoas com quem se dava.⁸²

Esse processo revela que estava aberta a escravos de confiança, como Aleixo, a possibilidade de terem suas vidas marcadas pela experiência de fazer parte das tropas que viajavam pela região e por outros estados, levando e trazendo mercadorias.

Não se sabe ao certo quando se deu a chegada do café na Região Bragantina, mas a mais antiga referência encontrada é datada de 1798. Esse registro foi coletado pelo historiador atibaense Waldomiro da Silveira e trata-se de um ofício da câmara de Atibaia que tinha por objetivo responder a uma circular que o governo provincial enviou às câmaras paulistas, nele consta que:

O único que nesta vila usa arado para plantação de mandioca e café em chácara de sua propriedade que está fundando, é o Capitão José Antonio da Silva Coelho, escrivão deste Senado (...)⁸³

Segundo Silveira, além de ser a primeira aparição do café na região, há ainda suspeitas de que esse registro assinalaria também o início do uso do arado nos cafezais do país⁸⁴. No entanto, é preciso considerar que Silveira realizou seu trabalho, segundo suas próprias palavras, “com o fito único de cultuar a cidade” que o viu nascer.⁸⁵

O mesmo autor encontrou ainda registros da produção de café na Vila de Nazaré em 1824. Naquele ano o censo apontou que:

(...) o vigário, padre Luiz Manoel de Souza Freire, natural de São Paulo, teve de renda, no vigariato 200\$000 e mais dez arrobas de

⁸² CDAPH/USF, Processo de liberdade do escravo Aleixo, 1837, Caixa 45 pasta 17.

⁸³ SILVEIRA, 1950. *Op.cit.* p.248.

⁸⁴ *Ibidem*, p.248.

⁸⁵ *Ibidem*, p.3.

café vendidas na vila, a 2\$280 a arroba; este padre tinha uma escravatura de 28 crioulos e 34 peças de Guiné⁸⁶.

Esse registro nos dá indícios de que a lavoura cafeeira, cultivada graças à mão-de-obra escrava, fazia-se presente na Região Bragantina desde o primeiro quartel do século XIX. Tanto que os apontamentos do Mal. Müller de 1836 registram em Bragança uma “pequena quantidade de café”. No entanto, a produção comercial só começa a ganhar volume a partir da segunda metade do século XIX.

De acordo com um ofício da câmara local respondendo a uma circular do governo provincial, Bragança possuía em 1871:

(...) Clima excelente, grande porção de terras de primeira qualidade tem sempre produzido abundância de gêneros alimentícios á *baixos preços* e com algum excesso para exportação; produzio n'estes últimos seis annos grande abundância de algodão de excellentes qualidades, subindo a exportação d'esse gênero no presente anno à mais de noventa mil arrobas, occupando dez maquinas, sendo três movidas à vapor e as demais á água; tem produzido café com a *máxima vantagem*, sendo ainda pequena essa cultura, porém com progressivos augmento⁸⁷.

Comparado aos dados de 1836, nota-se que a produção de gêneros alimentícios continua ainda forte em 1871, embora com “baixos preços”. O café está em expansão, mas ainda com um baixo volume de produção, mas com “máxima vantagem”. Esse documento ilustra bem o desejo dos representantes da câmara local na expansão da lavoura cafeeira, já que era muito mais vantajosa para o município. A partir de 1877, com o início da circulação do jornal local *O Guaripocaba*, os defensores da expansão da lavoura cafeeira terão um espaço onde defenderão suas ideias.

O mesmo ofício apresenta ainda a cultura do algodão que estava com a produção aquecida. Contudo, esse quadro somente perduraria até meados da década de 1870. Segundo Souza e Santos, a provável causa desse surto temporário deve-se à desorganização da produção algodoeira estadunidense durante a Guerra

⁸⁶ Ibidem, p. 281.

⁸⁷ AESP, Ofícios diversos - Caixa 48, Pasta 01, D.19A, ordem C0842, 1871. Grifos meus.

da Secessão entre os anos 1861 e 1865⁸⁸. Contudo, é preciso cautela ao analisar esse tipo de fonte, pois os representantes locais podiam estar fazendo uso político de tal circular para assim construir uma imagem positiva da cidade em que atuavam – “clima excelente”, “terras de primeira qualidade”, “abundância de gêneros alimentícios”.

Observem alguns dados referentes à trajetória da cultura cafeeira em Bragança:

Tabela 6

PRODUÇÃO DE CAFÉ EM BRAGANÇA (1836-1905)				
ANO	1836	1854	1886	1905
ARROBAS	2.400	36.755	250.000	712.303

Fonte: CAMARGO, *apud* SOUZA, Jair Aniceto de, & SANTOS, João Kennedy A. *Op.cit.* p.77

Se em 1836, Bragança contava com 10 fazendas de café, em meados da década de 1870 já era aproximadamente uma centena, um acréscimo de 900%⁸⁹. Segundo Milliet, a cultura extensiva do café na região deu-se, aproximadamente, por volta de 1854. Nessa época, o café expandia-se para a zona central, da qual Bragança fazia parte. Em poucos anos, o município integrou-se na produção cafeeira para exportação, saltando de 2.400 arrobas em 1836, para 36.755 arrobas em 1854, um crescimento superior a 1.400%. No ano de 1886, a lavoura cafeeira bragantina produziu 250.000 arrobas. O salto é extraordinário e significa um crescimento superior a 100 vezes em relação ao que era produzido em 1836. No início do século XX, em 1905, a produção do município atingia 712.303 arrobas.⁹⁰ Esses números mostram que o café teve presença ativa na história de Bragança, especialmente nas últimas décadas do século XIX.

⁸⁸ SOUZA, Jair Aniceto de, & SANTOS, João Kennedy A. “O desenvolvimento de Bragança no contexto da economia paulista.” In: *Câmara Municipal de Bragança Paulista. Trajetória e identidades, 1797-1997 Câmara Municipal Da Estância de Bragança Paulista*. Bragança Paulista, SP: Câmara Municipal, 1998. p.70.

⁸⁹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876 / coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques; e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 148-149.

⁹⁰ SOUZA & SANTOS, 1998. *Op. cit.* p.76-77.

Todo esse panorama da cultura do café na região reflete a conjuntura da época, em que o café se torna o produto mais importante da lavoura nacional. Embora Bragança nunca tenha alcançado o nível de produção das cidades do Oeste paulista, a renda advinda do café viabilizou importantes melhoramentos urbanos para a cidade. Nas últimas décadas do século XIX Bragança possuía: teatro, Mercado Municipal (1887), Estrada de Ferro Bragantina e inserção do telégrafo (1884), telefone (1896), Matadouro (1898), Hospital de *morphéticos* (1879), Hospital de isolamento para tuberculosos (1898) e Santa Casa de Misericórdia (1884)⁹¹.

Os números da lavoura cafeeira bragantina são relativamente expressivos e parecem indicar que houve uma significativa mudança no patamar econômico de Bragança nas últimas décadas do século XIX. Porém, é preciso cautela na leitura desses números, pois os índices acabam por homogeneizar as condições socioeconômicas de toda a população. Como bem ressaltou Lúcia Siqueira em seu trabalho sobre a vizinha cidade de Socorro:

Sempre haverá junto a um novo toque de riqueza, um batuque de pobreza; não se deve esperar uma compreensão fácil das relações econômicas quando há senhores enriquecendo com mulas ou café e, ao seu lado, permanecem os casebres pobres, os forros ou fugitivos em atividades informais e escondidas⁹².

Nossa pesquisa sobre Bragança aponta para um quadro muito parecido com este. No entanto, os almanaques⁹³ do início do século XX, majoritariamente, registram uma cidade progressista afinada com os ideais de modernidade da época. Nesta “Bragança Moderna” parece não haver tensões sociais. Os únicos protagonistas são uns poucos letrados, grandes fazendeiros e capitalistas identificados como fomentadores do progresso local. O uso desse tipo de fonte sem uma devida análise crítica por muitos memorialistas contribuiu para que alguns sujeitos sociais pouco prestigiados naquelas fontes se tornassem invisíveis. O

⁹¹ BUENO, Maria de Fátima Guimarães. “Fotografias: o olhar do fotógrafo à trama urbana.” In: *CADERNOS DO CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL*, Universidade São Francisco, v.1, n.º 2. Bragança Paulista: CMR, 1993.

⁹² SIQUEIRA, Lucília. *Bens e costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da Cafeicultura paulista (1840-1895)*. Tese (doutorado) apresentada à FFLCH/USP, 1999, p. 50.

⁹³ Sobre os almanaques bragantinos, confira o importante trabalho de BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

resultado disso foi uma história sem pobres, sem mulheres, sem escravos, sem libertos, sem tropeiros e sem criadores de porcos. Onde estavam esses personagens que também fizeram parte daquela atmosfera do século XIX? Quais suas experiências de vida? É óbvio que, por carência de tempo, este trabalho não conseguirá se aprofundar em todas essas questões. Por isso estamos focalizando basicamente a experiência de senhores e escravos. Contudo, considero importante deixar registrada a necessidade de novas pesquisas que caminhem nesta direção.

Na segunda metade do século XIX o país, como um todo, passa por profundas transformações, parte delas decorrentes da proibição do tráfico de escravos africanos. Essa nova conjuntura social cria um ambiente de incertezas no mercado de mão-de-obra cativa que, por sua vez, suscita um grande debate nacional sobre o regime escravista. A questão servil ou questão acerca do elemento servil, como ficou conhecida no parlamento, ganhará força, sobretudo, após os anos 1870. De modo geral, os parlamentares discutiam ideias e propostas em torno das implicações da extinção do regime escravista e possíveis alternativas que minimizassem seus efeitos colaterais. A imprensa, inclusive a bragantina, participou de forma ativa de todo aquele processo histórico. As notícias publicadas no jornal local deixavam a população bragantina inteirada das discussões parlamentares a respeito da questão da mão-de-obra escrava que culminariam com a assinatura da Lei Áurea em 1888.

Com o fim do fluxo de cativos africanos para o Brasil⁹⁴ (1850) os senhores de escravos tiveram que criar novas estratégias para uma nova conformação social que se apresentava. Cabia aos cafeicultores do sudeste o desafio maior, pois suas lavouras passavam por um momento de expansão em direção ao Oeste paulista e necessitavam de um número cada vez maior de braços para a lida do café.

Apesar da incontestável derrota, os grandes escravocratas não sentiram de imediato as consequências daquele fato, pois tiveram um certo tempo para se

⁹⁴ Para maiores informações o tráfico negreiro cf.: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio – Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000; ainda do mesmo autor: *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

acomodarem à nova conjuntura. Podemos elencar pelo menos três fatores que corroboram essa afirmação: 1) às vésperas da aprovação da Lei Eusébio de Queirós os envolvidos no tráfico negreiro, por estratégia de negócio, intensificaram a importação de cativos africanos. Assim, nos últimos anos antes da aprovação da lei, houve um aumento significativo de desembarques de africanos no país que acabaram por arrefecer, pelo menos por algum tempo, as demandas por braços das lavouras cafeeiras do sudeste⁹⁵; 2) os senhores ainda podiam contar com a reprodução natural que já havia no interior do cativo e assim continuaram a produzir um bom número de escravos, bastava apenas implementar medidas que estimulassem os escravos para esse fim⁹⁶. 3) algumas regiões do Brasil, como por exemplo, o Nordeste açucareiro, passavam por um período de declínio econômico que produzia um excedente de mão-de-obra escrava subutilizada que não tardou a ser observado pelos grandes mercadores de escravos. Assim, o tráfico interno de cativos apresentou-se como a melhor alternativa, pelo menos no curto prazo, aos interesses senhoriais do sudeste cafeeiro⁹⁷.

Bragança parece ter começado a sentir os efeitos do fim do tráfico só a partir de meados da década de 1870 quando a produção cafeeira começa a ganhar preferência sobre a cultura de alimentos e criação de porcos. Até então, não havia grande demanda por mão-de-obra cativa.

Esse período da história de Bragança também coincide com a criação da Lei Rio Branco em 1871 que, posteriormente, ficou conhecida por Lei do Ventre Livre.⁹⁸

⁹⁵ “Depois de receber de cem a 1200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839, cifra que oscilou de 14 mil a 23 mil anuais durante a primeira metade da década de 1840. Chegou-se a uma média anual de quase 50 mil africanos desembarcados entre 1846 e 1850”. Cf. FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*, p.43.

⁹⁶ Em consulta a um livro de batismo de ingênuos da Paróquia de Bragança, entre 1872 e 1888 nasceram e foram batizados na Paróquia cerca de 1500 ingênuos. Embora esse número se refira à época pós lei do Ventre Livre, a quantidade é bem significativa e acredito que pode servir de parâmetro para anos anteriores.

⁹⁷ Observando a naturalidade dos cativos que foram registrados nos inventários *post-mortem* e Lista de compra e venda de escravos do arquivo do CDAPH/USF, percebe-se que não eram poucos os escravos de origem nordestina que para cá vieram. Eis algumas localidades de origem desses cativos: Nossa Senhora das Dores (SE), Geremoaba (BA), São Francisco (CE), Fortaleza (CE), Alcântara (MA), Sobral (CE), Penha (CE), Viana (MA), Penedo (AL), Natal (RN), etc.

⁹⁸ Sobre esse período e os desdobramentos da Lei 2040 ver: MENDONÇA, Joseli Nunes. *Op. cit.*, MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Op. cit.*. Cf. também CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX” in: *Dados –*

Essa lei libertou os filhos das escravas e pôs fim à reprodução natural de cativos da qual, muitos senhores, principalmente aqueles de menor poder aquisitivo, vinham se utilizando para manterem seus plantéis.

Tabela 7
Bragança – População (1872)

Condições			Raças			
	Sexos	Almas	Branco	Pardo	Pretos	Caboclos
Livres	H	4819	2235	1413	797	374
	M	4829	2285	1390	776	378
	S	9648	4520	2803	1573	752
	%	83,0	38,89	24,12	13,53	6,47
Escravos	H	993	---	381	612	---
	M	982	---	366	616	---
	S	1975	---	747	1228	---
	%	17,0	0,00	6,43	10,56	0,00
Soma total		11.623	4520	3550	2801	752

Obs.: H: homens. M: mulheres, S: soma

Fonte: CENSO de 1872⁹⁹

Tabela 8
Região Bragantina – População (1872)

Condições			Raças			
	Sexos	Almas	Branco	Pardo	Pretos	Caboclos
Livres	H	12637	6804	3237	1636	960
	M	12230	6589	3272	1487	882
	S	24867	13393	6509	3123	1842
	%	85.13	45.85	22.28	10.69	6.31
Escravos	H	2215	---	779	1436	---
	M	2127	---	742	1385	---
	S	4342	---	1521	2821	---
	%	14.87		5.21	9.66	---
Soma total		29.209	13393	8030	5944	1842

Obs.: H: homens. M: mulheres, S: soma

Fonte: CENSO de 1872

Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Campus. Vol.28, n.º 1, 1985, p.45-60. Ver ainda CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...* Op. cit.. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. BERTIN, Enidélce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e Dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

⁹⁹ O os dados do Censo de 1872 foram compilados por mim após consulta no CEDHAL/USP.

Se compararmos os dados de 1836 e 1872, à primeira vista, parecerá que a população de Bragança esteve estática por quase quatro décadas, mas é preciso lembrar que durante esse período o território bragantino sofreu perdas significativas com a emancipação das freguesias de Amparo e de Socorro. Deste modo, é possível afirmar que houve variações importantes na população de Bragança durante esse período.

Os números do Censo de 1872 mostram que, percentualmente, a população de brancos, em Bragança e Região, sofreu um decréscimo significativo. Se em 1836 os brancos representavam 61,62% da população de Bragança, agora eles passam a representar 38,89%. Embora com redução menor, os números da Região Bragantina também indicam essa direção. Antes eram 57,86% e agora, os brancos representam 45,85% da população.

Inversamente, o número de pardos livres tem um acentuado acréscimo. Em 1836 significavam 14,43% da população do município de Bragança e agora já representam 24,12% da população local.

O total de pardos – livres e escravos – de Bragança registra 30,55%. Enquanto os pretos – livres e cativos – significavam 24,09% da população local. Se considerarmos todos os pardos e pretos – livres e escravos – de Bragança em 1872 chegaremos ao número de **54,64%** da população sendo 37,65% formado por livres.

O Censo de 1872 apontou também a existência de 250 africanos vivendo em Bragança, 136 desses eram cativos. Isto significa que a maioria da população discriminada apenas por “pretos”, num total de 2.801, era de crioulos que, por sua vez, era majoritariamente composta por livres (1.573).

O percentual de cativos também teve uma redução. Em 1836 representavam 20,38% da população de Bragança, em 1872 o índice era de 16,99%. Esse número é bastante semelhante ao que Ribeiro Jr. encontrou em Uberaba neste mesmo ano – 17,8%.¹⁰⁰ Os números parecem indicar que a liberdade almejada pelos escravos estava mais acessível às novas gerações, inclusive aos crioulos. Já não havia a barreira da língua e podiam contar com uma extensa rede de solidariedade formada ao longo dos anos.

¹⁰⁰ Cf. RIBEIRO JR., Florisvaldo Paulo. *Op. cit.*, p.44 e 48.

Também é preciso considerar que essas novas gerações de cativos já nasciam em um ambiente onde já havia o costume de poder constituir família e, neste caso, morar separado de outros escravos; poder juntar pecúlio; a não separação de famílias; poder comprar a própria liberdade; de poder cultivar suas próprias roças; descanso nos dias santos. Em alguns processos judiciais a palavra “costume” aparece como se fosse uma norma (“direito”) que deveria ser observada pelos senhores.¹⁰¹ Isso indica que o direito costumeiro era usado pelos cativos como moeda para “negociar” as condições do cativo¹⁰².

Precisamos agora abrir um parêntese para falar um pouco da população de *caboclos* de Bragança e região que, de acordo com o censo de 1872, era de 752 e 1842, respectivamente. Mas quem seriam esses *caboclos*? O censo não faz nenhuma referência de quais eram suas características físicas. Também não localizei nenhum estudo que identificasse de forma mais conclusiva esses sujeitos, sem contar que essa designação parece variar de acordo com a região do país. Segundo o dicionário Aurélio¹⁰³ o termo *caboclo* vem do tupi *Kari boka* (procedente do branco) e seria o mestiço de branco com índio. O *caboclo*, segundo o Aurélio, apresenta cor acobreada e cabelos lisos, aliás, essas são as características físicas mais lembradas pelos dicionaristas. *Caboclo* também é usado como sinônimo de *caipira* que, segundo a versão eletrônica do Aurélio¹⁰⁴, seria o habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros. Outro dicionário também nos diz que *caboclo* é o trabalhador do sertão ou da roça, queimado de sol.¹⁰⁵ Embora, de modo geral, os dicionaristas afirmem que *caboclo* seria uma pessoa mestiça de índio com branco, também haveria nesta mistura o sangue do africano, tanto que há dicionários que se referem ao *caboclo* como um *mulato* de cor acobreada.¹⁰⁶ No arquivo do fórum de Atibaia encontrei um

¹⁰¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre esses “direitos” Cf. MATTOS [DE CASTRO], *Op. cit.*

¹⁰² Sobre esse assunto cf.: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁰³ Novo Dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1ª Edição (2ª impressão), Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s/d.

¹⁰⁴ Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0, Editora Positivo, 2004.

¹⁰⁵ Cf. Dicionário Popular Brasileiro, 6ª Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

¹⁰⁶ Cf. Pequeno dicionário de brasileiro da língua portuguesa, 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1944; DICIONÁRIO de Sinônimos e Antônimos, Orlando Mendes de Moraes e

documento em que os escravos de uma fazenda referiam-se ao feitor da fazenda como um *caboclo*. Pelo exame de corpo de delito esse feitor possuía as seguintes características “mediana estatura de cor parda, cabelos pretos, notando-se uma madeixa de cabelos brancos no lado direito, de rosto triangular, barbas pretas e pouco serradas”.¹⁰⁷

George Andrews também se deparou com essas mesmas dificuldades para se definir o termo *caboclo*. No entanto ele encontrou um artigo de 1893 que faz uma distinção entre caboclos e mamelucos (mestiços de índios com brancos). Segundo essa fonte¹⁰⁸, “os primeiros [caboclos] eram o produto de um processo mais amplo de mistura de raças entre africanos, índios e brancos”. Concordo com Andrews quando ele afirma que “na prática, em São Paulo, “caboclo” parece ter significado um camponês de pele escura e raça indeterminada, em geral envolvido na agricultura de subsistência ou no trabalho por dia nas fazendas, e participante da cultura caipira (...) rural”.¹⁰⁹ Em fim, parece que podemos usar o termo caboclo, ao menos no território paulista, como sinônimo de caipira, muitas vezes, vivendo nas fazendas como um agregado.

No final do século XVIII, o então maior proprietário de escravos de Atibaia, Frutuoso Furquim de Campos¹¹⁰, contava com um plantel de cerca de cem cativos. Com a força do trabalho deles, o proprietário conseguiu vender, em 1799, 100 alqueires de milho, 30 arrobas de açúcar, 20 canadas de aguardente e 30 alqueires

Leovam de Azeredo Pena, 5ª Edição. São Paulo: Tupã Editora, s/d; ver também Dicionário Houais da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

¹⁰⁷ Sumário de Culpa pelo Assassinato de Antonio Bento da Cruz (feitor), Réus: Deolindo, Paulino e Manoel, escravos do Tenente José Ignácio da Silveira e Damião e Sabino, escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos, 1886, Caixa 16 Júri 1º Ofício – Fórum de Atibaia. Cf. auto de corpo de delito, fl. 6 verso.

¹⁰⁸ “Colônias orphanológicas”, *O Estado de São Paulo*, 02/01/1893.

¹⁰⁹ Cf. ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p. 95 (nota de rodapé).

¹¹⁰ SILVEIRA, W.F. Op. cit. p. 249.

de feijão¹¹¹. O que nos chama a atenção é o elevado número de cativos usados na produção de alimentos, negócio que, desde os tempos coloniais, nunca foi muito rentável e, por esse motivo, sempre era considerada cultura de segunda importância. Embora esse exemplo diga respeito a um único e grande fazendeiro, ainda assim, acreditamos que isso demonstra uma maior facilidade de acesso à mão-de-obra escrava naquele momento histórico.

Plantéis desse porte parecem ter se tornado cada vez mais raros na Região Bragantina a partir de meados do século XIX, quando se extinguiu o tráfico negreiro. Mesmo com o avanço do cultivo do café e a provável elevação na renda dos fazendeiros locais, foi encontrado, naquele período, apenas um proprietário com um plantel com mais de uma centena de escravos em Bragança, o maior e mais próspero núcleo urbano da região. Enfim, o predomínio de pequenos plantéis foi uma das características da escravidão local.

O coronel Antonio Manoel Gonçalves, provavelmente o mais rico fazendeiro de Bragança no período escravista, possuía em 1886¹¹², 103 escravos, distribuídos em suas várias propriedades fartas de plantações de café. Além das casas na cidade, fazendas, cafezais, escravos e demais benfeitorias, o inventário do Cel. Gonçalves ainda trazia arrolados entre seus bens, 18 animais, sendo 15 de carga e 3 de sela; 16 bois e 30 porcos de criar¹¹³.

Como já dissemos, plantéis como o do coronel Gonçalves eram raridade. De modo geral a população escrava estava distribuída em propriedades rurais com pequenos plantéis.

Eis alguns plantéis pesquisados nos inventários do CDAPH/USF entre 1849 a 1887:

¹¹¹ Canada: antiga unidade de medida de capacidade para líquidos, equivalente a quatro quartilhos, ou seja, 2.662 litros. Alqueire: Antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a quatro quartas, ou seja, 36.27 litros.

¹¹² CDAPH/USF – Testamento de Antonio Manoel Gonçalves, 1887, caixa 102 pasta 11. Apesar de esse inventário ser datado de 1887, a lista de cativos de sua propriedade foi elaborada em 1886. A obrigatoriedade desta lista foi determinada pela lei dos Sexagenários de 1885. A lei do Ventre Livre já criara uma lista nos mesmos moldes em 1871. Cf. SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no século XIX". In: *Estudos Econômicos* 13 [1]. São Paulo: IPE, 1983, p. 117-140.

¹¹³ Idem.

Tabela 9
Inventários de Bragança – 1849/1888

PROPRIETÁRIO	ANO	ESCRAVOS ¹¹⁴	TIPO DE LAVOURA/ATIVIDADE ECONÔMICA	Localização CDAPH/USF
Berto de Lima Bueno	1849	16	Milho, porcos, alguns cavalos e monjolo	Cx 59 pasta 08
Ana de Souza Sardinha	1850	10	Feijão, milho, café, porcos, monjolo.	Cx 59 pasta 17
Cândida de Souza	1855	10	Não consta	Cx 64 pasta 10
Francisco Xavier Ferreira da Cunha	1855	03	Não consta	Cx 64 pasta 12
Pe. Policarpo Joaquim de Oliveira Cezar	1856	04	Não consta	Cx 65 pasta 06
Lourenço Justiniano de Souza Leme	1859	03	Café, milho e porcos	Cx 69 pasta 07
Ana Joaquina	1865	01	Não consta	Cx 75 pasta 03
Joaquim Antonio Pinto	1865	06	Milho e monjolo	Cx 75 pasta 08
Joaquim Maria de Godói	1867	02	Não consta	Cx 76 pasta 11
Manoel Vitorino Bueno	1870	06	Não consta	Cx 80 pasta 08
Francisco Gomes Moreira	1870	16	Café	Cx 80 pasta 03
Manoel Joaquim de Godói	1871	08	Milho, café, banana	Cx 81 pasta 13
Francisco Pires Pimentel	1874	03	Milho, arroz, feijão, café, porcos, prensa de farinha de mandioca e monjolo	Cx 84 pasta 12
Emília Rosa da Conceição	1874	00	Porcos	Cx 84 pasta 11
Manuel José Lopes	1875	00	Café, Monjolo e moinho	Cx 86 pasta 08
Aureliano de Oliveira Pinto	1879	01 (2ingênuos)	Não consta	Cx 89 pasta 14
Joaquina Correa de Godói	1880	04	Café, 4 juntas de boi, 4 vacas e 2 novilhas, 1 boizinho, monjolo	Cx 91 pasta 10
Joaquim Mariano da Cruz	1880	00	Não consta	Cx 91 pasta 11
Gertrudes Lauriana	1881	66 (5 ingênuos)	2 carros (12 bois), 6 bestas, 20 cabeças de reses, 50 porcos, feijão, milho, café e frutas	Cx 93 pasta 01
Cândido Furquim de Campos	1882	03	Não consta	Cx 94 pasta 02
João Cândido Ferreira	1884	36 (2 ingênuos)	Tijolos, café, moinho e monjolo	Cx 102 pasta 03
José Pires de Oliveira	1885	00	Não consta	Cx 98 pasta 05
Severino de Lima Franco	1885	00	Café, monjolo	Cx 98 pasta 08
Francisco Emilio da Silva Leme	1886	28	Café, ações (EF Bragantina) e debêntures	Cx 99 ^B pasta 03
Antonio Manoel Gonçalves	1887	103	Café, 15 animais de carga, 3 de sela, 16 bois, 30 porcos e ações da EF Bragantina	Cx 102 pasta 11

Esses números nos permitem afirmar que Bragança Paulista caracterizava-se por uma região em que proprietários de escravos de grande porte não eram habituais.

De acordo com os dados dos inventários pesquisados, o café, com 12 aparições, era o produto mais encontrado, durante aquele período, nas propriedades de Bragança, seguido pelo milho e a criação de porcos, ambos com 7 aparições. Algo que também não poderíamos deixar de notar é o monjolo, que foi encontrado em 8 inventários. Vale lembrar que essa engenhoca movida à água era

¹¹⁴ Obs.: escravos que constam como dotes de familiares do inventariado também foram incluídos em seu plantel.

principalmente usada para pilar o milho que ia virar farinha. O que se infere desses números é que, embora o café fosse ganhando mais espaço em Bragança, as antigas atividades de produção de mantimentos não foram abandonadas durante o período pesquisado, inclusive em algumas propriedades elas conviviam concomitantemente.

Parece-nos que a expansão da lavoura cafeeira teve grande influência no tipo de ocupação rural de Bragança onde predominavam pequenas e médias propriedades. Nesses inventários, pude verificar que os maiores produtores tinham suas lavouras distribuídas por várias propriedades rurais. Um exemplo é o inventário de Gertrudes Lauriana onde constava *uma fazenda, com casa, cafezaes, fructas pendentes, gramados, machinas de beneficiar café e todas as demais benfeitorias --- 80:000\$000; terras no lugar denominado Varzinha com cafezal, fructas pendentes ... ---15:000\$000; O sitio da serra do Pântano com casa, gramado, cafezal e fructas...--- 8:000\$000; O sítio do Socorro no Bairro das Lavras de Baixo com casa, gramado e benfeitorias...---6:000\$000.*¹¹⁵ Suspeito que os antigos produtores de alimentos tenham lentamente substituído suas antigas plantações pelo plantio de café. Primeiramente em pequenas partes de suas propriedades e só após estarem certos do retorno financeiro é que expandiram suas plantações de café. Entretanto, esta região já vinha sendo ocupada há pelo menos dois séculos¹¹⁶ e, quando os produtores rurais se deram conta das vantagens da lavoura cafeeira, boa parte das propriedades já não comportava grandes plantações. Assim, este inventário sugere que uma das saídas encontradas por estes produtores, que desejavam expandir suas plantações, foi adquirir outras porções de terra, muitas vezes distantes de sua antiga propriedade.

Mesmo se tratando de uma amostragem, esses inventários também indicam uma mudança na característica dos plantéis ao longo de quase 40 anos. Em meados do século os plantéis, embora pequenos, são mais bem distribuídos entre os proprietários. Já ao final do período, o quadro aponta uma tendência de concentração de cativos em poucas propriedades.

¹¹⁵ Inventário de Gertrudes Lauriana, 1881. caixa 93, pasta 11 arquivo CDAPH/USF

¹¹⁶ Segundo Cerqueira Leite, as primeiras ocupações da região datam do início do século XVII. LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Região Bragantina – Estudo Econômico Social (1653-1836)*. Marília, SP : Faculdade de Ciências e Letras de Marília, s/d. p.223.

Os elevados preços alcançados no mercado de escravos, sobretudo no início dos anos 1880, parecem ter se tornado um fator impeditivo para que pequenos e médios produtores rurais pudessem dispor de um maior número de cativos. É provável que áreas mais dinâmicas do sudeste cafeeiro, como o Oeste paulista, conhecidas pela grande atração de mão-de-obra cativa, tenham, de certa maneira, contribuído para que outras regiões, como a Bragantina, tivessem mais dificuldades em suprir suas demandas pelo braço escravo. Contudo, isso é apenas uma suspeita. Quem sabe em futuras pesquisas possamos ter uma compreensão mais concreta acerca desses impactos.

Os documentos pesquisados demonstram que Bragança, na segunda metade do século XIX, não era um grande polo de atração de mão de obra escrava. No período entre 1872 a 1887 foram negociados apenas 372 escravos¹¹⁷. A maioria destes cativos era da própria cidade de Bragança, mas também vieram para cá escravos de outras localidades, principalmente do sul de Minas Gerais como Pouso Alegre, Jaguaray (Camanducaia), Cambuy e Santa Rita de Extrema. Segundo Lucília Siqueira, a partir de 1860, Bragança ganha destaque na região e, juntamente com São Paulo, começa a substituir as cidades de Santos e Rio de Janeiro no fornecimento de mercadorias para Socorro.¹¹⁸ Acredito que os deslocamentos de escravos de toda a região para Bragança deviam estar intimamente ligados a esse fator, já que os documentos consultados apontam um frequente contato entre negociantes bragantinos e mineiros.

Fazendeiros de Bragança também adquiriam cativos na própria Região Bragantina, como Santo Antonio da Cachoeira (Piracaia) e Atibaia. Em menores proporções, mas de grande importância histórica, também vieram à Bragança escravos de outras regiões do país. Além de São Paulo, foram encontrados escravos dos seguintes estados: Minas Gerais, Ceará, Bahia, Pernambuco,

¹¹⁷ CDAPH/USF – Relação de compra e venda de escravos e liberdades (1872-1887), caixa 84, pasta 9; CDAPH/USF – Relação de Meias Sisas de escravos (1878-1887), caixa 88, pasta 11.

¹¹⁸ SIQUEIRA, Lucília. *Op. cit.*, p.218.

Maranhão, Rio de Janeiro (Corte), Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Rio Grande do Norte.¹¹⁹

O principal comprador de escravos em Bragança foi o Tenente Coronel Antonio Manoel Gonçalves que, no período entre 1872 e 1887, adquiriu 48 escravos. No entanto, a maior transação de compra envolveu outro fazendeiro, José de Oliveira Bueno e Prado que em um único dia, em 1875, adquiriu 27 escravos. A compra de tão grande número de escravos talvez fosse para suprir a demanda de uma nova unidade de produção ou para ampliação de uma cultura já existente.

É preciso ressaltar que tais transações que envolviam grande número de escravos eram raridade. A maioria não ultrapassava três cativos. Entre 1872 a 1887 apenas 4 compradores se destacaram: o Tenente Coronel Antonio Manoel Gonçalves (48), José de Oliveira Bueno e Prado (28), Joaquim José de Moraes Dantas (19) e Anna Justina de Moraes Silva (11). O número de cativos obtidos por eles nessas negociações totalizou 106, ou seja quase 29% de todas as transações. O restante, 266, dividia-se entre pequenas aquisições feitas por um bom número de sujeitos locais. Esses números parecem divergir um pouco dos dados aferidos nos inventários, pois sugerem uma atomização da propriedade escrava em Bragança. Todavia, se considerarmos que poucos senhores possuíam médios ou grandes plantéis, verá também que há convergências. No entanto, é preciso pensar que os inventários retratam apenas os plantéis de senhores que faleceram naquele período. Assim, os dados específicos de cada tipo de documento podem ser vistos como complementares, já que revelam duas faces da mesma realidade. Contudo, os documentos consultados indicam a predominância de pequenos plantéis de escravos em Bragança que se encaixam perfeitamente no ambiente observado pelo jornal local em 1879 quando afirmava a existência de “poucos senhores abastados” e “muitas fortunas médias”.

Para fazer esse levantamento de compra e venda de cativos em Bragança foi necessário compilar dois tipos de documentos – Relação de contratos sobre

¹¹⁹ Sobre o tráfico interprovincial e seus efeitos cf.: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Op. cit.*

escravos e liberdades¹²⁰ e Relação de meias sisas de escravos¹²¹. Além disso, achei por bem também separar os dados referentes às liberdades de escravos constantes no primeiro documento. A partir daí foi possível construir uma planilha com a relação de compra e venda de escravos privilegiando as seguintes informações: a data da transação, nome do comprador, nome e cor dos escravos e origem. Após esses procedimentos foi possível ter uma maior compreensão dos dados. Como era de se esperar, a maioria dos compradores eram da própria cidade, mas também pode se observar na lista compradores e vendedores de outras localidades que registraram seus “negócios” em Bragança. Foi o caso de um senhor de Amparo que em maio de 1874 adquiriu os escravos Rita, de cor fula e Lindóro, de cor branca. Ambos pertencentes a um senhor de Santo Antonio da Cachoeira (Piracaia). Aliás, esse caso merece um comentário. Além de Lindóro, de cor branca, há registro de um escravo de nome João de cor clara. ¹²² Acredito que existissem mais escravos com iguais características em Bragança, pois boa parte dos registros não faz referência à cor dos cativos. Nos inventários consultados encontrei mais dois escravos classificados como de cor clara – Lourenço e João – , ambos pertencentes à mesma senhora, Getrudes Lauriana.¹²³

Nestes registros de compra e venda de escravos, também há anotações interessantes que mostram que em certos casos as transações diziam respeito a apenas parte de escravos. O tabelião local deixou ainda registrado “negócios” envolvendo trocas de escravos como a que ocorreu em agosto de 1874, quando dois senhores efetuaram a troca da escrava Josefa e seu filho ingênuo Antonio pela metade do escravo Adão. Por vezes, nos cartórios e inventários, escravos eram “divididos” entre vários senhores como uma mercadoria qualquer. Enfim, os “negócios” da escravidão revelam as vicissitudes a que os escravos estavam sujeitos no dia a dia, mesmo para aqueles que, como Lindóro, eram classificados como brancos.

Há no arquivo da Cúria Diocesana de Bragança Paulista um livro de batismo de ingênuos com aproximadamente 1500 registros entre 1871 e 1887. Embora esse

¹²⁰ CDAPH/USF – caixa 84, pasta 9.

¹²¹ CDAPH/USF – caixa 88, pasta 11.

¹²² Idem, 20/10/1878, Firmino Joaquim de Lima comprou João de cor clara por 1:900\$000.

¹²³ Cf. CDAPH/USF – Inventário de Getrudes Lauriana, 1881, caixa 93, pasta 01.

número diga respeito a ingênuos, já que a partir da lei de 1871 não mais nasceriam escravos no país, o elevado número dá-nos a dimensão dos nascimentos no interior do cativeiro e faz-nos suspeitar que em Bragança, pelo menos enquanto a lei permitiu, a reprodução natural é que garantia a manutenção dos plantéis, já que aquisições de novos escravos eram mínimas, se comparadas ao número de nascimentos.

No decorrer do século XIX, o processo de urbanização de Bragança parece seguir um ritmo bastante lento, pelo menos até os anos 1870. Segundo o livro de Martins e Laurito a paisagem urbana da cidade era, em 1872, ainda muito incipiente:

As ruas mal cuidadas tinham pouco movimento. Veículos registrados: uma carroça d'água e dois ou três trolis particulares. O serviço de transporte era feito em animais ou nos pesados carros de boi. Mantinham-se a custo poucos oficiais de sapateiro e alfaiate, que não se afastavam do rotineiro processo de costurar a mão. Existiam duas farmácias: a de Gabriel da Silveira Vasconcelos e a do dr. Antonio Januário Lopes de Andrade, e uma marcenaria, um bilhar e uma padaria; um, e as vezes dois açougues, várias tascas e alguns negócios de secos e molhados; duas escolas públicas para ambos os sexos.(...) O município todo era habitado por 9.648 pessoas e 1.975 escravos, que ocupavam 1.392 casas¹²⁴.

Embora tenhamos que ponderar esse registro de Martins e Laurito, datado de 1943, provavelmente resultado de lembranças de velhos moradores locais que vivenciaram as últimas décadas do século XIX e, além do mais, carregaram uma intenção saudosista¹²⁵ de um tempo muito mais lento que não volta mais, há outros registros no *Guaripocaba* que evidenciam a verossimilhança dos registros desses autores.

¹²⁴ MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Op. cit.*, p. 124.

¹²⁵ Em diversos momentos os autores mostram essa visão saudosista. "O bucolismo doirado da vida antiga, a singeleza de costumes, a graça rude desses tempos remotos e rústicos ... Que saudade ... Outrora era a paz idílica, a doçura das cousas, a mansidão dos costumes: - uma viola, a sombra de uma árvore bastavam a cristalizar todas as nossas emoções. Hoje é tormento da velocidade, o delírio do tempo a angústia de correr, de vencer quilômetros em segundos, de varar os espaços, para tombarmos aniquilados, de vertigem, grudada à argila rebelde do corpo moroso a asa febricitante das ambições imensas...". (p.132)

Num editorial, do *Guaripocaba* (03/03/1878) aponta-se que 88% dos moradores do município de Bragança estavam concentrados na área rural. Isso é uma clara evidência de que, se quisermos encontrar as pistas dos cativos bragantinos, devemos procurá-los, majoritariamente, nas fazendas, sítios e chácaras da zona rural. A maioria exercendo atividades ligadas à lavoura ou aos serviços domésticos.

Ainda que o maior contingente de cativos em Bragança se concentrasse no meio rural, devemos estar atentos, pois não havia na época uma separação tão rígida entre o mundo rural e o urbano. Mesmo porque, muitos senhores de escravos mantinham residências tanto no campo quanto na cidade. Isso possibilitava a muitos escravos transitar por entre esses dois universos.

Até mesmo aqueles escravos que não pertenciam a senhores com tais características, por diversos motivos, circulavam por todo o município. Muitos aproveitavam os dias de descanso, quando tinham mais liberdade de movimentação, e tomavam o rumo da cidade a fim de vender produtos de suas roças e fazer pequenas compras nas vendas e armazéns da cidade. Os dias de festas religiosas promovidas pela Igreja Católica, nos mais diversos templos da cidade, também eram momentos propícios para se encontrarem e se divertirem.

Um mesmo cativo poderia executar diversos tipos de afazeres. Escravos que atuavam na lavoura podiam em outros momentos lidar com as tarefas da cozinha ou qualquer outro serviço doméstico. Escravas que ocupavam o serviço doméstico, por vezes, podiam também servir de mensageiras e assim levar bilhetes (recados) de seus senhores a uma terceira pessoa ou então fazer pequenas compras nos armazéns da cidade. Escravos também transitavam com carroças carregadas de diversos itens pelas ruas e estradas do município.

Alguns poucos cativos que gozavam de maior confiança senhorial também podiam servir de feitor. Nestes casos, entretanto, nem sempre significava menor carga de trabalho. Encontrei registros que revelam que escravos nestas condições não se limitavam a dar ordens, mas também dividiam com seus companheiros o duro trabalho da lavoura.

A utilização do trabalho de crianças escravas também parecia muito comum em Bragança. Nascido em Ouro Fino, Minas Gerais, com doze anos, Romualdo

demonstra bem as possibilidades de atuação de uma criança escrava num universo escravista. Num processo em que seu senhor era réu, ele foi convocado a prestar depoimento como informante. Indagado sobre o que presenciara naquele fatídico dia em que uma escrava da fazenda se “afogara” em um tanque, Romualdo disse que:

(...) veio nesse dia à cidade trazer um carneiro e um peru mandado pelo acusado, e para levar da cidade mudas de couve e feijão, disse mais que estava no cafezal e ouviu dizer que foi a Justiça em um dia fazer exame no tanque.¹²⁶

O depoimento de Romualdo é bastante revelador quanto aos afazeres que ele, apesar da pouca idade, desempenhava na fazenda. Além de cuidar da lida do café, também era responsável pela condução de um cargueiro até a cidade.

Tabela 10

Profissões ocupadas por escravos Região Bragantina (1872)	
Costureiras	101 escravas
Em metais	23 escravos
Em madeiras	46 escravos
Em tecidos	83 escravos H=14, M=69
De edificações	36 escravos
Em couros e peles	28 escravos
De vestuários	14 escravos
De calçados	19 escravos
Lavradores	2235 escravos H=1392, M=843)
Criados e jornaleiros (assalariados)	133 escravos)
Serviços domésticos	743 escravos H=75, M=668)
Sem profissão [especificada]	865 escravos H=503, M=362)
De chapéu	04 escravos
Pescadores	12 escravos

Fonte: Censo de 1872¹²⁷

Tabela 11

Profissões ocupadas por escravos Bragança (1872)	
Em metais	08 escravos
Em madeiras	13 escravos
Em tecidos	31 escravas
De edificações	17 escravos
Em couros e peles	02 escravos
De vestuários	02 escravos
De calçados	05 escravos
Lavradores	1230 escravo H=667, M=563
Serviços domésticos	176 escravos H=18, M=158
Sem profissão [especificada]	491 escravos H=261, M=230

Fonte: Censo de 1872

¹²⁶ CDAPH/USF – Sumário de culpa – Réu cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, cx 84 pasta 02.

¹²⁷ Obs.: o Censo de 1872 foi o primeiro do Brasil e, apesar de seu significativo valor como fonte histórica, não está isento de falhas. Parece-me bastante improvável que em Bragança, o maior e mais importante núcleo urbano da região, não existisse nenhum escravo entre os “criados e jornaleiros (assalariados), enquanto que em Atibaia e nas Paróquias de Nazaré e Santo Antonio da Cachoeira registram, ao todo, 133 cativos.

Os números das tabelas 9 e 10 apontam a existência de um bom número de cativos (37,62%), na maioria mulheres, ocupando serviços domésticos. Eni de Mesquita Samara afirma que:

Na economia urbana, especialmente no setor informal, a contribuição das mulheres, e dentre elas as escravas, foi fundamental. Nas famílias abastadas da zona rural cafeeira, as tarefas que nas casas mais humildes eram desempenhadas pelas esposas (amamentar, cuidar das crianças nas doenças, cozinhar, tecer, vestir), ficavam a cargo das cativas¹²⁸.

Embora a categoria “serviços domésticos” não seja muito esclarecedora, já que define apenas de forma genérica a ocupação dos cativos, parece consensual imaginarmos que essa categoria esteja relacionada a uma diversa gama de afazeres, sobretudo relacionados ao cuidar da casa. Nos inventários consultados há inúmeras profissões relacionadas a esse tipo de ocupação como, por exemplo: cozinheira, lavadeira, engomadeira, etc.

Embora o Censo de 1872 não aponte nenhum escravo jornaleiro (assalariado) em Bragança, há fortes evidências de que eles se faziam presentes no cotidiano da cidade. Um exemplo é o caso de Benedito Africano que, segundo a certidão da coletoria foi registrado como:

(...) escravo Benedicto, do sexo masculino, cor preta, de idade de trinta e nove anos. Solteiro, naturalidade desconhecida, filiação, desconhecida, capaz de todo o serviço, jornaleiro, empregado na lavoura, o qual foi matriculado (...)¹²⁹

Além de registrar a existência de escravos jornaleiros em Bragança, esse documento ainda nos dá pistas das imprecisões das fontes censitárias. Explicadas, em grande parte, talvez, pelas dificuldades que funcionários, responsáveis pela coletoria local, tinham no momento de efetuar tais registros, já que dependiam basicamente das informações dadas pelos proprietários dos cativos. Apesar de executar vários ofícios e trabalhar como jornaleiro, Benedito também era empregado

¹²⁸ SAMARA, Eni Mesquita. *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanitas, 1999, p.42.

¹²⁹ CDAPH/USF – Ação de Liberdade. Benedito Africano, 1875. Réu: Luiz Álvares da Cruz, 1875, cx 85 pasta 13. Remetido a 28 de Fevereiro de 1875 – Tribunal da Relação de São Paulo.

na lavoura “o qual foi matriculado”. Em face disso, é de se supor que muitos cativos registrados apenas exercendo serviços de lavoura, na verdade poderiam executar diversas outras atividades.

Sobre os escravos de ganho e de aluguel, Russel-Wood nos conta que o senhor de escravos:

(...) podia alugar os serviços desses escravos, conhecidos como escravos de aluguel ou escravos de ganho. Embora usadas indistintamente, em termos técnicos havia uma diferença entre essas duas categorias: enquanto no primeiro caso o proprietário estava diretamente envolvido ao alugar o escravo, no segundo a iniciativa de encontrar trabalho era do escravo, que então entregava um percentual mutuamente combinado de seus ganhos ao proprietário¹³⁰.

Dois anúncios do *Guaripocaba* confirmam também a existência de escravos de aluguel na paisagem bragantina

ES CRAVA

Informa-se nesta tipografia quem precisa alugar ou comprar uma escrava. (*O Guaripocaba*, 29/10/1885)

ALUGAM-SE ESCRAVOS

Os proprietários que tiverem escravos para alugar; ou quiserem vender seus serviços podem entender-se, n'esta cidade com Francisco Antonio Citrangolo – Rua das Pedras. (*O Guaripocaba*, 29/11/1885)

Documentos indicam que essa faceta da escravidão na Região Bragantina não era recente. Em 1824, a lista nominativa da Vila de Nazaré já apontava que o vigário Luiz Manoel de Souza Freire alugava seus 24 escravos “à razão de cem réis por dia, de cada um¹³¹”.

¹³⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.62-63. Para uma discussão mais aprofundada sobre escravidão urbana Cf. também ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988 e KARASCH, Mary C. *Op. cit.*

¹³¹ SILVEIRA, W. F. *op. cit.* p. 268.

Também há registros que indicam que escravos que exerciam atividades domésticas, inclusive de ganho, eram mais valorizados do que aqueles que trabalhavam nas lavouras.

COSINHEIRA

Precisa-se de uma, prefere-se captiva e de um moleque para serviços domésticos. Para informações, nesta typografia. (O *Guaripocaba*, 03/10/1886)

ESCRAVA

Vende-se uma preta, creoula de S. Antonio da Cachoeira, de 16 annos de idade, sadia, préstimo pouco, porque Ella propende mais pelos serviços de roça, e por essa razão é q'se vende. Para tratar, nesta cidade, rua do Commércio N. 24. (O *Guaripocaba*, 14/04/1878)

Ainda que não se saiba qual a proporção exata, tais registros dão sinais inequívocos da existência de escravos de ganho em Bragança e região. Maria, escrava do Dr. Jorge Montenegro, parece ter vivido esta experiência. Segundo o depoimento de uma testemunha, sobre um suposto furto na casa do mesmo senhor Montenegro, esta disse:

Que a ré escrava [Maria] lhe havia contado que deo uma nota de vinte mil réis para a [outra] ré Maria Joaquina trocar com o *fim de pagar o jornal*, a seo senhor, e que a ré Maria Joaquina só lhe dera três mil réis¹³².

De acordo com a testemunha, a escrava Maria (ré) estava tentando trocar uma nota de 20\$000 réis a fim de pagar o “jornal¹³³” ao seu senhor. O documento pesquisado não esclarece se Maria morava ou não na mesma casa de seu senhor, apenas registra que o “jornal” pago ao senhor Montenegro era no valor de 2\$000 réis. No entanto, parece indicar claramente que Maria vendia seus serviços a uma terceira pessoa e pagava ao seu senhor uma quantia (jornal) que, provavelmente, era combinada com seu proprietário.

Na zona urbana da cidade de São Paulo mulheres escravas também realizavam serviços semelhantes, elas:

¹³² CDAPH/USF - Sumário de culpa – A: A Justiça. RR: Maria de tal mulher de José Antonio do Couto e Maria, escrava do Dr. Miguel Jorge Montenegro, 1871. Caixa 81 pasta 14. Fl.14. Grifos meus.

¹³³ Paga de cada dia de trabalho.

(...) voltavam-se para a venda em tabuleiro, para o atendimento no pequeno comércio e para atividades domésticas, o que tornava sua presença marcante, servindo, inclusive, para o sustento de muitos proprietários.¹³⁴

Em Bragança, tanto na imprensa quanto nos documentos do judiciário, não encontrei escravas realizando atividades de venda em tabuleiro, mas há indícios nos códigos de posturas municipais de que essa atividade fazia-se presente no cotidiano local. Em 1858, as posturas avisavam que seria cobrado um imposto de seis mil e quatrocentos réis daqueles que vendiam fazendas secas em “tabuleiros” pelas ruas da cidade¹³⁵. Também em 1881, o código faz referências a essa atividade:

[Art. 79]

§ 3.º – De cada tavoleiro ou qualquer utensílio com quitandas, compreendendo doces, sequilhos, biscoitos, etc, 2\$.

§ 4.º – De cada taboleiro ou utensílio qualquer com quitandas, compreendendo carnes, toucinho, ou quaesquer outros gêneros comestíveis, 5\$.¹³⁶

O mesmo código, no artigo 131, ainda adverte:

Os negociantes que consentirem ajuntamentos de escravos em seus negócios, mais do tempo necessário para comprar e *vender*, incorrerão na multa de 6\$.¹³⁷

Embora esses registros não digam claramente que cativos, ou cativas, estavam presentes com seus tabuleiros nas ruas da cidade, a historiografia tem apontado que essas atividades, por serem socialmente pouco valorizadas, eram majoritariamente exercidas por escravos e libertos, na maioria mulheres.¹³⁸

¹³⁴ SAMARA, 1999. Op. Cit. p. 42.

¹³⁵ Código de Posturas Municipais de Bragança Paulista, 1859. Proposto pela Câmara Municipal em 24/01/1858. Cf.: Ata de 1858 fls.188-196.

¹³⁶ Código de Posturas da Câmara Municipal de Bragança – 1881

¹³⁷ Idem. Grifo meu.

¹³⁸ Cf.: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

Como estamos vendo, o braço escravo podia ser encontrado em diversos tipos de atividades por toda a Região Bragantina. Não há nada de incomum nisso. No entanto, há algo nos números do Censo de 1872 a que poucos pesquisadores deram atenção. Isso diz respeito às *Profissões manuais ou mecânicas* que foram divididas pelos recenseadores em duas categorias *costureiras* e *operários*. Esses últimos estavam distribuídos em vários ramos de atividade, tais como: *em metais, em madeiras, em tecidos, de edificações, em couros e peles, de vestuários e de calçados*. Se observarem novamente as tabelas de profissões verão que nestas atividades também podiam ser encontrados inúmeros escravos. Dito de outro modo, o mercado de trabalho da Região Bragantina contava com **operários cativos** ocupando os seguintes ramos de atividade: em metais (23), em madeiras (46), em tecidos (83, H: 14, M: 69), de edificações (36), em couros e peles (28 escravos), de vestuário (14), de calçados (19). Esses dados são significativos porque revelam a necessidade de se fazer novas pesquisas de modo a incluir os afro-brasileiros na história do operariado brasileiro.

Buscaremos agora trazer um pouco do cotidiano urbano da sociedade escravista bragantina. Com esse propósito escolhemos o jornal *O Guaripocaba* como fonte privilegiada por possibilitar uma visão mais ampla daquela sociedade oitocentista permeada pelo regime escravista.

Se nos editoriais desse jornal predominavam assuntos relacionados às questões políticas e econômicas mais amplas de âmbito nacional, em outras sessões os temas abordados eram bem mais variados, sobretudo relacionados ao município de Bragança e localidades vizinhas.

No espaço do jornal reservado às propagandas podia ser encontrada uma infinidade de anúncios dos mais diferentes segmentos que atuavam na cidade de Bragança. *Pharmácias* anunciavam fórmulas milagrosas que prometiam a cura de diversas enfermidades; barbeiro que se oferecia para aplicar *bixas hamburguezas*¹³⁹, *photógrafos* diziam tirar fotos com os mais aperfeiçoados sistemas da época; alfaiates ofereciam seus serviços; casas comerciais divulgavam a chegada de novos produtos a “preços razoáveis” ou “sem competência”. Os mais afortunados

¹³⁹ Sanguessugas.

bragantinos podiam ainda dispor, inclusive, dos serviços de um considerável dentista, Arthur Ribeiro, que garantia “extrair dentes sem a mínima dor pelo emprego de cocaína”.¹⁴⁰

O teatro local também fazia uso desse espaço para convidar a população para assistir aos espetáculos que, geralmente, “princiava” por volta das 8 horas da noite, prosseguindo até às “10 ½”.

Em época de festas e comemorações, tanto religiosas quanto profanas, os leitores bragantinos podiam se informar sobre a programação dos festejos de toda a região pelas páginas do *Guaripocaba*. Dentre as manifestações religiosas podemos destacar as festas: do Rosário, da Penha, do Bom Jesus (de Nazaré, de Pirapora, do Córrego, MG), de São João, de Santo Antonio, de São Pedro, de Nossa Senhora do Carmo (Cambuí, MG), da Semana Santa e do Natal.

Nos dias próximos ao carnaval, grandes espaços do jornal eram ocupados pelos anúncios carnavalescos conclamando o povo a se divertir nessa grande festa popular. Inclusive dela participavam os funcionários responsáveis pelo jornal. Nesta ocasião a folha de quinta-feira pós carnaval não podia sair – “Não queremos distrair nossos empregados do prazer de tomarem parte nos divertimentos” – .

Embora com pouca frequência, os editais de venda de escravos deixados pelos seus finados senhores, também eram publicados nas páginas do jornal. Nessa ocasião o juiz de órfãos anunciava a abertura do processo e a data em que seriam abertas as propostas de compra, eis um exemplo:

Faço saber aos que o presente edital virem, que, tendo de ser vendida a escrava Rosa, parda, de quinze anos de idade, solteira pertencente à herança do finado Ângelo José Antonio de Sousa, (...), recebe propostas em cartas fechadas, dentro do prazo de trinta dias, que correrá d’esta data até o dia vinte e nove de julho próximo futuro, e as dez horas desse dia, na casa de Câmara Municipal, sala das audiências, serão abertas as propostas; por isso devem comparecer no mesmo dia, lugar e hora, todos os proponentes, afim de ser efetuada a venda da dita escrava, com aquele que maior preço oferecer. (*O Guaripocaba*, 15/07/1877)

¹⁴⁰ *O Guaripocaba*, 10/12/1885.

Nas páginas do *Guaripocaba* apareciam também os negócios envolvendo compra, venda ou aluguel de escravos. O anúncio poderia ser feito inclusive pelos que estavam à procura dos serviços de um cativo. A procura por serviços de terceiros não se limitava aos adultos, o uso de mão-de-obra infantil, servil ou não, também pôde ser constatado nos anúncios.

Precisa-se de um menino preto ou branco de 10 annos para cima, para serviço doméstico e da-se lhe tempo para escola. Quem o tiver dirija-se á rua do Commercio n.º 42 para tractar, que paga-se bem. (O *Guaripocaba*, 12/10/1879)

Embora não esteja explícito, suspeito que o autor do anúncio estava à procura de uma criança que lhe prestasse serviços através do contrato de soldada. Esse tipo de contrato, que surgiu na legislação brasileira ainda no período imperial, permitia ao juiz de órfãos alugar crianças desamparadas ou “indigentes”. No entanto, famílias pobres que não podiam cuidar de suas crianças também passaram a alugar seus filhos menores em troca de um soldo que era estipulado pelos juizes. De acordo com a legislação o contratante deveria fornecer ao menor: alimentação, moradia, saúde, educação e um soldo¹⁴¹. O anúncio revela ainda que a educação escolar era algo valorizado na época e servia como mais um incentivo para as famílias pobres cederem seus filhos para prestarem serviços em casa de terceiros.

Como em outros locais do país, os órfãos de Bragança parece também que não tinham uma vida fácil. Inclusive, em certos casos, tinham uma experiência muito similar a de uma criança escrava.

Adivinhem !!!

Quem é um sujeitinho que por diante se parece com homem e por trás menino, e que occupa cartola e mora na cidade de ***à rua do comércio n.... Que presume ser um dos 7 sábios da Grécia, muito pretensioso, tolo, pedante, e chama a todos de burro. É um anão *Mombuta*, mais parece com bicho, (não é macaco nem homem, é aborto da natureza!) pretende ainda ser deputado na próxima legislatura; é redator de um jornal que só trata de vida privada; tem em seu poder uma órfã que é um Deus nos acuda! – mais parece

¹⁴¹ Sobre esse assunto ver: AZEVEDO, Gislane Campos. “*De Sebastianas e Giovannis*” – O universo do menor nos processos de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917) - Dissertação de Mestrado em História Social-PUC/SP, 1995.

com a falecida *Phrasona* do que com gente viva! A pobrezinha anda só com os calcanhares, com a cabeça cheia de feridas, os pés cheios de *morangos*, parece-se com uma cidade do celeste império em movimento; a roupa já foi no inferno, que os morphéticos a desprezam, essa é que serve para a desgraçada órfã!

Ah! Sr. Juiz, tenha compaixão d'essa miserável, que é um armazém de pancadas!!!

Por hoje, só ponho isto a apreciação do público para adivinhar mas prometendo logo divertir com melhores cousas e agradáveis petiscos d'esse tipinho.

A Panthera de Java (O Guaripocaba,
17/07/1879)

O excesso de adjetivações revela um texto jocoso, sem contar o nome de quem assina, *A Panthera de Java*.

Embora me pareça que o principal motivo de tal artigo era uma rixa entre dois órgãos de imprensa – *O Guaripocaba* e, talvez *O Bragantino*¹⁴² –, não se pode deixar de observar que o texto é bastante revelador quanto às condições de vida a que estavam sujeitos os órfãos de Bragança. Vejam que tal acusação foi possível porque a órfã era vista pelas ruas – “A pobrezinha anda só com os calcanhares, com a cabeça cheia de feridas, os pés cheios de *morangos*” – o que nos leva a desconfiar que o “sujeitinho” responsável pela “desgraçada órfã”, pessoa de destaque da sociedade, “redator de um jornal que só trata de vida privada” e que pretendia ainda “ser deputado na próxima legislatura”, não se mostrava preocupado em esconder os sinais de castigos que infligia à pobre órfã.

De modo geral, *O Guaripocaba* manifestava seu descontentamento com as precárias condições da cidade, em especial das vias públicas, direcionando seus artigos à Câmara Municipal que era na época a responsável pela administração local.

NOTICIÁRIO

Charco infecto – Chamamos a atenção da illm.^a Câmara e do sr. Fiscal para um deposito de água estagnada que existe no Lava-pés ao fim da rua do Commercio. Este charco de água pútrida e

¹⁴² Infelizmente esse jornal contemporâneo do *Guaripocaba* não foi conservado em nenhum arquivo e assim não pôde ser utilizado neste trabalho.

esverdeada póde tornar-se nocivo á salubridade pública. É necessário destruir esse foco de miasmas. (*O Guaripocaba*, 04/11/1877)

A QUEM COMPETIR

Pedem-nos para chamar-mos (sic) a atenção do sr. Fiscal da Câmara sobre o estado de immundicie em que se acha a porção da rua da Independência, compreendida entre a casa dos srs. Falabella e F. Tgozzo. Além das águas servidas que dos quintaes vizinhos correm pelos esgotos, alguém lembrou-se de fazer d'quelle espaço, logradouro público atirando lá gatos, ratos e até gallinhas mortas, para martyrio dos visinhos e transeuntes. (*O Guaripocaba*, 04/11/1885)

O jornal coloca-se como porta-voz de sujeitos que condenam tudo o que não está afinado com ideais de limpeza, higiene e saúde. Tais denúncias exigiam que o poder público tomasse providências no sentido de eliminar os focos de *miasmas* e assim diminuir o risco de desenvolvimento de possíveis epidemias. Durante todo o tempo em que esteve em atividade, o *Guaripocaba* sempre se mostrou preocupado com a higiene e embelezamento da cidade. Sua atuação não se limitava em fazer queixas, inclusive com ironias, mas também sugerir ações tanto do poder público local quanto da população bragantina. Neste aspecto, o jornal parecia alinhado com os projetos modernizantes de uma elite que via na “civilização” europeia um modelo a ser perseguido. Contudo, a realidade bragantina destoava em muito dos ideais de “civilização” e “modernidade” defendidos pelo *Guaripocaba*. Desde 1877 o jornal já vinha denunciando “o triste espetáculo” de “morféticos” vagando pela cidade.

Alguns desses infelizes moram freqüentemente dentro da cidade, lavam sua roupa nas aguadas comuns, respiram o mesmo ar com seus vizinhos, relacionam-se com pessoas incautas e quiçá, na obscuridão da noite, quantos erros, quantos enganãos ou logros, quantos amplexos às falsas *nubes pro Juno e mutatis mutandis?* (*O Guaripocaba*, 09/09/1877)

Para o jornal, tudo se resolveria se fosse construído um hospital para recolher esses morféticos de forma a retirá-los do espaço público. Em 1879 o tão esperado hospital foi erigido numa área relativamente distante da cidade, cerca de 2 km, sendo inaugurado em 1880. Entretanto, o hospital não chegou a ser usado, pois os

morféticos não aceitaram o isolamento e, segundo o *Almanach Bragantino* de 1914, ausentaram-se da cidade¹⁴³.

Parece-me que além da recusa dos morféticos em viver isolados, o insucesso do hospital deveu-se ainda a outro motivo – a falta de recursos para custear a manutenção do hospital. Para o jornal:

A nossa municipalidade, tendo auctorização legal para abrir o hospital de lázaros e compellir os affectados que esmolarem pela cidade e município a recolherem-se ao estabelecimento *não têm actualmente verba para fazer face às despesas*; e por isso resolveu appellar para o patriotismo e philantropia dos munícipes a fim de obter meios para pôr a medida em execução. Assim é que encarregou cidadãos desta cidade de promoverem assignados mensais, com aplicação ao custeio do hospital, esperando-se que ninguém se recuse auxiliar a câmara num empenho tão justo e de alcance real para todos. (*O Guaripocaba*, 23/08/1885, grifos meus)

Se a população deixasse de distribuir esmolas aos morféticos que vagavam pelas ruas e contribuísse com a manutenção do hospital, acabaria o “hediondo espetáculo dos lazarentos em repugnante romaria pelas ruas da cidade”. Eliminando assim o “perigoso contato com os sãos”.

Embora o jornal não fosse favorável à distribuição de esmolas aos morféticos, o certo é que tais práticas de assistência aos doentes eram recorrentes em Bragança, inclusive foram registrados em diversos testamentos onde se pode observar o desejo de muitas pessoas em deixar parte de seus bens para que fosse distribuída aos pobres e desvalidos, incluindo os lázaros da cidade. Esse tipo de prática também foi registrado pelo *Guaripocaba*.

Francisco de Oliveira Preto convida os lázaros deste município a apresentarem-se no domingo, 14 de Setembro próximo, defronte à sua casa, no largo da Matriz, a 1 hora da tarde, a fim de fazer-lhes distribuição de esmolas, por tenção [sic] de seu fallecido irmão José Joaquim de Oliveira Preto. (*O Guaripocaba*, 31/08/1879)

Além dos casos de morféia, Bragança também viveu momentos de temor com o risco de uma epidemia de varíola, e esse medo não era infundado. Na década de

¹⁴³ ALMANACH BRAGANTINO para 1914, apud BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *Op. cit.*, p.137.

1870 houve vários casos em toda a região. Nestas ocasiões os representantes públicos solicitavam com urgência ao governo provincial que enviasse recursos para combater “aquele mal”. Numa oportunidade a Câmara Municipal leva ao conhecimento do presidente da província que:

(...) no bairro dos Cubas districto da cidade de Atibaia, a uma légua de distância d'esta cidade apparecerão alguns casos de varíola, e se tem desenvolvido de tal maneira que de quinze dias a esta parte tem sido acommettidas d'essa enfermidade para mais de trinta pessoas, das quaes falecerão sete, estando outros em perigo.

Attribue-se a violenta propagação ou a falta de cautella ou de recursos, e sendo esta cidade onde o povo d'aquelle vem prover-se do necessário, entende esta Câmara que deve tomar alguma medida para prevenir o mal, e assim vae pedir à V.Ex.^a se digne de ministrar-lhe meios pecuniários para o dito fim.

Deus Guarde á V. Ex.^a m.^sa.^e

Paço da Câmara Municipal de Bragança, 19 de Outubro de 1876¹⁴⁴

Apesar da urgência, nem sempre o governo provincial atendia de prontidão à solicitação da câmara local. Assim, a própria comunidade se virava. Geralmente algum cidadão cedia alguma casa fora da cidade para que os acometidos daquele mal ficassem isolados.

O temor das epidemias, “o hediondo espetáculo dos lazarentos em repugnante romaria pelas ruas da cidade”, a “immundicie” das ruas, relatadas nos documentos da época, expõem as tristes condições sanitárias vividas pela população da cidade e faz revelar uma faceta nada glamourosa da “Bragança Moderna”.

¹⁴⁴ AESP – D-81, caixa 48, pasta 02, Ofícios Diversos, ordem C0842. Confira também os seguintes documentos de mesma natureza: D-39, D-44, D-52, D-53, D-59A, D-65 e D-69.

Capítulo 2

A sociedade escravista bragantina – relações de poder e resistências escravas

Ao documentar a inserção dos sujeitos históricos no conjunto das relações de poder, essa vertente de pesquisa contribui para historicizar estereótipos e desmistificá-los, pois através do esmiuçar das mediações sociais, pode trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papéis normativos. (...) na medida em que papéis informais foram focalizados e iluminados, propiciaram a análise da ambigüidade e mesmo da fluidez dessas práticas, costumes, estratégias de sobrevivência.

(Maria Odila Silva Dias – *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*)

Como já dissemos na introdução desse trabalho, entre os anos 1877 e início de 1889 existiu um jornal em Bragança denominado – *O Guaripocaba* –. Para tentar entender essa folha local é importante falar um pouco de seu antecessor *O Século XIX*, que, segundo dizem, foi o primeiro jornal da cidade. Esse periódico foi fundado em 1875 pelo capitão José Candido Furquim de Campos que teria sido sócio fundador de uma loja maçônica na cidade. *O Século XIX* se autodenominava *Folha Imparcial*, depois passou para folha *Literária e Noticiosa*, que só publicaria artigos de utilidade pública, “aceitando outros, quando responsabilizados e que não se admitiam *testas de ferro*”. Em 25 de dezembro de 1875, há uma nova modificação em seu slogan, agora se autodenomina “órgão do partido liberal, cujas idéias professava”. Segundo o anuário de 1902, com o encerramento das atividades desse jornal José Candido vendeu a tipografia a uma associação, muito provavelmente o *Club Litterário Bragantino*, que posteriormente deu início aos trabalhos do *Guaripocaba*. Alguns integrantes do *Século XIX* como Manoel de Almeida Carneiro, José Guilherme, Nicolau Asprino e Pedro Coutinho, continuaram seus trabalhos no *Guaripocaba*.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Sobre imprensa em Bragança Paulista cf. ARAÚJO, Francisco Cesar de. *História da Imprensa Bragantina*. Centro de Memória Regional/USF: Bragança Paulista, 1982; ANNUÁRIO para 1902. Typ.

Por sua vez, o *Club Litterário Bragantino*, foi fundado em 30 de março de 1873. Entre as ideias defendidas por essa associação estavam a instalação de uma biblioteca pública em Bragança e a “criação de uma aula nocturna”. Nas reuniões do *Club* eram discutidas as mais diversas questões, tais como:

Quem estabeleceu no mundo a sociedade intellectual pública? (...)
 Quem é maçõn póde ser Catholico Apostolico Romano, e a excomunhão de alguns Bispos contra a Sociedade Maçonica é anti christã e injusta.
 Porque a mulher é repellida dos negócios sociaes?
 Qual a influênciã do christianismo nas sociedades modernas? (...)
 Utilidade social e política do trabalho.
 Influênciã do celibato sobre o physico e moral do homem.
 Essência e divisão da philosophia. (...)
 Pena de morte. (...)
 A intolerância dogmática é diversa da intolerância civil – A primeira, é de necessidade absoluta; a segunda, depende das circunstâncias do Estado.¹⁴⁶

Entre os muitos sócios dessa associação estavam inúmeros integrantes da elite local formada por fazendeiros e profissionais liberais (professores, advogados, comerciantes, proprietário de jornal), alguns deles pertencentes à maçonaria. Entre os sócios *beneméritos* e *honorários* ainda estavam inclusos alguns membros do clero local. Algo que talvez seja importante destacar é que aqueles mesmos membros que fizeram parte do *Século XIX* e que farão parte do *Guaripocaba* também estavam entre os sócios fundadores do *Club Litterário Bragantino*.

Penso que o envolvimento das pessoas responsáveis pelo *O Guaripocaba* com os diferentes membros da elite local colaborou na configuração bem eclética desse jornal. Porém, sempre no sentido de defesa dos interesses da elite senhorial bragantina, sobretudo ligada à cultura do café.

Da mesma forma que seu antecessor, *O Século XIX*, *O Guaripocaba* também se apresentava ao público leitor com o slogan de “órgão imparcial”, numa clara tentativa de mostrar aos leitores que não tinha vínculo com qualquer grupo político.

da Cidade de Bragança, 1901 e ALMANACH Bragantino para 1914, organizado pela Papelaria Almeida, 1913.

¹⁴⁶ Cf. ALMANACH Bragantino para 1914, *Op. cit.*, p.105-108.

No entanto, isso não significou um não posicionamento frente às diversas questões políticas e econômicas que permeavam a sociedade da época. Muito pelo contrário, na prática, o jornal agia de forma incisiva na defesa de medidas políticas e econômicas que, segundo professava, conduziria o país no rumo do “progresso”. Mas esse “progresso” só seria possível com o desenvolvimento da lavoura. No entanto, embora se posicionasse a favor dos representantes da lavoura, isso não se traduziu num apoio irrestrito a toda classe senhorial. Sempre que achou necessário fez duras críticas aos maus fazendeiros que mantinham práticas consideradas pelo jornal como retrógradas, principalmente no trato com os escravos. Isso não quer dizer que essa folha local era generosa para com os escravos, na verdade O *Guaripocaba* defendia medidas que na prática resultariam numa maior vantagem econômica aos fazendeiros.

O que se observa é que naquele período havia disputas no interior da classe senhorial. No entanto, O *Guaripocaba* colocava-se acima dessas disputas e se apresentava como a voz da razão.

O contato com a ideologia liberal e a maçonaria,¹⁴⁷ parecem ter influenciado profundamente O *Guaripocaba*. Em diversos momentos manifestou-se favorável a um Estado laico. Nesse sentido, defendeu a secularização dos cemitérios como forma de acabar com o impasse criado por alguns clérigos que se recusavam a sepultar em solo sagrado membros da maçonaria, além de suicidas.¹⁴⁸ Também defendeu o positivismo como uma “seta filosófica” que conduziria a humanidade ao progresso.¹⁴⁹ Em seus editoriais e artigos sempre demonstrava um apoio expressivo à instrução¹⁵⁰, inclusive esboçando ideias que viabilizariam a implantação de uma biblioteca pública na cidade¹⁵¹. Também não poupou críticas ao espiritismo professado, curiosamente, pelo antigo fundador do *Século XIX* e também de uma loja maçônica, José Candido Furquim de Campos. Este acusava os responsáveis pelo *Guaripocaba* de “ignorantes, retrógrados, ateus e materialistas”. Por outro

¹⁴⁷ Como já foi dito, o gerente do *Guaripocaba*, Manoel de Almeida Carneiro, era maçom.

¹⁴⁸ O *Guaripocaba*, 21/09/1879 – “Questão Religiosa”

¹⁴⁹ O *Guaripocaba*, 23/11/1879 – “O que é positivismo”

¹⁵⁰ Vale lembrar que um de seus colaboradores, José Guilherme Christiano, era professor de diversas disciplinas e foi fundador do *Collégio Bragantino*. Cf. Almanack de Bragança para o ano de 1900, p. 64-69.

¹⁵¹ O *Guaripocaba*, 03/08/1879 – “Editorial”

lado, *O Guaripocaba* declarava que “combatemos e combateremos sempre o *espiritismo* como inútil, prejudicial e perigoso” à sociedade.¹⁵²

Como tantos outros periódicos do país, *O Guaripocaba* também se mostrava sensível aos males imputados à escravidão, que, segundo expressões da época, era um “cancro” que corroía a nação. No entanto, aquela geração não poderia ser responsabilizada pelos “erros e abusos dos antepassados”. Para esse periódico:

(...) A imprensa unânime não tem descurado tão momentosa questão [servil]; é mister que nossos legisladores se compenbrem do mais sagrado de seus deveres – *proteger a lavoura*, adotando medidas para que possa obter capitaes e braços, sem o que ela caminhará para sua ruína; e *a ruína da lavoura importará a ruína da nação*. (*O Guaripocaba*, 06/07/1879, grifos meus)

(...) Com boa vontade e um pouco de coragem, se quisermos mudar a decadência de *nossa lavoura* em invejável prosperidade: mas é preciso que perseveremos em *nossos esforços* e não nos deixemos desanimar por alguns pequenos obstáculos, que aparecerão. (*O Guaripocaba*, 26/10/1878, grifos meus)

Em sua curta existência *O Guaripocaba* tratou a lavoura como a coisa mais importante do país, a “melhor escora dos Estados” e por isso deveria ser preservada de qualquer intempérie, especialmente a falta de braços – *a ruína da lavoura importará a ruína da nação*. Esse modo como o jornal se posicionava, convergente aos interesses da lavoura cafeeira, que se mantinha graças à mão-de-obra escrava, são evidências que parecem indicar que *o Guaripocaba* servia como um órgão de expressão dos grandes fazendeiros locais.

Em 1879, *O Guaripocaba* deixa mais explícita sua posição. Naquele ano as crianças que haviam nascido após a Lei 2040 (Lei do Ventre Livre) de 1871 estariam completando oito anos e, portanto, poderiam conquistar a efetiva liberdade, mas isso dependeria da boa vontade senhorial. De acordo com essa lei, os filhos da mulher escrava nascidos a partir daquele ano – os ingênuos – deveriam permanecer em

¹⁵² *O Guaripocaba*, 07/12/1884. Nessa época José Candido Furquim de Campos gerenciava *O Lábaro*. Porém, há indícios de que essa rixa entre os dois jornais era anterior, quando José Candido estava à frente do *Bragantino*. Cf. *O Guaripocaba*, 28/03/1880 – “Folhetim”. Infelizmente esses dois periódicos não sobreviveram ao tempo e as informações que temos foram obtidas no próprio *Guaripocaba*.

companhia da mãe pelo menos até terem 8 anos. Quando completasse essa idade caberia ao senhor a opção de libertá-lo e ser indenizado pelo governo imperial com a quantia de 600\$000 ou então continuar a usufruir dos serviços dele até completar a idade de 21 anos quando então, finalmente, o filho da escrava ficaria livre de qualquer obrigação para com o senhor. Segundo o jornal:

(...) a deficiência de estabelecimentos agrícolas normais ou de quaisquer outros onde possam os ingênuos receber uma educação conveniente de modo a serem, mais tarde, empregados nos misteres da lavoura, ramo para o qual devemos convergir sempre nossas vistas, é uma razão ponderosa para *aconselharmos a opção pelos serviços até 21 annos*.

Acresce ainda que os serviços que prestarem os ingênuos até essa idade serão de maior monta q' o insignificante juro das apólices, pois o homem que seriamente se empregar em uma lavoura rendosa, como seja a do café, terá forçosamente um resultado imenso no decurso de 6 a 7 annos.

Os ingênuos educados debaixo do regime agrícola *não abraçarão, por certo, outra carreira* e serão para o futuro, excelentes braços com que pode a lavoura constar para o seu desenvolvimento.

Entendemos, pois, que, os possuidores de ingênuos não devem hesitar entre os arbítrios que lhes faculta a lei – devem sempre optar pelos serviços. (*O Guaripocaba, 27/07/1879, grifos meus*)

Segundo a recomendação do *Guaripocaba*, seria economicamente muito mais vantajoso aos proprietários permanecer com os ingênuos até que eles completassem os 21 anos. Além disso, havia ainda deficiência nos estabelecimentos agrícolas que seriam responsáveis pela educação e formação de mão-de-obra nas lavouras. Deste modo, os ingênuos deveriam permanecer nas próprias fazendas de seus proprietários onde seriam “educados debaixo do regime agrícola” e assim não correriam o risco de seguir outro caminho e tornar-se-iam “excelentes braços” com que a lavoura poderia contar futuramente para seu desenvolvimento. O que se infere desses posicionamentos é que o jornal dá sinais claros de estar preocupado com a permanência dos futuros libertos nas fazendas.

Para o jornal, a agricultura era uma atividade que contemplava o desenvolvimento da região, por isso era necessário preparar a mão-de-obra que se dedicaria àquela atividade.

Embora sempre propalasse estar a serviço de toda a população, o *Guaripocaba* tinha uma visão e compromisso político com os “de cima” da sociedade, já que suas reflexões privilegiavam uma diminuta aristocracia agrária. Em sua curta existência, o viés senhorial do *Guaripocaba* ajudou a produzir um conjunto de imagens, quase sempre de forma autoritária e preconceituosa, a respeito de diversos sujeitos socialmente de pouco prestígio, como escravos, libertos, *caboclos*, trabalhadores nacionais e prostitutas.

Segundo Lilian Schwarcz, a imprensa, nos anos finais do século XIX, foi um importante fórum de debates que ajudou na construção de representações do negro, escravos e libertos, sob a perspectiva do homem branco.

(...) e tendo como suposto que o “ato de descrever não se limita a simplesmente revelar um conhecimento”, a nossa postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto “expressão verdadeira” de uma época, ou como um veículo imparcial de “transmissão de informações”, mas antes como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época.¹⁵³

Ao refletir acerca da realidade na qual está inserida, a imprensa busca intervir no social. Esta intervenção dá-se a partir da produção de escritos que ensejam fazer uma tradução da sociedade para os leitores. É nesse exercício de interpretação social que a imprensa expressa suas opções políticas e o papel que os indivíduos devem desempenhar na sociedade. Desse modo, diversos sujeitos sociais do passado só aparecem por intermédio dos registros indiretos da imprensa. Segundo Laura Maciel, isso é:

Uma das razões ou dificuldades apontadas por historiadores para ouvir o discurso dos sem voz, isto é, a gente “normal”, “simples”, “despolitizada”; o discurso da maioria silenciosa, as tão desprezadas – tanto na política quanto na historiografia – “massas desorganizadas”, é que o povo comum em “sua vida normal, quase não produz papel e, portanto, permanece esquecido”. Por essa razão, afirma Silva, as massas populares só emergem para a história em momentos excepcionais, seja em “explosões periódicas” (greves, revoltas, quebra-quebras, etc) ou por meio “de movimentos

¹⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p.17.

organizados (partidos políticos, associações de trabalhadores, de moradores, etc)".¹⁵⁴

Esse é o desafio que se impõe àqueles que utilizam a imprensa como uma fonte histórica. É preciso examinar com cautela esses registros de forma a não endossar visões estereotipadas e/ou preconceituosas acerca de sujeitos sociais de pouco prestígio na época da produção dos registros.

O cenário social de atuação do *Guaripocaba* tinha como pano de fundo os acontecimentos nacionais envolvendo a lavoura e o elemento servil. Naquele momento, ninguém mais defendia abertamente a manutenção do regime escravista, contudo, havia divergências quanto ao modo como deveria ser seu desfecho. Uns achavam que não precisaria mais nenhuma ação do governo, o próprio tempo se encarregaria desse trabalho. Outros defendiam que a escravidão fosse abolida incondicionalmente e sem compensações aos fazendeiros. Enquanto outros, embora concordassem com sua extinção pela via parlamentar, achavam que os senhores deviam ter alguma compensação monetária. Percebendo que, de um jeito ou de outro, mais dia menos dia, a escravidão se extinguiria, surgem outras polêmicas nesse debate, principalmente em relação a uma provável falta de braços que, no futuro, poderia desorganizar a lavoura. Enfim, é nesse ambiente que o jornal construía o cenário da cidade e do país, onde se problematizava o lugar dos diversos sujeitos sociais da época.

Nos anos 1880 ganha força a ideia de “substituição”¹⁵⁵ da mão-de-obra escrava pela do imigrante, especialmente o europeu. Naquele momento em que o

¹⁵⁴ MACIEL, Laura Antunes “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra” In: MACIEL, Laura Antunes e outros (orgs.) *Outras Histórias: memórias e linguagens*, São Paulo: Olho D'Água, 2006, p.273-298.

¹⁵⁵ Uso esse termo com ressalva, pois o modo como às vezes é utilizado pode parecer aos desavisados que de uma hora para outra o negro desaparece da história do Brasil, fato que foi pouco observado pela historiografia. Para uma discussão mais aprofundada acerca desse assunto veja LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil” In: Projeto História 16: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.25-38. Confira também: MENDONÇA, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p.58-67. Ver ainda: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004, p.108-151. Segundo esses autores, eram as atitudes de recusa dos escravos frente à escravidão que fizeram emergir nos debates parlamentares as propostas de “substituição” do braço escravo pela mão-de-obra imigrante.

fim da escravidão parecia, aos olhos dos escravocratas, também o fim da lavoura, a imigração significou um aceno de que melhores tempos estavam por vir. A entrada em cena do braço imigrante fez subir ainda mais a temperatura dos debates acerca da questão servil. Doravante, os abolicionistas teriam mais um forte argumento na luta em prol da liberdade incondicional de todos os cativos.

Porém, na opinião do *Guaripocaba*, mesmo subvencionada pelo governo imperial, a imigração não se mostrava ainda muito interessante aos pequenos e médios cafeicultores. O resultado disso foi um acirramento nos ânimos de ambas as partes envolvidas no debate em torno da questão servil que contribuiu para aprofundar a divisão na sociedade, inclusive entre os representantes da lavoura¹⁵⁶.

O *Guaripocaba* não ficou alheio a esse debate, participou de forma bastante ativa tecendo seus comentários com opiniões e sugestões acerca do elemento servil. Seus argumentos eram sempre em defesa de medidas que pudessem pelo menos atenuar o impacto que haveria na lavoura caso fosse extinto o braço escravo.

Bragança, como muitas outras localidades do sudeste, tornou-se, em espaço relativamente curto de tempo, dependente dos recursos provenientes da lavoura cafeeira que era mantida, em boa medida, graças ao trabalho escravo. É neste contexto que devemos observar a atuação do *Guaripocaba* que se apresentava perante os leitores como “órgão imparcial do progresso”. Para o jornal, a conquista desse almejado status de desenvolvimento adviria de recursos provenientes da lavoura cafeeira que, por isso, deveria ser privilegiada com medidas de incentivo à produção. Embora pareça um tanto contraditória essa “modernidade”, já que se amparava na agricultura e não na indústria, como na Europa, ela fazia sentido, já que a cultura do café conquistara o posto número um na pauta de exportações brasileiras. Além disso, precisamos lembrar que foi o capital oriundo da lavoura que possibilitou a criação de indústrias no país.

¹⁵⁶ Segundo Hebe Mattos, nos últimos anos da escravidão no Brasil, houve uma “quebra de solidariedade entre as três maiores províncias escravistas” – SP, MG e RJ – suscitada pela opção de grandes fazendeiros paulistas, liderados por Antônio Prado, em conceder liberdades condicionais a seus escravos. Esses “terríveis” paulistas já vinham utilizando um bom número de imigrantes em suas propriedades o que fazia diminuir a dependência ao braço escravo. No entanto, em outras importantes províncias escravistas, como RJ e MG, os fazendeiros viviam uma realidade adversa e ainda eram bastante reticentes em seguir o exemplo paulista. Cf. MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Op. cit.*, sobretudo o capítulo 11 – *Os terríveis paulistas*.

Dessa forma, do ponto de vista dos fazendeiros, a instabilidade no mercado de mão-de-obra gerava um ambiente de insegurança quanto ao crescimento e ampliação desse negócio que, por sua vez, atravancava o progresso da cidade e do país. Assim, as discussões que permeavam praticamente toda a sociedade tinham por fim contornar o problema da falta de mão-de-obra de modo que a lavoura cafeeira saísse ilesa de todo esse processo. Um desarranjo naquela cultura traria reflexos diretos aos cofres públicos, o que inviabilizaria qualquer projeto de modernidade que traria o desejado “progresso”, tão defendido pelo jornal local.

Segundo o *Guaripocaba*, uma das alternativas para esta questão, estaria bem próxima, não era preciso buscar recursos no estrangeiro:

Quando nós temos braços aproveitáveis que podem e devem ser explorados com muito maior vantagem. Os jornaleiros brasileiros, que têm fama de indolentes e preguiçosos, podem tornar-se o melhor e mais proveitoso elemento para substituição do braço escravo. Corrigindo os defeitos da educação e obrigando-os ao trabalho com providências aplicadas com prudência e moderação. (*O Guaripocaba*, 27/01/1878)

É nesse momento delicado que o jornal revela suas concepções autoritárias e preconceituosas acerca da sociedade de sua época. Jornaleiros (trabalhadores) brasileiros devem ser “explorados com muito mais vantagem”, sob a ótica senhorial, é claro. Desde que, “corrigindo os defeitos da educação e obrigando-os ao trabalho”. A “educação” referida pelo jornal parece ter como fim a formação e disciplinarização de mão-de-obra específica para a lavoura. Além de revelar o uso da força para moldar os “jornaleiros brasileiros” de acordo com interesses da classe senhorial, deixa claro o lugar social que esses sujeitos deveriam ocupar na sociedade. Enfim, esse autoritarismo das elites parece ter sido aprendido e socializado pela elite senhorial no sentido de barrar a ascensão social de integrantes de camadas mais pobres.

É possível perceber que as ideias do jornal visam contribuir no sentido de mudar e afirmar positivamente o trabalho. Isso demonstra que, no seio da classe senhorial paulista, havia vozes dissonantes que pretendiam aproveitar a mão-de-obra nacional, desde que fossem preparados. No entanto, essas ideias foram sendo abandonadas no final da década de 1880 quando os representantes da lavoura vão

se dando conta de que a futura escassez de mão-de-obra poderia dar maior margem de barganha ao trabalhador nacional – na maioria de pele escura –, e, conseqüentemente arrefeceria o poder dos fazendeiros. É nesse momento que ganha força o racismo científico e a ideologia da vadiagem. Começam então a se espalhar nos jornais e no parlamento ideias como as de um parlamentar dizendo que eles “não trabalham porque são vadios”. Esses parlamentares decidem então deixar o “trabalhador nacional” de lado e investir na vinda maciça de imigrantes europeus de modo a criar uma situação em que “os trabalhadores devem procurar os proprietários, e não os proprietários os trabalhadores”. A forma como foi conduzido todo esse processo de modo a gerar um desequilíbrio entre a oferta e procura de mão-de-obra criou um quadro muito difícil para os recém-libertos do 13 de maio, ao menos no estado de São Paulo, pois pouco ou nada tinham a barganhar. Isso é o que apontam pesquisas recentes como as de George Andrews. Portanto, a tese de que os imigrantes eram superiores aos “trabalhadores nacionais” (na sua maioria de pele escura) não se sustenta. Mesmo porque esses trabalhadores serviam como escravos há muito tempo nessas fazendas, ao contrário de muitos imigrantes europeus que nunca tinham pegado numa enxada. Andrews ainda nos lembra que já em 1850, as fazendas de café paulistas empregavam cerca de 10% de mão-de-obra livre.¹⁵⁷

No entanto, em 1878, dizia o jornal, o *caboclo*¹⁵⁸ “em regra quase que geral, não tem ambição” e “pouco importa com o futuro”. E o que é pior, os lavradores cedem gratuitamente terras para:

(...) o pobre trabalhar e levantar uma tosca choupana. Com este passo, o agricultor não mede o alcance do mal que fez a si e ao próprio agregado: a si porque em vez de um camarada certo terá mais um concorrente ao extermínio de suas matas; porque colhendo estes mantimentos para satisfazer suas primeiras necessidades, (e quem sabe quantas vezes aumentará seus celeiros à custa das roças do patrão), Consome o tempo em pagodes, na caça e tocando viola. (*O Guaripocaba*, 27/01/1878)

¹⁵⁷ Cf. ANDREWS, George Reid. *Op. cit.*

¹⁵⁸ Sobre o caboclo cf. neste trabalho p. 62-63.

Observem que o modo de vida (cultura) do *caboclo* é um empecilho aos interesses dos ricos fazendeiros que desejariam torná-lo um substituto barato à mão-de-obra escrava. Segundo o jornal, a ação de alguns proprietários, que cediam espaços para que os agregados cultivassem suas roças, contribuía para a vida quase que independente dos agregados. O que se observa é o desejo da classe senhorial manter o domínio, agora sobre os *caboclos*, de forma a garantir a futura mão-de-obra da lavoura cafeeira. Além disso, há uma condenação moral das experiências de lazer dos *caboclos* que “consome o tempo em pagodes, na caça e tocando viola”, o que nos leva a concluir que as sociabilidades cultivadas nos encontros, típicos da cultura caipira, eram uma forma de resistência às intenções de dominação da classe senhorial.

Se por um lado esses *caboclos* viviam de modo quase independente, já que não tinham nenhuma obrigação para com o proprietário que lhe cedia a terra, por outro lado:

Se este camarada é engajado¹⁵⁹, pior ainda. O camarada de contrato é semelhante ao escravo, com a diferença de não poder ser surrado. (*O Guaripocaba*, 27/01/1878)

A solução sugerida pelo jornal estaria no fim da lei dos contratos por adiantamento e o jornaleiro deveria receber salários diários ou semanais. Em 1878, uma lei com esse objetivo, que já tramitava no parlamento federal, parecia indicar um significativo avanço nas questões trabalhistas¹⁶⁰. Porém, pairavam ainda dúvidas quanto ao alcance desta lei, pois o:

(...) mal não está nas instituições e sim na índole do povo e nos maus hábitos inveterados; e mal irá sempre a lavoura enquanto não

¹⁵⁹ Com contrato.

¹⁶⁰ Segundo Lamonier, a Lei de Locação de Serviços, promulgada em 1879, tinha como foco principal regulamentar os “contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação de serviços.” Essa lei estipulava as punições aos camaradas de contrato que não cumprissem suas obrigações, inclusive com prisões. Isso dava aos fazendeiros garantias legais para forçar os trabalhadores “engajados” a cumprir o que determinavam os contratos. Cf. LAMONIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

poder prescindir de leis repressivas para o povo trabalhar. (O *Guaripocaba*, 27/01/1878)

Para “educar” o povo, que tem uma cultura imprópria, segundo os anseios da classe senhorial, o jornal defende o uso de “leis repressivas para o povo trabalhar”. Um trabalhador submisso e apto para as lidas das fazendas seria o tipo ideal e desejável para suprir as carências mais prementes de mão-de-obra da lavoura. Assim, qualquer outra forma de trabalho ou modo de vida, como a dos *caboclos*, que exercessem atividades, de certa forma, descoladas das grandes fazendas (*plantation*), não interessava à classe senhorial.

Em 1878 o governo realiza um congresso agrícola onde se reúnem representantes das mais prósperas províncias do país “com pretexto de cuidar dos interesses de nossa indústria agrícola”. Para um representante da lavoura, que assinou uma coluna intitulada *Questões Sociaes* com o pseudônimo de *Josephus*, o congresso foi um fracasso.

Discutiu-se mais política institucional do que questões econômicas que realmente interessavam aos lavradores. O que se deve esperar do governo?

Nada: e nada fará. O seu fim oculto era sondar o espírito de nossas províncias; era conhecer se nós estamos prontos a receber sem queixumes a suas “novidades políticas”, e, quem sabe? , se mais algumas frutas do tempo, com que a “recente viagem a Europa” nos quer brindar. (O *Guaripocaba*, 26/10/1878)

O artigo deixa transparente que muitos fazendeiros não estavam nada contentes com o encaminhamento que o governo vinha dando à questão servil. *Josephus* considera a possibilidade de criação de escolas e institutos agrícolas onde se:

(...) formarão trabalhadores moralizados e aptos para todos os misteres de nossa lavoura. (...) É preciso, pois, que criemos em todos os municípios institutos que tenham por fim a educação dos órfãos e desvalidos e a sua preparação para os trabalhos agrícolas. Assim em pouco tempo teremos um grande exército de trabalhadores bem educados e moralizados. Que virá tomar seu lugar de honra no seio de nossa sociedade, em vez de se entregar, como agora fazem, a

mais completa ociosidade, que constantemente enche as nossas cadeias de numerosos malfeitores. (*O Guaripocaba*, 26/10/1878)

Essas escolas e institutos agrícolas teriam dupla finalidade. Formariam a futura geração de mão-de-obra “educada e moralizada” de que tanto a “indústria agrícola” necessitava e, além disso, traria outro benefício, abrandaria a criminalidade que, segundo *Josephus*, parecia estar intimamente ligada à ociosidade de “órfãos e desvalidos”. Isso seria uma “obra de regeneração social”.¹⁶¹

As ideias de *Josephus* revelam ainda o quão estavam desamparados os “órfãos e desvalidos” que após o fim da escravidão, substituiriam, em grande medida, os recém-libertados do 13 de maio, sobretudo nos serviços domésticos. Os órfãos, especialmente aqueles que possuíam herança, trabalhariam em regime de tutela, enquanto os mais pobres, mesmo aqueles que tinham familiares, através do contrato de soldada.

Tais ideias ainda deixam transparecer a forma despótica e, por vezes, pejorativa, com que integrantes da aristocracia rural constituíam os vários sujeitos sociais envolvidos naquele processo. Garantir a manutenção de uma ordem que parecia estar fugindo ao controle das mãos parece resumir o desejo da classe senhorial.

As palavras do representante da lavoura evidenciam ainda as tensões existentes no interior da classe senhorial que podiam ser observadas na falta de consenso nos debates políticos acerca da questão servil. Isso demonstra o quão complexas eram as relações entre os mais diversos sujeitos sociais do período.

No ano seguinte, em 1879, parece-me que houve alguma alteração no cenário da lavoura, pois agora surgem as primeiras críticas às atitudes dos lavradores que dificultavam a arregimentação do trabalhador nacional para a lavoura. Diferentemente de outros momentos, quando ações coercitivas eram até recomendadas, agora isto é veemente condenado.

[Pois] todos sabem que felizmente não está longe a época que ao tocarmos a mão calosa do escravo diremos: sois nosso concidadão; d'ora em diante trabalharemos ombro a ombro para o engrandecimento de nossa pátria. (*O Guaripocaba*, 21/08/1879)

¹⁶¹ *O Guaripocaba*, 26/10/1878.

Neste momento o jornal busca afastar as possibilidades de tensões e conflitos que prejudicavam a arregimentação de mão-de-obra. Esse novo tom discursivo mais conciliatório adotado pelo *Guaripocaba* talvez se explique pela crescente e acelerada perda da legitimidade do regime escravista, que podia ser percebida com mais clareza nos principais núcleos urbanos da época onde se concentravam as atuações de integrantes de grupos abolicionistas.

De modo geral, *O Guaripocaba* manifestava um descontentamento com a classe política do país que não vinha prestigiando a lavoura como deveria, já que ela era a maior fonte de riquezas do país. Faltava aos fazendeiros, na visão do *Guaripocaba*, um “espírito de classe” para pleitear junto aos governantes medidas pragmáticas que realmente tivessem algum efeito benéfico no meio rural. A falta de entendimento entre os próprios fazendeiros, notada pelo *Guaripocaba*, também já havia sido observada nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Recife, ambos ocorridos em 1878¹⁶².

Embora o problema da escassez de mão-de-obra fosse imputado, majoritariamente, aos políticos, os representantes da lavoura também reconheciam o equívoco no tratamento para com o trabalhador livre. A velha forma repressiva no trato dos cativos não mais deveria se repetir com o trabalhador livre, isso seria menos uma solução do que um problema.

O homem livre não se sujeita a certas regras seguidas por lavradores ignorantes. É preciso frisar a seguinte verdade: infelizmente ainda herdamos (...) certa rotina que nos torna odiada pela culta Europa. (*O Guaripocaba*, 21/08/1879)

¹⁶² Segundo José Murilo de Carvalho, o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, promovido pelo então presidente do Conselho dos Ministros e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, Visconde de Sinimbu, foi a primeira oportunidade na história do país onde os proprietários puderam falar aberta e diretamente ao governo. Com a inevitável extinção, a médio prazo, do *elemento servil*, definido pela lei de 1871 (Ventre Livre), as discussões do congresso ficaram em torno de alternativas que pudessem resolver a questão da “falta de braços” que se apresentava. Assim, dois temas foram privilegiados – a imigração estrangeira (européia e asiática) e a utilização do trabalhador nacional. “Grandes debates travavam-se em torno dessas alternativas sem que se chegasse a um consenso, nem dentro do governo, nem entre os próprios fazendeiros.” Carvalho lembra ainda que para esse congresso o governo convidara apenas agricultores do Sul – RJ, MG, SP, ES, o que acabou despertando o ciúme e a ira dos proprietários do Nordeste que, em represália, organizaram, no mesmo ano, o Congresso Agrícola de Recife. Para maiores informações veja: Congresso Agrícola, Rio de Janeiro, 1878. Anais. Introd. e Notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. (Ed. fac-similar)

Segundo o jornal, são os “lavradores ignorantes” que impõem certas regras às quais o homem livre não se sujeitava. Isso demonstra que a atuação dos sujeitos de pouco prestígio social como escravos, libertos e trabalhadores livres pobres, delimitavam a atuação senhorial. Também mostra que, embora defendesse a lavoura e a classe senhorial, *O Guaripocaba* não concordava com certos métodos usados por “lavradores ignorantes” no trato com os escravos. Essa atitude do *Guaripocaba* parece um sinal de que a sociedade da época estava pressionando os senhores no sentido de agirem de acordo com certos valores morais. No entanto, é preciso lembrar que o propósito maior do jornal era garantir a futura mão-de-obra na lavoura.

O mau tratamento poderia dificultar a arrematação futura de trabalhadores para a lavoura. Este quadro agravava-se na medida em que:

O lavrador sem instrução, sem moral, sem humanidade, entende que o escravo é uma máquina tocada por bacalhau; d’ele rouba-lhe o pão, o vestido, o sangue, o descanso, trazendo isto o funesto resultado que infelizmente presenciamos todos os dias. O escravo desanimado e sem forças foge, e o lavrador não só perde os dias da ausência, como faz grandes despesas para capturá-lo; o escravo voltando para seu senhorio ai encontra a continuação de castigos imoderados até que um dia lembrando-se do direito natural *serva te ipsum*, e para não morrer – mata. (*O Guaripocaba*, 21/08/1879)

Nas entrelinhas, mais uma vez, o jornal deixa clara a reação do escravo quando seu proprietário ultrapassava os limites das prerrogativas senhoriais. A posição do jornal também parece confirmar o que disse Graham sobre a existência de certas condutas senhoriais que, se não cumpridas, colocariam em dúvida a legitimidade do cativeiro¹⁶³. Penso que é a partir dessa conduta “ideal” de senhor que os escravos também reagiam.

Segundo Andrews, os brasileiros livres relutavam em aceitar emprego nas fazendas de café ou cana-de-açúcar porque os fazendeiros tendiam a tratá-los como escravos. Assim,

Aceitar trabalho nas fazendas colocava-os desconfortavelmente próximos à condição dos escravos, especialmente se fossem pardos

¹⁶³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Op. cit.*

ou pretos. Em vista disso, brasileiros e africanos livres preferiam permanecer no setor de subsistência, cultivando seus próprios pedaços de terra e só aceitando emprego nas fazendas em base ocasional e esporádica.¹⁶⁴

As ideias propagadas pelo *Guaripocaba* nos anos finais da década de 1870 parecem estar afinadas com as discussões parlamentares daquela década que queriam inculcar o “amor ao trabalho” no “trabalhador nacional”. No entanto, como vimos, esses trabalhadores apresentaram muita resistência em aceitar as condições de trabalho que lhes eram impostas pelos fazendeiros. Isso acabou gerando um grande pessimismo entre os fazendeiros escravocratas que temiam uma desorganização na lavoura por falta de braços quando a escravidão se extinguisse.¹⁶⁵

O modo como foi tratada a questão servil pelo *Guaripocaba*, fazendo duras críticas às atitudes de lavradores “sem instrução, sem moral, sem humanidade”, chama a atenção para a urgente necessidade de um rearranjo na classe senhorial, isso se não quisessem perder o prestígio e o poder que sempre gozaram. Se o cativo fosse tratado de forma mais humana, poderia seu “benevolente” senhor ainda continuar contando com seus serviços, inclusive após a extinção do trabalho servil.

Esse rearranjo da classe senhorial parece estar visível também no bom número de liberdades noticiadas na imprensa local, sempre ressaltando as qualidades morais do senhor que a “concedia”. Liberdades essas que, de modo geral, eram condicionais. Muitos só teriam a plena liberdade após a morte do “bom senhor” e, em muitos casos, ainda teria que continuar a servir sua esposa ou outro membro da família. As fontes consultadas indicam que essa mudança no comportamento senhorial inicia-se nos momentos finais do período escravista. Quando já se sabia que a escravidão não iria perdurar por muito tempo.

Pesquisando jornais paulistanos do fim do século XIX, Lilia Schwarcz afirma que eram comuns os anúncios concedendo liberdade a cativos. Isso ocorria nas mais variadas ocasiões, por exemplo: mortes, casamentos, formaturas, batizados,

¹⁶⁴ ANDREWS, George Reid. *Op. cit.*, p.96.

¹⁶⁵ *Idem*, p.98.

nascimentos, novos cargos, venda de imóveis ou qualquer data comemorativa. E até por “amor à arte”.¹⁶⁶

Também encontramos este tipo de anúncio nas páginas do *Guaripocaba*. Numa ocasião, João Antonio Fernandes Braga, importante fazendeiro de Santo Antonio da Cachoeira¹⁶⁷, anuncia que:

(...) [Estando] em regozijo por ter sido nomeado senador o exmo ministro da agricultura sr. A. Prado, concedeu liberdade sem condição a seus escravos – Tobias, de 19 anos, Mariana, de 40, Catharina, de 18 e David, de 16, desistindo também dos serviços da ingênua Thereza de 12 anos. Concedeu além disso aos mesmos libertos a faculdade de morarem em o sitio que o mesmo sr. Braga possui nas proximidades daquela cidade, cedendo-lhes terras para trabalhar, sem ônus algum”. (*O Guaripocaba*, 03/04/1887)

Tais liberdades, concedidas por senhores e anunciadas com grande alarde nas folhas dos mais diversos jornais, indicam o interesse da classe senhorial em melhorar sua imagem perante a sociedade. Com isso, parece-me que os senhores tentavam a todo custo manter-se no controle do processo social que estava em curso. Segundo Koerner,

No início da década de 1880, começava a mudar a opinião pública sobre a escravidão e o movimento abolicionista recomeçou a atuar, inicialmente nas cidades, utilizando a propaganda e os meios legais de libertação individual de escravos. Em meados da década de 1880, o movimento abolicionista passou a utilizar expedientes ilegais, ampliando as suas formas de ação, constituindo redes de auxílio e estendendo sua atuação para o interior, aliando-se à resistência escrava, que crescia nas fazendas. Com isso, intensificaram-se as fugas e rebeliões coletivas dos escravos e os confrontos diretos entre escravos, proprietários, abolicionistas e autoridades. Essa ação desorganizou o trabalho escravo nas fazendas, tornou intoleráveis a opinião pública as violências cometidas contra os escravos e, enfim, os proprietários perderam o

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p.198.

¹⁶⁷ Atual cidade de Piracaia.

apoio do Estado para a repressão às rebeliões de escravos e ao movimento abolicionista.¹⁶⁸

Essa crescente perda de legitimidade da escravidão que vinha ocorrendo em diversos setores da sociedade assustava muitos fazendeiros, pois suas atividades agrícolas poderiam num futuro próximo se desestruturar por falta de braços. Deste modo, era preciso construir uma nova imagem da classe senhorial – “justa” e “benevolente” –. Para isso era fundamental enviar à sociedade sinais que indicassem essa mudança de postura. Assim, as concessões “espontâneas” de liberdade, encontradas nos mais diversos órgãos de imprensa, parecem responder àquela necessidade. Despertar o sentimento de gratidão era a última, e talvez a única, alternativa da classe senhorial poder contar com os serviços de seus escravos, ainda que em um novo regime de trabalho.

O coronel João Cândido Ferreira, ao fazer seu testamento em 1882, deixava claro que após sua morte alguns de seus cativos seriam libertos sem condição alguma. Contudo, a maioria deles somente estaria livre após prestarem:

(...) quatro anos de serviço à dita minha mulher, [D. Francisca Honória Ferreira] os escravos seguintes: Dionísio e sua mulher Felisberta, Adão, João, João Ferreira e sua mulher Cypriana, Maria, Eva, Benedito, Cyrino e sua mulher Ritta, João Ângelo e sua mulher Ritta, Luis Duarte e Ritta mulher de Malachias podendo porém esta entra no gozo da liberdade pagando a quantia de trezentos mil réis (300\$000)¹⁶⁹.

Com a morte desse coronel, os referidos escravos continuaram a prestar seus serviços à sua mulher. Assim, a espera desses escravos pela efetiva liberdade poderia levar anos, já que dependeria das condições de saúde de D. Francisca Honória. No entanto, tiveram sorte, pois, dois anos depois, a viúva veio também a falecer e os escravos então puderam gozar integralmente de suas liberdades. O

¹⁶⁸ KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, Departamento de Ciência Política-USP, 1998. p.133.

¹⁶⁹ Testamento do Tenente Coronel João Candido Ferreira, In: *Apelação nos Autos de prestação de contas de Testamento (1887)*, Apte: Testamenteiro – Manoel Ferreira de Carvalho, Apdo: Testador: João Cândido Ferreira.CDAPH/USF –caixa 102, pasta 03. Obs.: embora essa documentação seja de 1887, o testamento incluso nos autos era datado de 1882, época em que fora registrado por um tabelião no cartório local.

falecimento de D. Francisca Honória Ferreira, viúva do coronel João Cândido, foi noticiada no *Guaripocaba*. “Esta virtuosa senhora, tão modesta quão caritativa, deixou em testamento livres todos os seus escravos”¹⁷⁰. Vale lembrar que, com a morte de D. Francisca, os mesmos escravos, que já vinham cumprindo a determinação da cláusula testamentária do finado coronel João Cândido, já tinham direito à liberdade, pois tal cláusula não mencionava a prestação de serviços a uma terceira pessoa, além de D. Francisca. Portanto, a liberdade daqueles escravos não mais dependia da virtude e da caridade de D. Francisca.

A existência de inúmeros anúncios exaltando as qualidades de vários senhores de escravos em Bragança, semelhante a outras localidades do país¹⁷¹, parece indicar uma tentativa clara de melhorar a desgastada imagem senhorial. Além disso, era também uma forma de garantir o prestígio político do senhor.

LIBERDADE

D. Genoveva de Oliveira Dorta, deste município, concedeu liberdade a sua escrava de nome Eva, de 28 anos, com condição de servir durante sua vida. (*O Guaripocaba*, 08/03/1885)

LIBERDADE

O sr. Beraldo Domingues de Oliveira, por carta de 15 deste mês, concedeu liberdade sem condição alguma a seu escravo Adão. Bela ação, não há dúvida, que merece os nossos louvores e os do público. (*O Guaripocaba*, 23/08/1885)

Essas “belas ações” tentavam forjar as virtudes morais da classe senhorial bragantina, “tão modesta quão caritativa” e que mereciam os “louvores” do jornal e do público. Essa nova postura senhorial, retratada pelo *Guaripocaba*, contrapõe-se em muito àquela imagem negativa tão ressaltada nos discursos abolicionistas. Ao dar relevo a tais qualidades, o jornal tenta demonstrar aos leitores que a classe senhorial não devia ser vista como vilã, mas sim como vítima das vicissitudes sociais da época.

Esta nova imagem senhorial propagada em diversos jornais parece também corresponder aos anseios de ampla parcela da sociedade contrária à continuidade

¹⁷⁰ *O Guaripocaba*, 22/11/1885.

¹⁷¹ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p.198-207. Nesta obra a autora cita vários exemplos de senhores de diversas localidades que eram elogiados nos jornais por suas “belas ações”.

do regime escravista. Se não quisesse sair com a imagem arranhada de tal processo a classe senhorial deveria seguir o modelo de conduta desses “virtuosos” senhores que libertavam “incondicionalmente” seus escravos. Em conjunto, essas ações podiam trazer ganhos políticos à classe senhorial, pois poderiam despertar a eterna gratidão dos recém-libertos que fariam parte de sua futura clientela.

À medida que a classe senhorial foi percebendo que o regime escravista estava com os dias contados, muitos senhores foram libertando seus escravos, na maioria das vezes, condicionalmente. Primeiramente os prazos eram mais longos, mas, a partir de 1887, não ultrapassavam um ano. Essa mudança no comportamento senhorial também pôde ser observada em diversas cartas de alforria no arquivo do Primeiro Cartório de Registro de Atibaia. Em 1886, Dona Elisiania Cecília de Camargo Fagundes libertou quatro de seus escravos, inclusive uma ingênua de apenas dois anos de nome Sofia, mediante a condição de prestarem cinco anos de serviço a sua senhora. Em dezembro de 1887, o Tenente Manoel Barbosa Alcântara Cunha libertou seus nove escravos com a condição de lhe prestarem dois anos de serviços. No mesmo mês, Maria das Dores da Silveira libertou, por “boa conduta”, sua escrava Rosa e seus filhos Luiza, Clemente e Benedicto, na condição de prestarem um ano de serviço. Neste mesmo mês houve diversas outras cartas de alforria com igual condição, inclusive dois senhores condicionavam seus escravos a prestarem serviços somente até o “Natal de 1888”.¹⁷²

Esse tipo de conduta senhorial também foi recorrente em Bragança. Em 1886 o capitão Beraldo Inocência d’Oliveira “libertou” seu escravo Victorino com a condição de prestar-lhe sete anos de serviços. Em abril do mesmo ano, Henrique O. Preto seguiu o exemplo do capitão Beraldo, só que a condição de prestação de serviços imposta por este senhor ao seu escravo Agostinho foi por um período ainda maior, dez anos.¹⁷³

Uma das peculiaridades de Bragança é o *Club dos Escravos*. Há, no entanto, controvérsias quanto à data de sua fundação e o tempo em que esteve atuando.

¹⁷² Cf. Livros 82 e 84 do Primeiro Cartório de Registros de Atibaia.

¹⁷³ CDAPH/USF – Relação de Contratos sobre escravos e liberdades – 1873-1887, cx 84 pasta 09.

Assim como Martins e Laurito¹⁷⁴, o *Almanach Bragantino de 1914* diz que esta associação foi fundada em 14 de agosto de 1881 e sobreviveu por apenas dois anos. Já Paciti, em 1958, num artigo em que presta homenagem a alguns professores locais, diz que tal associação foi criada em 1880, mas não cita dia, nem mês.¹⁷⁵ Em 1959, em dois artigos, esse mesmo autor aponta que a data de fundação do *Club dos Escravos* foi em 14 de Outubro de 1881.¹⁷⁶ Porém, estranhamente, em 1971 Paciti apresenta duas datas de fundação, 14 de outubro de 1881 e 14 de agosto de 1881. No entanto, diferentemente de outras citações, inclusive dele próprio, Paciti afirma que tal associação perdurou por cerca de cinco anos.¹⁷⁷ Para nos confundir ainda mais, *O Guaripocaba* de 19 de maio de 1887 traz a notícia de uma solenidade que ocorrera no dia 15 daquele mês no qual se comemorou o 8.º aniversário do *Club*. Deste modo, fica difícil precisar a fundação e o espaço de tempo em que essa associação esteve atuante.

Segundo os poucos registros existentes, o *Club dos Escravos* localizava-se num casebre na Rua Santa Clara. Lá funcionou uma escola noturna que comportava 40 alunos escravos que eram alfabetizados à luz de lampião pelo professor Adelino de Campos que prestava seus serviços voluntariamente. O principal objetivo da escola do *club* era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio da leitura.

A primeira diretoria do *Club dos Escravos* era constituída pelo presidente, João Manoel, escravo do coronel Francisco Emílio da Silva Leme; secretário, José Francisco, escravo de D. Emília do Amaral; procurador, André da Silva, escravo do capitão José Albano Ferreira.¹⁷⁸ Também há um registro do resultado de outra eleição de 1884, onde se lê:

¹⁷⁴ MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Op. cit.*, p. 176-177.

¹⁷⁵ Cf. PACITI, Saturnino – “Homenagem ao dia dos professores já transcorrido”. In: *Bragança Jornal*, 25/10/1958.

¹⁷⁶ PACITI, Saturnino – “Associação inédita no Brasil – Clube dos Escravos”. In: *Cidade de Bragança*, 26/04/1959 e 30/04/1959.

¹⁷⁷ PACITI, Saturnino – “Associação inédita no Brasil – Clube dos Escravos”. In: *Cidade de Bragança*, 22/05/1971.

¹⁷⁸ MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Op. cit.*, p. 176-177.

CLUB DOS ESCRAVOS

Procedeu no dia 30 do mez passado esta *velha e pacífica sociedade* a eleição de sua directoria sendo eleitos:

Presidente – João Manoel

Vice presidente – Mathias H. da Silva

1.º *Secretário* – João Avelino

2.º “” – Melchiades A. da Paixão

1.º *Procurador* – Ignácio Mathias

2.º “” – Geraldo Ferreira (*O Guaripocaba*, 07/12/1884, grifos meus)

Esse registro do *Guaripocaba* é muito interessante por pelo menos três motivos: 1) confirma que a escola não se extinguiu em 1883, como dizem alguns relatos; 2) mostra como o *Club dos Escravos* era visto por membros da elite bragantina – *velha e pacífica sociedade*; 3) deixa claro que os escravos, ao menos os sócios do *Club*, conheciam uma experiência, ainda que incipiente, de cidadania, pois escolhiam seus representantes através do voto. Isto é bastante significativo já que, fora das dependências daquela associação, eles nunca tiveram uma experiência parecida.

Embora o nome da associação denominasse *Club dos Escravos*, há pouca informação sobre o papel dos cativos dentro dessa associação. Tanto *O Guaripocaba*, quanto os trabalhos posteriores¹⁷⁹, privilegiaram somente as ações de ilustres bragantinos que teriam cooperado na criação e funcionamento do *Club*. Dentre os colaboradores, segundo Paciti, todos pertencentes à maçonaria, estariam Manuel de Almeida Carneiro (Gerente do *Guaripocaba*), Dr. Hermenegildo Pereira Guimarães (médico sergipano radicado em Bragança em meados de 1880; também jornalista e político republicano, inclusive exercendo o posto de deputado provincial), professor Waldomiro Guilherme, Antonio Carvalho Macedo, Adelino Campos, professor da escola do *Clube dos escravos*, Arthur Stockler, Nicolau Asprino e

¹⁷⁹ Depois de veicular nas páginas do *Guaripocaba*, a primeira aparição do *Club dos Escravos* acontece no *Almanach Bragantino* de 1914; em 1943, na obra de Nelson Silveira Martins e Domingos Laurito. *Bragança – 1763-1942*, o *Clube dos Escravos* é lembrado e enaltecido; em 22/05/1971 Saturnino Paciti escreve um artigo no jornal local *Cidade de Bragança* intitulado “Associação inédita no Brasil – Clube dos Escravos”, esse texto parece ter se tornado a principal referência a uma infinidade de artigos publicados posteriormente pela imprensa local. Em resumo, esses trabalhos ressaltam o “pioneirismo” e a “bondade” dos senhores de escravos da Bragança do final do século XIX.

Pascoal Sansoni¹⁸⁰. Os dois últimos eram membros da colônia italiana. Enfim, o que se percebe nestes escritos é que a iniciativa de criação do *Club* partiu de pessoas influentes da sociedade, todos brancos.

Sem apresentar fontes, Saturnino Paciti afirma que tal associação trabalhava pela extinção da escravatura no Brasil agindo de modo a facilitar fugas de cativos nas fazendas.¹⁸¹ Causa estranheza o fato de que nenhum registro anterior dá sinais de que o *Club dos Escravos* tenha agido no sentido contrário aos interesses senhoriais. O *Almanach* de 1914, por exemplo, enfatiza apenas que pouco tempo depois de sua fundação “o *Club* constituía um corpo forte, animado pela sede do estudo e aspirando a um nobre fim – ilustrar-se”. O mesmo anuário ainda destaca o papel do professor Adelino Campos:

(...) que espontaneamente se propôs a ensinar gratuitamente todos os escravos que quizessem aprender a ler e escrever. Dignos de nota eram a assiduidade, a paciência, o afinco com que todas as noites no cubículo, à rua Santa Clara, Adelino Campos ensinava o A B C aquellas intelligências brancas, sendo para admirar-se o entusiasmo com que desbastava aquellas almas incultas.¹⁸²

Como se vê, o anuário de 1914 revela que a expectativa dos colaboradores do *Club dos Escravos* era de ajudar os escravos a “ilustrar-se”. Aliás, a ideia de instrução pública através da leitura sempre foi defendida pelo *Guaripocaba*. Num de seus editoriais, esse jornal afirma que:

Escolas, jornais e livros são três poderosos elementos de educação popular, são o meio mais eficaz para derramar a instrução por *todas as camadas sociais*. Onde há escolas, o povo que aprende vai-se afeiçoando à leitura (...) (*O Guaripocaba*, 03/08/1879, grifos meus)

Vale destacar também que o incentivo à leitura através de associações era uma prática comum em Bragança. Além do *Club Litterário Bragantino*, que inclusive

¹⁸⁰ Cf. PACITI, Saturnino – “Associação inédita no Brasil – Clube dos Escravos” in: Cidade de Bragança, 22/05/1971. A cópia desse documento foi consultada no arquivo da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² *Almanach Bragantino* de 1914, p.72-73.

deu origem ao jornal *O Guaripocaba*, existiu na cidade o *Club dos Estudantes*. Esta associação, que também contava com a participação de nossos já conhecidos Manoel de Almeida Carneiro, Nicolau Asprino e José Guilherme Christiano, também tinha como fim “o cultivo da literatura”, inclusive chegou a constituir uma biblioteca. Acredito que estas experiências anteriores tenham uma relação direta com a existência do *Club dos Escravos*.

As evidências que apresento parecem indicar que em Bragança havia integrantes da elite que defendiam a instrução pública para sujeitos das camadas mais baixas da população no sentido de formar cidadãos preparados para assumirem os *novos* postos que lhes eram reservados na sociedade pelas elites. No caso dos cativos o próprio jornal já havia publicado um artigo em que *Josephus* (um representante da lavoura) defendia a criação de escolas ou institutos agrícolas como um meio de se formar “trabalhadores moralizados e aptos para todos os misteres de nossa lavoura.”¹⁸³

Em 1887, quando o *Club dos Escravos* comemorava seu 8.º aniversário, Christiano Guilherme fez um discurso que, segundo *O Guaripocaba*:

(...) incitava os sócios [do *Club dos Escravos*] a serem gratos a seus senhores por *consentirem* que eles se associassem para tornarem dignos da futura condição que os aguarda (aplausos). Encerrada a sessão foram convidadas as pessoas presentes a tomar cerveja, terminando esta bonita festa dos escravos com a *maior paz, delicadeza e harmonia*.

E nós que com prazer a assistimos felicitamos nossa terra por essa sociedade que revela a existência entre nós de *escravizados bem intencionados e de senhores de bons sentimentos*.

Convém notar que alguns dentre os sócios já *merecem* de seus senhores a liberdade sem ônus algum. (*O Guaripocaba*, 19/05/1887, grifos meus)

Por este registro, fica difícil acreditar que o *Club* incentivava fugas de cativos, como afirma Paciti. Em momento algum o texto do *Guaripocaba* faz qualquer menção de incentivo à rebeldia escrava, muito pelo contrário, segundo Guilherme os escravos deveriam ser *gratos a seus senhores por consentirem que eles se associassem para tornarem dignos da futura condição que os aguarda*. Essa postura

¹⁸³ *O Guaripocaba*, 26/10/1878

“passiva” dos cativos, bastante incentivada na fala de Guilherme, era muito interessante aos propósitos senhoriais. O próprio *Guaripocaba*, ao comentar o discurso de Guilherme, sugere que o *Club* agia de modo consonante aos interesses senhoriais, pois seus sócios participantes eram *escravizados bem intencionados*, ao menos essas eram as imagens construídas pelo jornal daqueles escravos que compareciam às aulas da escola do *Club*.

O reconhecimento do *Guaripocaba* de que a festa do 8.º aniversário do *Club dos Escravos* ocorrera dentro da *maior paz, delicadeza e harmonia*, deixa transparecer a satisfação que integrantes das elites parecem demonstrar quanto aos resultados do *Club* que preparava cativos “dignos para a futura condição que os aguarda”. Deste modo, parece que o *Club dos Escravos* promovia, aos olhos do jornal, uma maior harmonia entre senhores e escravos.

O fato de o *Club* dever sua existência ao consentimento dos *senhores de bons sentimentos*, como sugere o jornal, demonstra que a prerrogativa senhorial poderia estar sendo usada de modo a aumentar o capital político daqueles senhores, já que despertaria o sentimento de gratidão naqueles escravos. Num futuro bem próximo, isso poderia ser fundamental para a permanência dos recém-libertos na própria fazenda onde viviam como escravos. Também é preciso considerar que o horário noturno das aulas não comprometia o trabalho nas lavouras, muito pelo contrário, mantinha-os ocupados num tempo que poderia ser usufruído de formas ameaçadoras.

Segundo o jornal “alguns dentre os sócios já *merecem* de seus senhores a liberdade sem ônus algum”. Tal afirmação indica que o principal objetivo da escola era moldar o comportamento dos cativos de forma a se adequar aos novos papéis que a classe dominante lhes reservava na sociedade. Lilia M. Schwarcz afirma que a existência de tal associação demonstrava que a cidadania era um atributo dos brancos, mas que com esforço os negros recém-libertos poderiam “alcançar” aquele status¹⁸⁴. Nessa nova sociedade que se delineava no horizonte, os recém-libertos teriam status de cidadão e conviveriam no “mundo dos brancos”. Entretanto, percebe-se claramente que uma boa parcela da sociedade, mesmo entre os abolicionistas, não acreditava que os futuros cidadãos estivessem preparados para

¹⁸⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*

assumir suas novas posições na sociedade, lembrando que o anuário de 1914 ainda se referia aos escravos de modo a desqualificá-los – “aquellas inteligências brancas” de “almas incultas”. Deste modo, a escola, como a do *Club Escravos*, onde os cativos eram alfabetizados através da leitura, seria um caminho que os futuros cidadãos poderiam trilhar para merecerem a liberdade.

Os princípios evolucionistas e o tom paternalista estavam então mais do que presentes: era do branco que partia a civilização e o saber, e era deste que o negro devia aproximar-se a fim de “regenerar-se”, alcançando a cidadania através do “empenho” ou mesmo do “mérito”.¹⁸⁵

Ao contrário dos brancos, que já nasciam cidadãos, os escravos negros deveriam conquistar a cidadania através do esforço pessoal afim de “aproximar-se” do “mundo dos brancos” de onde partia a “civilização”.

Muito embora os idealizadores dessa associação, não-escravos, tentassem imprimir ao *Club dos Escravos* uma imagem pacífica, como vimos, autores que abordaram esse tema afirmam que ela foi vista com desconfiança por jornais e escravocratas da época.

(...) O fato, encarado como coisa do outro mundo, foi posto em dúvida pelos jornais da época e ridicularizado pelos escravocratas de então, mas serviu para ilustrar de modo bastante lisonjeiro a *bondade dos fazendeiros* bragantinos de antanho. Quando todos obrigavam os pobres negros a se recolherem às senzalas assim [que] escurecesse, os escravos de Bragança corriam à escola para aprender o ABC. (MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Op. Cit.* p. 176-177, grifos meus)

A existência em solo bragantino do *Club dos Escravos* foi usada por vários memorialistas e historiadores como prova da “*bondade dos fazendeiros* bragantinos de antanho” e de escravos obedientes e cordatos. A difusão constante desses trabalhos acabou criando um “efeito de verdade”, embora não passe de um mito.

Em geral esses trabalhos não questionaram o uso político que os senhores poderiam estar fazendo do *Club dos Escravos* de forma a construir uma imagem

¹⁸⁵ *Idem*, p.111.

mais positiva de si mesmos, condizente com as transformações sociais que estavam em curso e que apontavam para um horizonte muito próximo em que a escravidão seria extinta, dando lugar a uma nova sociedade em que antigos abusos senhoriais não mais seriam aceitos, sobretudo pelos futuros libertos.

Ainda no fim do século XIX, graças ao *Club dos Escravos*, Bragança foi destaque em diversos jornais no Brasil e no exterior. Graças a uma eficiente propaganda o *Club dos Escravos* tornou-se uma referência para vários Estados. Segundo Paciti,

(...) de Início a associação dirigiu circulares que eram enviadas aos grandes jornais da época, circulars essa subscritas pelo prof. Waldomiro Guilherme e pelos escravos, o presidente Mathias Henrique da Silva e o secretário Faustino Silva Prado. (...) Os maiores *propagandistas eram os próprios escravos* e a associação começou a produzir frutos. Os jornais do Brasil, norte ao sul; referiam-se com destaques sobre os trabalhos desta associação. Os órgãos abolicionistas de Belém do Pará, do Rio de Janeiro e São Paulo noticiaram os fatos. A fama desta associação ultrapassou nossas fronteiras, havendo elogios a iniciativa, inclusive pelo “El Siglo” diário de Montevideo; (...) O Jornal “Patria Argentina” publicado em Buenos Ayres, em Dezembro de 1882 enviou ao abolicionista residente no Rio de Janeiro, senhor Pedro Froes, a quantia de 100 mil réis, para ser entregue ao Presidente do Clube dos Escravos de Bragança, como contribuição dos argentinos pela libertação dos escravos do nosso País. (...) Extinguiu-se, assim o Clube dos Escravos, que tão bons serviços prestou à Pátria, elevando o nome de Bragança. Glória ao passado de Bragança; a extinção da escravatura, *mancha negra* trazida ao Brasil pelos piratas ingleses e colonizadores portugueses. Os frutos desta Associação, os trabalhos dos abolicionistas locais, a associação secreta e liberais culminaram ao raiar de 13 de Maio de 1888, quando era assinada a Lei extinguindo a escravatura no Brasil.” (PACITI, *op.cit.* grifos meus)

O autor enaltece o papel do *Club* que *tão bons serviços prestou à Pátria, elevando o nome de Bragança*. O glorioso passado da cidade é realçado, assim como o fim da escravatura no país *mancha negra trazida ao Brasil pelos piratas ingleses e colonizadores portugueses*. No entanto, não menciona o longo tempo durante o qual fazendeiros locais fizeram uso do braço escravo, mesmo após cortar

os laços com Portugal em 1822. Se por um lado, como é comum nos escritos sobre esse episódio da história de Bragança, as atuações de “ilustres bragantinos” são enaltecidas, por outro lado há um silêncio a respeito da atuação dos cativos em tal associação. Contudo, devemos lembrar também que, nesses escassos registros, nunca foi explicitado de que forma eram as colaborações dos “abolicionistas” bragantinos.

Em resumo, ao colocar em primeiro plano a participação dos “ilustres bragantinos” de outrora no *Club dos Escravos*, esses trabalhos, amplamente reproduzidos na imprensa local, deixaram à posteridade apenas a imagem de uma associação de escravos tutelada por integrantes da elite local. Se de um lado isso perpetuou uma imagem positiva dos senhores de escravos bragantinos, por outro também contribuiu na construção de uma história local em que os cativos aparecem sempre de forma passiva que, como veremos no próximo capítulo, não é verdade.

Segundo Paciti, a associação contribuiu para fugas de escravos em Bragança, gerando protestos de escravocratas da cidade. Quais seriam esses escravocratas? O autor não os cita. Paciti descreve ainda que numa noite a polícia atacou a sede do *Club* fazendo com que os sócios escravos fugissem. Segundo esse mesmo autor, havia alguns esconderijos de cativos na cidade, como o:

(...) antigo prédio demolido pelo sr. Adolfo Pen, à rua Cel. João Leme. Outro lugar era a antiga chácara dos Toledos, hoje Preventório Imaculada Conceição, pertencente aos antepassados do falecido jornalista Casper Libero. Desta chácara tomavam rumo à cidade de Atibaia, e o ponto de pouso era na chácara do Advogado Olimpio da Paixão, estrada de Caetetuba, onde existia outro grupo abolicionista. (PACITI, *op.cit.*)

Realmente há fortes evidências de que escravos de Bragança tinham a ajuda de colaboradores na hora da fuga, isso não se questiona¹⁸⁶. A questão é: qual foi o papel do *Club dos Escravos* nessas fugas? Sobre isso, Paciti não dá muitos detalhes, prefere apenas enfatizar de forma genérica a existência de abolicionistas na cidade que teriam participado da luta contra o regime escravista. Se havia abolicionistas em Bragança, na certa também havia fazendeiros que defendiam o

¹⁸⁶ Mais adiante, quando trataremos de fugas de escravos no *Guaripocaba*, daremos mais ênfase a esse assunto.

regime escravista. Será que entre os escravocratas locais existiriam *ilustres bragantinos*, cujas imagens deveriam ser preservadas?

Para uma melhor compreensão do *Club dos Escravos* talvez seja preciso entender o momento histórico no qual ele estava inserido, onde a única certeza era de que mais dia menos dia não haveria escravos no Brasil. Isso tornava premente a busca por alternativas que minimizassem a provável falta de mão-de-obra que se apresentava no horizonte, já que se temia que os recém-libertos abandonassem as fazendas e causassem uma generalizada desorganização da lavoura. Como a imigração estrangeira não se mostrou, a princípio, atraente aos pequenos e médios produtores rurais, a solução deveria incorporar o elemento nacional, aí incluído os ex-escravos, como substitutos da mão-de-obra escrava. Os trabalhos do *Club dos Escravos* parecem se acomodar perfeitamente neste quadro, pois indicavam que uma escola poderia preparar escravos para ingressarem, agora como cidadãos, no “mundo dos brancos” e, talvez, ainda pudessem permanecer nas mesmas fazendas onde serviam como escravos. O aparente êxito, a nível local, do *Club dos Escravos*, poderia servir de exemplo para uma infinidade de localidades que vivenciavam o mesmo drama de incertezas sociais. Deste modo, poderíamos também compreender o envio de circulares país afora divulgando o sucesso do *Club dos Escravos* pois, além de trazer prestígio à cidade, também era uma forma de compartilhar possíveis soluções para problemas comuns.

Contudo, é preciso ponderar que talvez os escravos pudessem fazer um uso do *Club* de forma bem diferente das pretensões senhoriais. Vejamos.

Segundo os registros, as aulas noturnas do *Club dos Escravos* reuniam cerca de 40 escravos. É muito provável que nestas reuniões os escravos também se inteirassem de outros assuntos, além daqueles que interessavam às elites. Lembre-se de que eles estavam sendo alfabetizados, portanto é possível que tivessem acesso às discussões parlamentares veiculadas em jornais, inclusive no *Guaripocaba*, acerca da questão servil. Além, é claro, de se inteirar das fugas e insurreições que vinham frequentemente ocorrendo por toda a província. Na certa, a classe senhorial não conseguia impedir que esses mesmos escravos oriundos de diversas propriedades usassem o *Club* para criar novos laços de amizade ou estreitar laços já existentes entre eles. Essa troca de experiências de escravos

ajudava a fortalecer as redes de solidariedade que eram fundamentais na hora de uma fuga. É preciso considerar que o contato entre esses escravos poderia exacerbar as diferenças de tratamento de cada senhor, levando-os a se depararem com novos parâmetros de um “bom” cativo que, por conseguinte poderia gerar novas tensões nas fazendas onde o tratamento dispensado aos cativos não era condizente com os novos parâmetros.

Suspeito ainda que o *Club dos Escravos* fosse usado com outros propósitos. No dia 26 de maio de 1887, *O Guaripocaba* pública a seguinte notícia:

NOTAS DO REPORTER

Já por vezes tem-se falado numas rezas cantadas em certas casas, quando morre qualquer pessoa. Ainda nas noites de domingo, segunda e terça-feira, tivemos ocasião de ouvir as ditas cantarolas em rua de Santa Clara desta cidade. Os pretos e lavadeiras que lá se reuniram, passaram essas noites a chupar boa caninha com gengibre e a importunar a vizinhança com desafinadas gritarias. Seria uma medida muito justa a proibição das tais cantarolas, não só a bem da comunidade pública, como para evitar aos amantes do deus Baccho ocasiões de passarem a noite numa verdadeira pandega. (*O Guaripocaba*, 26/05/1887)

Embora essa notícia carregue um tom muito pejorativo, ela é muito importante aos olhos do pesquisador, pois mostra sinais de que os descendentes de africanos de Bragança, especialmente quando se reuniam, mantinham viva sua cultura através da música, da dança e da religiosidade. No entanto, o que mais chama a atenção aqui é o local onde, segundo o repórter, aconteciam algumas dessas manifestações – a Rua Santa Clara, a mesma rua onde estava instalado o *Club dos Escravos*, que, como vimos, estava em pleno funcionamento naquele ano. É preciso dizer que essa rua não é muito extensa, assim tais manifestações culturais africanas eram realizadas nas proximidades da associação dos escravos e, quem sabe, até mesmo nas dependências dos *Club dos Escravos*. Na historiografia brasileira há inúmeros registros mostrando que os ajuntamentos de escravos não eram nenhuma novidade no Brasil, embora não fossem do agrado da classe senhorial. É então grande a possibilidade de que em Bragança, nas proximidades da Rua Santa Clara, isso também se repetisse há algum tempo, talvez até antes da criação do *Club*. Se nossas suspeitas estiverem corretas, precisamos então considerar a fundação do

Club dos Escravos como uma tentativa de alguns membros da elite local de apoderar-se das lutas dos escravos pela autonomia, de modo a imprimir à associação um caráter mais “positivo”. Nesta ótica, o *Club dos Escravos* seria mais interessante aos anseios da classe senhorial, pois seria uma forma de manter o controle sobre os cativos.

No entanto, é preciso frisar que os escravos, sócios do *Club*, tinham acesso a aspectos da cultura dominante e as usaram para melhor enfrentar desafios, questionar e reivindicar direitos.

Em 28 de fevereiro de 1886, *O Guaripocaba* traz publicada a seguinte declaração:

Faustino, filho ilegítimo da finada Christina, escrava que foi do Sr. Ten.^o José da Cunha Magalhães, requerendo por certidão o que constava a seu respeito no livro de matrícula de escravos d’este município, foi-lhe por despacho do Sr. Colletor certificado pelo Escrivão da mesma Colletoria, que não fôra dado a matrícula, por não constar seu nome do respectivo livro. Em vista disso considera-se livre, de conformidade com as leis de 28 de Setembro de 1871 [Ventre Livre] e 28 de Setembro de 1885 [Sexagenários]. E para os devidos effeitos legaes fiz a presente declaração.

Bragança, 27 de Fevereiro de 1886
Faustino da Silva Paiva.

Precisamos lembrar ao leitor que as leis referidas na declaração de Faustino diziam que todos os senhores deveriam matricular seus escravos na coletoria local e recolher o devido imposto. Só assim os senhores garantiriam a legitimidade sobre sua “propriedade”. De algum modo, Faustino ficou sabendo das exigências da lei e foi à coletoria local requerer a certidão de sua matrícula. Foi então que descobriu que ele não havia sido matriculado pelo seu senhor. Isso o deixava na condição de livre. Para garantir seus direitos, o precavido Faustino vai então ao jornal e pede que sua declaração seja publicada de forma que a população local, inclusive as autoridades, soubessem que ele não era mais um escravo e até na ocasião já assinou seu novo nome.

O que descobrimos de interessante é que Faustino era um dos sócios do *Club dos Escravos*. Isso foi observado no *Guaripocaba* na ocasião em que se reportava à

solenidade do 8.º aniversário do *Club*.¹⁸⁷ Naquela oportunidade, Faustino da Silva Paiva, fez “com desembaraço, um bom discurso”, isso no dizer do próprio *Guaripocaba*. Também descobrimos que esse personagem, juntamente com dois outros companheiros, Venâncio Bonaparte¹⁸⁸ e João Amaral, estiveram presentes entre os que discursaram nas comemorações que se seguiram ao 13 de maio de 1888. Porém, naquela ocasião, o mesmo jornal destacou aos seus leitores “as frases de entusiasmo e grossuras gramaticais” dos oradores, mas no final *O Guaripocaba* concorda que “todos os oradores foram calorosamente e freneticamente aplaudidos.”¹⁸⁹

O que nos parece claro é que alguns dos sócios aproveitaram de suas experiências no *Club dos Escravos* e souberam tirar algum proveito do contato com a cultura dominante. Quero destacar aqui o fato de que João Paulino do Amaral, muito provavelmente o mesmo que aparece junto de Faustino e Venâncio nas comemorações que se seguiram à abolição da escravatura, fundou em 1896 o *Club Artístico e Recreativo dos Operários*.¹⁹⁰ Inclusive, a primeira diretoria tinha, além do próprio fundador, também a participação de Faustino de Paiva. A esse respeito, Paciti (1971) já nos tinha chamado a atenção sobre a ligação entre o *Club dos Escravos* e o *Club dos Operários*, embora não desse mais nenhum detalhe. Aliás, os poucos documentos existentes que evidenciam essa experiência dos escravos e libertos também demonstram interesses dominantes locais. O próprio *Almanach Bragantino* de 1914, que traz um resumo das principais associações civis que existiram na cidade de Bragança até aquele ano, não faz nenhuma menção ao passado daqueles que estavam à frente do *Club Artístico e Recreativo dos Operários*. Com a extinção dessa associação surge em 1935¹⁹¹ o *Club 13 de Maio*. Hoje em dia esse clube é administrado pela ARCAB (Associação Recreativa e Cultural Afro-Brasileira).

¹⁸⁷ *O Guaripocaba*, 19/05/1887.

¹⁸⁸ Paciti (1971) refere-se a Venâncio como sendo um mulato.

¹⁸⁹ Cf. MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Op. cit.*, p. 181.

¹⁹⁰ Cf. *Almanach Bragantino* de 1914, p.103-104. Este anuário traz também o resumo da trajetória de outros importantes *clubes* de Bragança, como: o próprio *Club dos Escravos*, o *Club dos Estudantes*, *Club dos Lavradores*, *Club dos Permantes*, *Club Litterário Bragantino* e *Club Litterário e Recreativo*. O grande número dessas associações parece indicar a existência de uma certa tradição na cidade.

¹⁹¹ Ver “Jornal do Meio”, suplemento interno do *Bragança Jornal Diário* (BJD), 18/11/2005)

Algo que me parece muito relevante, e talvez seja mais uma peculiaridade dessa cidade, é o fato de Bragança ter sediado uma associação de operários fundada por negros ex-escravos ainda no final do século XIX. É importante que isso seja destacado porque na historiografia brasileira não se tem muita pesquisa sobre a participação dos negros na história social do trabalho no Brasil. Geralmente as pesquisas dão ênfase somente ao trabalho livre (assalariado), sobretudo, com a participação dos imigrantes europeus.¹⁹² Neste sentido, é preciso que as pesquisas sobre o movimento operário brasileiro recuem no tempo para conseguir incluir os escravos e libertos também como sujeitos da história do trabalho no Brasil, já que o embrião do *Club dos Operários* foi o *Club dos Escravos*.

Um assunto de destaque no *Guaripocaba* foram os anúncios de escravos fugidos. Esses anúncios indicam a importância que certos escravos tinham para seus senhores. Na esperança de ver seus escravos recapturados, proprietários ofereciam quantias consideráveis a quem os encontrasse ou que dessem informações seguras sobre o paradeiro dos fujões.

Numa ocasião, a viúva de um importante senhor de escravos chegou a oferecer a exorbitante quantia de 700\$000 para quem apreendesse dois de seus escravos que estavam evadidos havia três anos¹⁹³. Américo, um dos fujões, era um pardo de trinta e tantos anos, enquanto Geraldo era de cor fula e tinha 24 anos, mais ou menos. O elevado valor da gratificação e o longo período de tempo que tais cativos se encontravam fugidos, evidenciam as dificuldades em se recapturar escravos insubmissos.

Para aumentar as chances de recaptura, os proprietários forneciam detalhes importantes das características físicas de seus escravos que poderiam ajudar em futuras identificações, acaso fossem recapturados. Ao descrever os sinais e cicatrizes de seus cativos os senhores acabavam também por revelar as duras condições do cativeiro nessas bandas. Algumas informações contidas nos anúncios de fugas ainda nos ajudam a perceber possíveis estratégias de sobrevivência dos cativos.

¹⁹² Cf. LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil". *Op. cit.*

¹⁹³ O *Guaripocaba*, 13/11/1879.

ANNUNCIOS

Da fazenda do abaixo assignado fugiu no dia 3 do corrente, o escravo de nome Zacharias, preto, de 40 annos de idade mais ou menos, altura regular, cabelos grenhos, falante, alegre, folgazão de viola, tem os pés grandes, dedos abertos, e levou roupa de algodão de Itu. Gratifica-se com a quantia de 100\$000 a quem o prender e trazer em minha casa, ou com 50\$000 a quem o entregar em alguma cadeia segura.

Bragança 12 de Agosto de 1879.

José Alves Cardoso (*O Guaripocaba*, 14/08/1879)

A boa comunicação, a alegria e a companhia da viola possibilitavam a Zacharias construir, mais facilmente, amplos laços de amizade que poderiam lhe ser de grande valia na hora da fuga. Tais qualidades de Zacharias revelam a imagem de um escravo bem diferente daquela que estamos acostumamos a ver retratada em alguns diferentes veículos de informação. Ao longo do tempo esses veículos de informação ajudaram a cristalizar no imaginário popular a figura frágil do negro afro-brasileiro que, quase sempre, aparece como vítima de um perverso sistema, nunca como um sujeito de fato. Deste modo, a figura de Zacharias é emblemática, pois evoca a multiplicidade de experiências no interior do cativo.

Há evidências nos anúncios pesquisados de que os senhores tinham conhecimento de que terceiros, sobretudo familiares, colaboravam com a fuga de escravos. Em 1884, Felício de Siqueira França queixa-se da fuga de sua escrava Zeferina. Segundo este senhor “consta achar-se a mesma homiziada no município de Serra Negra, acoutada na casa de um sugeito conhecido por Cale”, padrasto de Zeferina.¹⁹⁴

A valorização excessiva do preço dos cativos resultante de vários fatores dentre eles, o fim do tráfico intercontinental e a forte demanda de braços nas lavouras cafeeiras do sudeste, ocasionou uma concentração de braços escravos nas principais unidades produtoras do sudeste. Embora isso tenha feito aumentar a população escrava nos estados do sudeste, por conta do tráfico interprovincial¹⁹⁵,

¹⁹⁴ Cf. Arquivo CDAPH/USF, Folhas avulsas, queixa de Felício de Siqueira França referente à fuga de sua escrava Zeferina, Cx 95, Pasta 12, 1884.

¹⁹⁵ O tráfico interprovincial perdurou no sudeste até o início do ano de 1881. Seguindo o exemplo de Minas Gerais e Rio de Janeiro que já tinham criado um tributo de 1:500\$000 sobre a averbação de escravos oriundos de outras províncias, em 25 de Janeiro de 1881 São Paulo também sanciona uma

proporcionalmente em relação à população total do país, ela vinha declinando. A população escrava passou de cerca de 30% da população total em 1823, para cerca de 15% em 1872 e cerca de 5% em 1887. Segundo Koerner, com essa diminuição proporcional da população escrava em relação ao total da população e com a ampliação do mercado de trabalho assalariado e livre, criou-se uma nova situação.

“A fuga para fora” do espaço da sociedade escravista (quilombos) já não era mais a única alternativa pra os escravos fugidos; havia também a fuga “para dentro” da sociedade em transição. Ou seja, as cidades maiores, mas também as fazendas distantes dos locais de fuga, tornavam-se espaços nos quais a cor da pele deixava de ser sinônimo de escravidão.¹⁹⁶

De acordo com o autor, as cidades maiores concentravam um grande número de negros e pardos, na maioria livres. Deste modo, “a cor da pele deixava de ser sinônimo de escravidão”. Essa situação dificultava o trabalho dos agentes de repressão policial em distinguir um escravo de um não-escravo criando um motivo a mais para que escravos procurassem fugir para essas localidades maiores onde poderiam se misturar mais facilmente com a população livre de cor negra.

Além desse fator bastante importante, não se pode esquecer de que se os fujões não contassem com uma ampla rede de solidariedade que os acolhesse e desse proteção, suas chances de êxito deveriam diminuir sensivelmente. Nos documentos judiciais pesquisados pude encontrar relatos que parecem confirmar essa suspeita. Um desses relatos aparece no depoimento do Tenente Lucas Furquim de Campos a respeito da fuga de quatro escravos de uma fazenda no distrito de Campo Largo, então distrito do termo de Atibaia. Segundo o Tenente Lucas, os escravos Diolindo, Paulino, Damião e Sabino, que haviam fugido, foram

(...) presos com muita dificuldade pela proteção que tiveram em São Paulo, como também tinham ali todos os escravos fugidos¹⁹⁷.

lei semelhante, só que o tributo era ainda maior, 2:000\$000. Na prática, esses tributos tornavam o tráfico interprovincial inviável. Cf. o editorial do jornal *A Província de São Paulo*, 27/01/1881.

¹⁹⁶ KOERNER, Andrei. *Op. cit.*, p.83.

¹⁹⁷ Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz. Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa 16 Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia.

A colaboração de terceiros parece ter sido fundamental para aqueles que tinham a intenção de evadir-se. Embora nunca se possa mensurar o tamanho das redes de solidariedade entre escravos e libertos, não há dúvida de que elas se faziam presentes na região de Bragança e eram acionadas sempre que preciso. Isso foi observado amiúde nas queixas de senhores quando anunciavam a fuga de seus escravos nas páginas do *Guaripocaba*.

ESCRAVA FUGIDA

Há mais de ano que se acha sumida a escrava pertencente ao abaixo assinado, de nome Leocádia, a qual tem os sinais seguintes: altura regular, cheia de corpo, bons dentes, cor parda tocada a cabocla, cabelos grenhos, regulando ter 23 a 24 anos. Levou em sua companhia um filhinho, que agora completou 2 anos, de nome Benedito, pardo claro, bonitinho e cabelos (ilegível). Boa para serviços da casa, sabendo cozinhar, lavar e engomar, costuma querer passar por louca. Quem a prender e entregar no bairro das Araras ao abaixo assinado será bem gratificado e bem assim quem dela der notícia certa. O mesmo desde já protesta contra quem acoutar, fazendo a todo o tempo prevalecer os direitos a lei lhe confere.

Bragança 29 de Agosto de 1885.

José Antonio de Oliveira Leme (*O Guaripocaba*, 10/09/1885)

O episódio da fuga de Leocádia nos faz pensar que a fuga era parte de uma estratégia mais ampla que objetivava construir uma vida própria, constituir família e preservar relações de parentesco que, dentro do cativeiro, nem sempre eram possíveis de se concretizar.

Embora existam fortes indícios indicando que a fuga era a principal alternativa àqueles que almejavam retornar aos seus lugares de origem, onde poderiam ficar próximos de seus familiares e amigos, é preciso deixar claro que essas não eram as únicas motivações das fugas. Outras razões potenciais existiam, sobretudo para aqueles que estavam sob o jugo de um “mau” senhorio e que sofriam castigos exagerados. Alguns sinais de castigos deixados por diversos instrumentos de suplício nos corpos de escravos foram registrados no *Guaripocaba*.

ANNUNCIOS

Fugiu da Fazenda de Pedro Thomaz Cunha Martins, na madrugada do dia 3 de Julho, os escravos: - Cacemiro, cor mulato, altura regular, cabelos carapinhos meio soltos, testa regular, olhos pequenos e fundos, nariz apontado, em falta de dentes da frente, tem pouco bigode barba só no queixo, mãos pequenas, corpo cheio, pés pequenos, - tem sinais de castigo nas nádegas e mesmo nas costas, idade de 30 annos, natural do Ceará; este é assassino de Joaquim Portuguez.

Benedicto, cor preta, altura regular, cabelos carapinhos, testa grande, olhos vermelhos, orelhas grandes, nariz chato, não tem barba, tem boa dentadura, corpo cheio, tendo no braço direito um sinal de castigo acima do cotovelo, idade 26 annos, natural da Bahia.

Quem apreender e trazer e entregar a sua Fazenda – Bela Vista, distrito de Amparo, perto da Estação da Pedreira será gratificado com 100\$000 réis por cada um.

Os escravos saíram com roupas finas e grossas, jponas pretas, camisas de baeta vermelha, chapéu preto, mantas escuras, uma caçarola e uma chocolateira.

Bela Vista, 6 de Julho de 1879

Pedro Thomaz da Cunha Martins (*O Guaripocaba*, 17/07/1879)

Este anúncio registra a fuga de Cacemiro e Benedicto, ambos naturais de províncias nordestinas. Cacemiro, cearense de 30 anos, tinha os “sinais de castigo nas nádegas e mesmo nas costas”. Benedicto, baiano de 26 anos, “tendo o braço direito um sinal de castigo acima do cotovelo”. Além dos sinais de castigos que deixaram marcas visíveis nos corpos desses escravos, havia outros sinais menos perceptíveis, mas não menos profundos que podiam motivar uma fuga. Segundo Hebe Mattos, escravos comprados no tráfico interno traziam de suas experiências vividas, sob jugo de outros senhorios, padrões de tratamento que queriam ver, no mínimo, reatualizados¹⁹⁸. Caso o novo senhor não respeitasse tais padrões de tratamento, isso poderia se transformar num forte motivo para uma fuga, ou, em certos casos mais graves, no assassinato de senhores ou feitores.

¹⁹⁸ MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. *Op. cit.*, p.154.

Em *Visões da liberdade*, Chalhoub chegou a registrar uma sublevação de escravos numa casa de “negócios” envolvendo escravos no Rio de Janeiro. Dos 24 envolvidos, 21 eram escravos vindos de províncias do norte e nordeste. A maioria, 14, era de baianos, o restante era do Maranhão, Ceará e Piauí. Com exceção de dois escravos maranhenses, os outros eram recém-chegados à Corte e esperavam compradores na loja de um negociante português. Em resumo, estes cativos compartilhavam da mesma experiência de terem sido arrancados de sua terra natal deixando para trás toda uma rede de solidariedade composta de familiares e amigos. Além disso, em sua maioria, seriam vendidos para grandes fazendeiros de café do sudeste. Vale aqui destacar que a lida com o café tinha a fama de ser muito mais dura do que as atividades antes desempenhadas por esses cativos em suas regiões de origem. Segundo Chalhoub, entre esses escravos havia a percepção de que tinham sido injustiçados. Tanto que um deles, recusa-se a ficar na Corte ou a seguir para uma fazenda de café dizendo que “queria voltar para o Norte”¹⁹⁹. Por tais motivos esses escravos vindos do norte tornaram-se temidos pelos fazendeiros por carregarem a fama de insubmissos. É provável que os escravos Cacemiro e Benedicto fugidos na região de Bragança também compartilhassem dos mesmos dramas vividos por aqueles escravos vindos do norte. Inclusive, por coincidência, Cacemiro teria assassinado Joaquim *Portuguez*, muito provavelmente da mesma nacionalidade do negociante carioca.

Além de contar com a ajuda de ampla rede de solidariedade, formada, em boa medida, por amigos e familiares que já estavam fora do cativeiro, os documentos pesquisados sugerem que existiam ainda outras estratégias de sobrevivência como mudança de nome, passar-se por pessoa livre ou ainda, como Leocádia, se “passar por louca”. Nenhuma estratégia poderia ser descartada quando se lutava pela liberdade.

Senhores de outras cidades da região e do sul mineiro publicavam seus anúncios no *Guaripocaba* quando tinham seus escravos fugidos e talvez tivessem razão em procurar por essas bandas, pois encontrei diversos registros no arquivo do Judiciário de Bragança Paulista que indicam a origem de diversos escravos evadidos de outras cidades e recapturados por aqui. Eis algumas cidades de origem desses fujões: Jaguaray (Camanducaia, MG), Campinas, Mogi Mirim, Socorro, Freguesia de

¹⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...*, Op. cit., p.43-65.

São Simão (MG), etc. Esses registros sugerem que a Região Bragantina também era usada como um lugar de refúgio de escravos fugidos de diversas localidades paulistas e mineiras.

É preciso observar que os anúncios de fuga de escravos carregam consigo uma visão senhorial, inclusive traziam a assinatura dos proprietários. Como o interesse primordial dos senhores era a recaptura dos fujões, os anúncios privilegiavam a descrição das características físicas e da vestimenta dos escravos evadidos. Pouca coisa, além disso, foi encontrada nos anúncios. Dessa forma, torna-se difícil ao pesquisador tentar identificar nesses documentos possíveis motivações de fugas. Contudo, ainda que de forma indireta, tais anúncios deixaram escapar algumas pistas que podem nos auxiliar nesta tarefa.

100\$000 – Fugiu no dia 23 de Junho p. p. o escravo Generoso, pertencente a Eleutério de Araújo Cintra; tendo o mesmo escravo os seguintes sinais; estatura mais que regular, um pouco cheio de corpo, feio de cara, nariz chato, olhos pequenos e vivos, andar ligeiro, gagueja um pouco quando fala, levou roupa de algodão de Itu, com marca G de linha vermelha.

Quem o prender e entregar em a fazenda do mesmo Cintra, neste município receberá a gratificação de 100\$000. Este escravo foi do sr. José Gonçalves do Canivete, tendo o mesmo sr. Gonçalves comprado do sr. Francisco Paulista este o comprou na Província de Minas, presume-se que ele fugiu em direção a essa Província.

Bragança 24 de Junho de 1879. (*O Guaripocaba*, 17/07/1879)

Este caso nos mostra as constantes mudanças de senhorio às quais os cativos estavam sujeitos, mesmo a contragosto. Não sabemos ao certo o tempo durante o qual Generoso esteve sob jugo de cada um de seus três proprietários, mas, suspeito que sua permanência em Minas Gerais fosse relativamente maior, já que o próprio senhor desconfiava que ele tivesse fugido naquela direção. Talvez lá Generoso tivesse construído uma rede de relacionamentos que poderia ser acionada em casos como o de uma fuga. A desconfiança do proprietário nos faz pensar ainda que esse comportamento dos cativos era do conhecimento dos senhores. Embora saibamos que nesta época a lei já proibía a separação de famílias (1869), temos que considerar que algumas dessas relações poderiam estar na informalidade e ainda não tinham o reconhecimento da Igreja. Além disso, havia ainda outros laços de

igual importância da família como as relações de compadrio e de amizade. Assim, acredito que muitas dessas fugas tinham por finalidade reatar laços cortados pela mudança de senhorio, como já vimos no caso da escrava Zeferina que deixou seu cativo em Bragança e fugiu para Serra Negra onde morava sua mãe e seu padrasto Cale.²⁰⁰

O temor de que escravos e libertos estabelecessem ou estreitassem laços de amizade parece ter motivado a inclusão do artigo 23 no código de posturas municipal de 1859, onde consta que:

(...) É proibido dentro das povoações do Município as dansas de batuque, ou formação e todo o ajuntamento com algazarra, ou voserios²⁰¹.

O que se vê é o desejo da classe senhorial de manter a qualquer custo o controle sobre as ações dos cativos de forma a dificultar a ação coletiva de afro-brasileiros. Contudo, parece-me que proibições como essa não tiveram o alcance esperado, pois os cativos continuaram a elaborar estratégias para o estabelecimento e manutenção de novos laços de solidariedade que ajudaram a frustrar as expectativas senhoriais.

Repetidas vezes as notícias do *Guaripocaba* deixaram patente a existência de práticas culturais de origem africana em Bragança e região que, mesmo sofrendo constantes ataques da imprensa e da força policial, demonstravam um incrível vigor. Nestas ocasiões, o modo de vida dos escravos e libertos era tratado sempre de forma pejorativa. Segundo o jornal, as autoridades deveriam coibir tais manifestações.

JOGO DE BUSO

Somos informados de que existe numa das casas da Rua do Comercio em frente à casa do sr. T.^e Manoel Magalhães, uma roda do catumby e que tem grande freqüência de negros cativos e filhos famílias. Às autoridades pedimos providências. (*O Guaripocaba*, 02/12/1886)

²⁰⁰Ver nota 194.

²⁰¹ Cf. Código de Posturas Municipais de Bragança Paulista (1859). Proposto pela Câmara Municipal em 24/01/1858 (Ata de 1858 fls.188-196).

A condenação moral de tais práticas culturais, como as cantorias e o hábito da bebida, pelo jornal parece ter o objetivo claro de desqualificar o modo de vida dos descendentes dos africanos. Numa outra ocasião, *O Guaripocaba* voltou a mostrar-se incomodado com os ajuntamentos dos “pretos e lavadeiras” que se reuniam à noite para “chupar boa caninha com gengibre”²⁰², talvez o temor de uma rebelião justificasse tal atitude. Pesquisando jornais paulistanos do período final da escravidão, Lilian Schwarcz encontrou inúmeras referências que revelam a existência do “fantasma da insurreição” de escravos em vários pontos do império.²⁰³ Essas notícias circulavam pelas folhas interioranas e assim se espalhava o “pânico”.

Mesmo de forma tangencial, o jornal acaba por confirmar que algumas manifestações culturais dos descendentes de africanos persistiam, inclusive fazendo parte dos festejos religiosos da Igreja Católica.

FESTA DO ROSARIO

(...) Além da festa religiosa exibiu-se pela cidade o bando de caiapó com suas danças e cantorias ao som do adufe²⁰⁴, bozina e reque-reque. Houve o descobrimento do rei com conseqüente acompanhamento e etiquetas do estilo, pela tradicional congada, que fez suas excursões dançantes pelas ruas da cidade e representou o seu papel na procissão.

Estas velharias com característicos (sic) carnavalescos formam um verdadeiro contraste com a gravidade do ato religioso; contrastes de que o povo gosta e que os progressos da civilização vão continuando a permitir entre nós. (*O Guaripocaba*, 07/01/1883)

Embora fossem do gosto popular, tais manifestações pareciam não combinar, na ótica do jornal, nem com a solenidade religiosa católica, nem com os “progressos da civilização” tão defendidos pelo jornal. Para melhor compreendermos a atitude do *Guaripocaba* é preciso antes examinar como o próprio jornal entendia a função da imprensa periódica na sociedade. Para *O Guaripocaba*:

A imprensa periódica e a sociedade precisam proteger-se mutuamente. Já o dissemos e repetimos; e a razão é que, se é pela

²⁰² *O Guaripocaba*, 26/05/1887.

²⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p.192-197.

²⁰⁴ Antigo pandeiro quadrado sem soalhas, feito de madeira leve, e com pele retesada dos dois lados.

sociedade que vive o jornal, é a seu turno pelo jornal que a sociedade se anima e engrandece; é pelo jornal que se defendem os direitos do povo, as regalias do cidadão e se ventilam assumptos de interesse público. (...)

Conclue-se d'aqui que o jornal é uma entidade necessária ao viver das modernas sociedades: é o evangelizador do povo, o vehiculo da opinião, o archote da civilização. Sem imprensa não haveria progresso possível. (...)

O jornal não é palmatória do mundo. Sua missão é mais nobre e elevada: convencer, persuadir, moralisar e instruir por meios brandos e reflectidos. (*O Guaripocaba*, 28/08/1879)

Para o *Guaripocaba*, sociedade e jornal vivem numa relação de simbiose. O jornal “vive pela sociedade”, seu papel é fomentar o progresso e, é “pelo jornal que a sociedade se anima e engrandece”. A finalidade dessa relação é a construção de uma sociedade baseada nos parâmetros das *modernas sociedades*, sobretudo a europeia. Assim, o caiapó e a congada, costumes de origem indígena e africana, não combinavam com os novos tempos e, portanto, deveriam ser combatidos. Por isso, a missão do jornal é – “convencer, persuadir, moralisar e instruir por meios brandos e reflectidos”–. Cumprindo seu papel de “evangelizador do povo”, o jornal busca interferir nos costumes e modos de vida da população veiculando a ideia de que essas tradições, principalmente as de origem africana, simbolizavam o atraso da cidade. Com isso, o *Guaripocaba* acreditava estar moldando a sociedade bragantina de forma a se ajustar aos padrões de modernidade da época. Nesse sentido, a atuação do *Guaripocaba* foi sempre de combater a prática de ritos religiosos de origem africana e recomendar a ação incontinenti da força policial para coibir tais práticas.

Em suas páginas o *Guaripocaba* deixou registrado, em diversos momentos, os obstáculos criados para impedir a permanência de tais práticas. Contudo, também é possível vislumbrar o vigor da resistência dos praticantes da cultura africana que teimavam em preservar suas tradições por toda a Região Bragantina.

SANTO ANTONIO DA CACHOEIRA²⁰⁵

Comunicam-nos dessa localidade:

²⁰⁵ Atual cidade de Piracaia.

Chegando ao conhecimento do Sr. Delegado de Policia Alfs. Joaquim Antonio Gonçalves, que no bairro do Sertão dos Patos andava um celebre preto que dava o nome de José Benedicto, fazendo curas e *feitiçarias*, para lá mandou uma escolta pelo Sargento Antonio Tiburcio dos Santos, com o fim de capturar o *embusteiro*, que não pôde ser encontrado. O *cômico* do facto é constar que o experto preto é escravo do Ten. Cel. Francisco Candido de Brito Lambert, de Cambuhy há mezes fugido e homisiado n'esse bairro.

O tal *feiticeiro* fez no Bairro prosélitos que escutam e veneram, considerando-o sancto, e a troco dos curativos e rezas que pratica lhe fazem plantações de milho e outros gêneros. O tal fundou no bairro uma Irmandade das Almas, pagando os devotos irmãos a annuidade de 1\$500 réis, faz rezas e recebe donativos, velas, etc.

Na busca dada na casa em que residia o *capadocio* foram encontrados papéis sujos, raízes de plantas e duas imagens de St.o Antonio.

O povo do bairro está *fanatizado* pelo *velhaco preto*, pelo santo, a quem attribue muitos milagres, por sua intercessão operados. Eis o *cúmulo da ignorância*.

Não logrando a escolta gaturrar o *feiticeiro*, que se escondera ou evadira, não perdeu a viagem, pois conseguiu prender o criminoso Antonio Gomes, que em Maio do anno passado desfechou um tiro no papo de uma mulher.

É digno de louvores o sargento Tiburcio pela actividade e tino que desenvolveu nesta diligência, bem como por outros serviços que tem prestado como auxiliar da polícia". (*O Guaripocaba*, 28/04/1887, grifos meus)

Chama-nos a atenção a quantidade de adjetivos, atribuídos aos praticantes da religião de matriz africana, que o jornal utiliza para noticiar o ocorrido em Santo Antonio da Cachoeira – “capadocio”²⁰⁶, “feiticeiro”, “embusteiro”, “cômico”, “fanatizado” e “velhaco preto”. Essa forma pejorativa de descrição, que vale lembrar, não foi exclusividade do *Guaripocaba*, sendo encontrada em diversos outros órgãos de imprensa da época²⁰⁷, contribuiu para a formação de uma imagem estereotipada

²⁰⁶ Que tem maneiras acanhadas, impostor, trapaceiro.

²⁰⁷ Em *Retrato em branco e negro*, Lilia Schwarcz selecionou excertos de diversos jornais da época que tentavam desqualificar a figura do negro, mostrando-o como “degenerado”, “selvagem”, “imoral”, “perverso sexual”, “pleno de vícios”, etc. Nessa seleção, Schwarcz incluiu dois exemplos que dizem respeito a Bragança, vejam:

do elemento negro e de sua cultura sempre vinculada a práticas bárbaras. Segundo Schwarcz, o negro era representado enquanto indivíduo supersticioso que se dedicava à bruxaria, considerada pelos periódicos da capital paulista, “pouco legítima” e “degradante”.²⁰⁸

Pesquisando aspectos da escravidão na região de Uberaba no Triângulo Mineiro, Ribeiro Jr. deparou-se com comentários na imprensa local muito próximos ao que encontramos em Bragança. Para ele, esse tipo comentário acerca da cultura dos afro-brasileiros parece “um tanto agressivo, no qual a ironia cumpre a função de ocultar o preconceito racial”, envolvendo uma “argumentação de duplo sentido: jocosa e discriminatória ao mesmo tempo”.²⁰⁹

Ainda que não fosse a intenção do *Guaripocaba*, esse periódico acabou deixando informações importantes que podem nos ajudar a compreender algumas estratégias de resistência escrava presentes no cotidiano da Região Bragantina. De acordo com o jornal, o “feiticeiro” seria um escravo evadido da cidade mineira de Cambuí, vindo a se estabelecer na cidade de Santo Antonio da Cachoeira²¹⁰ onde passa a viver de suas práticas religiosas com bastante sucesso, inclusive sendo considerado um santo. Abrindo um parêntese, desconfio ainda que José Benedicto na verdade tivesse um outro nome – Ladislao. A razão dessa minha suspeita é que meses antes, o mesmo *Guaripocaba* havia publicado outro anúncio²¹¹ no qual

p.128 – “**Feiticeiro**, Bragança – Para o lado das pedras mora *um preto velho tido e havido como tal*. Sua casa é freqüentemente procurada por *forros* ou *cativos* que vão consultar ou receber lições de bruxaria havendo mesmo reuniões em certas noites com caráter de sessões fatídicas. Admira que nessa ephoca haja quem ainda acredite em feitiçarias que quando muito podem ser sob certas fórmulas e aparatos a aprendizagem de saber conhecer drogas nocivas ou plantas venenosas com o fim de *fazer mal à vida dos senhores ou desaffectedos*. Esse foco em que se alimenta a credulidade estúpida de pessoas ignorantes e mal intencionadas devem ser banidos d’entre nós (...) Deve cair sobre eles o rigor da lei”. (*Província de São Paulo*, 4 de março de 1879);

p.232 – “ (Bragança) **Feiticeiro** – Andou por aqui um sujeito *preto* ainda moço (...) *Será doutor?* A esta pergunta respondiam uns que sim e outros que não. É doutor effectivamente mas formado por aclamação dos *similunios pascácios*. *Doutor de lesma e caramujo dos parvos*. Chama-se Luiz de tal e tem famma de excellent feiticeiro. Foi pena que as autoridades não tivessem conhecimento da presença da personalidade entre nós para mandarem *ensinar fazer mandinga aos presos da cadeia*”. (*Província de São Paulo*, 16 de setembro de 1884)

²⁰⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 125.

²⁰⁹ Cf. RIBEIRO Jr., Florisvaldo Paulo. *Op. cit.*, p.180.

²¹⁰ Atual cidade de Piracaia.

²¹¹ O *Guaripocaba*, 03/10/1886.

descrevia a fuga de um escravo de nome Ladislao pertencente a Francisco C. de Brito Lambert, morador em Cambuí (MG). Na ocasião, Lambert já desconfiava que seu escravo pudesse ter seguido em direção da região de Bragança. Se ambas as notícias tratassem da mesma pessoa, como suspeito, isso seria mais uma evidência de que a troca de nome era um dos recursos usados pelos cativos quando tentavam se estabelecer na região após uma bem sucedida fuga. É bom lembrar que esse não foi o único caso existente nos registros documentais de Bragança.

O êxito da fuga deste escravo que, não obstante as perseguições, conseguiu retomar sua vida em outra localidade, sobrevivendo graças ao fruto de práticas religiosas aprendidas com seus antepassados, confirmam a interpretação de Wissenbach, quando diz que:

A vitalidade dos valores escravos provinha exatamente da capacidade que demonstravam em contornar as circunstâncias adversas, resistindo aos questionamentos impostos pelo domínio senhorial e adquirindo, com isso, expressiva qualidade de autopreservação e ajustamento ante as mudanças contínuas e á violência subjacente ao regime da escravidão.²¹²

Como já foi dito num outro momento, historiadores, memorialistas e jornalistas têm destacado ao longo dos anos, orgulhosamente, o “pioneirismo” de Bragança por ser a primeira e única localidade a sediar uma associação de cativos – o *Club dos Escravos* – que mantinha uma escola para a alfabetização dos sócios. No entanto, houve um “acontecimento” na cidade que sequer foi lembrado em nenhum dos trabalhos consultados, embora, em minha opinião, também deva desfrutar o mesmo status de “pioneiro” do *Club dos Escravos*. Na certa, esse fato teve uma grande repercussão entre os contemporâneos bragantinos, inclusive mereceu destaque na folha local. Observem como isso foi abordado pelo *Guaripocaba*.

Nos últimos meses de 1879 surgiu na cidade de Bragança uma pessoa de nome José Antonio da Silva que se dizia padre. Vinha ele recomendado e assim foi recebido pelo Rvmo. Vigário Salgado que o acolheu e deu-lhe hospedagem. Foi

²¹² WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Op. cit.*, p.28.

assim que o Padre Silva deu início a seu ofício de religioso na cidade. No entanto, graças à impertinência do sub-delegado local Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho²¹³, conhecido como “Joaquinzinho”, sua estadia na cidade foi curta.

Dias depois da chegada do novo padre, circulou pelas ruas da cidade uma notícia que originalmente fora publicada no jornal *Gazeta de Lorena*, mas que chegou até os leitores bragantinos primeiramente através da *Gazeta de Campinas*, onde o texto fora transcrito. Segundo *O Guaripocaba* esse jornal dizia que:

Há dias que anda por estes lados um moço de cor preta e se diz retirante cearense, natural de Icó e ordenado n’aquela diocese vai para sete annos.

Não traz, porém, documento algum, ou se os traz não apresentou-os a pessoa alguma.

Nega-se servir em atos religiosos com seus irmãos em Cristo e, ao que nos consta, só diz missa à madrugada.

Na Soledade do Itajubá, porém, a instancias, servio no altar em festa do dia 13 do corrente; mas parece que não andou muito corrente nas cerimônias, porque apertado pelo respectivo vigário sobre *erros de officio*, raspou-se incontinenti da freguesia, sem ao menos esperar pela gratificação do festeiro.

Damos esta notícia sob informações de um respeitável sacerdote que o julga pseudo-padre.

O caso é sério, e cumpre que seja averiguado pelo nosso digno Diocesano. (*O Guaripocaba* 06/11/1879)

Após ler *A Gazeta de Campinas*, o sub-delegado “Joaquinzinho” percebe que há algumas similaridades entre o padre de Lorena e o Padre Silva, recém-chegado à cidade. Primeiramente, Silva viera dos lados de *Minas*, mesma região em que o suspeito padre de Lorena vinha atuando antes de “raspar-se incontinenti”. Contudo, os detalhes que mais despertaram a desconfiança do sub-delegado, provavelmente, diziam respeito à fisionomia e à naturalidade de ambos os padres. De outro modo, um padre que combinava tais características – cearense e negro – devia ser algo raríssimo numa sociedade dominada por brancos, na qual o tom mais escuro da pele já era motivo de desconfiança, sobretudo pelas autoridades policiais.

²¹³ O mesmo que atuaria como redator do jornal *O Guaripocaba*.

Segundo a narrativa do jornal local, o suspeito Padre Silva era uma pessoa com “maneiras joviais”, de estatura regular, usava óculos, lia e escrevia. Era “robusto e vigoroso”. Apresentava “cor preta fula²¹⁴, beiços grossos, cabelos crespos” e trazia “sempre a barba feita”.²¹⁵

Numa narrativa muito interessante que mistura ironia e perplexidade, frente àquele episódio, *O Guaripocaba* tenta explicar como *foi possível* aquilo ter acontecido.

É opinião de muita gente sensata, que este mundo (o terráqueo sublunar) é um teatro, onde se representa uma interminável comédia joco-séria, que às vezes se converte em drama trágico. Nesse grande e variado espetáculo universal a humanidade inteira toma parte: representa, aplaude frenética ou pateia²¹⁶ sem piedade os que sobem ao cenário. Todas as classes, sem distinção de sexo, desde as mais elevadas até às mais ínfimas, têm o seu papel a desempenhar. (*O Guaripocaba* 06/11/1879)

De acordo com o jornal, o mundo seria um grande teatro “onde se representa uma interminável comédia joco-séria, que às vezes se converte em drama trágico”. Todos tomam parte desse “espetáculo universal”, ou para subir ao palco (como protagonistas) ou para fazer parte da plateia (como meros espectadores). Talvez devêssemos lembrar que o palco desse teatro estava reservado a poucos protagonistas, em sua maioria, composta por poucos brancos afortunados. Assim, de forma desigual, todos tinham *seu* “papel a desempenhar” na sociedade. “Subir ao palco” significaria então uma ascensão social. Como podem notar, essa forma de ordenar o mundo parte de integrantes que se encontram no topo da pirâmide social e, obviamente, desejam permanecer lá. Acontece que nem sempre os menos afortunados aceitam desempenhar “corretamente” o papel social que lhes é imposto. Talvez isso esteja bem ilustrado na atitude do pseudopadre Silva que, embora

²¹⁴ Essa palavra era muito comum na época e parece indicar de forma genérica a tonalidade menos escura de escravos e libertos. De acordo com o *Novo Dicionário Eletrônico do Aurélio* (2004), atualmente *fula* se refere ao “mestiço de negro e mulato; pardo”.

²¹⁵ *O Guaripocaba*, 06/11/1879.

²¹⁶ Bater com as patas; bater com os pés no chão, em sinal de reprovação ou desagrado.

devesse “fazer parte da plateia”, resolveu “subir ao palco” e desempenhar o papel de “protagonista” neste grande teatro (sociedade).

José Antonio da Silva, vulgo Padre Silva, que além de ter nascido negro e cearense, era ainda suspeito de ser um *fugitis nigres* (negro fujão), demonstra ter a percepção de viver num mundo desigual, onde pessoas como ele dificilmente teriam um “papel” de destaque. Embora pouca coisa pudesse fazer para alterar esse quadro, ele recusou-se a aceitar *passivamente* o que a sociedade lhe impunha e decidiu agir como um “protagonista”.

De acordo com *O Guaripocaba*, quem exercia um ofício clerical podia desfrutar de inúmeras regalias²¹⁷ que o próprio pseudopadre Silva pôde conferir.

Padre! O!... Ser padre é um regalo. Basta cheirar a clérigo para conquistar foros de santidade. Foi chegar aqui o bom do Silva, e já lhe não faltaram missas e agradados.

[...] alguns [que] andavam com uns pecadilhos (ilegível) a fervilhar na consciência já tinham feito função de ir despejar o saco a seus pés, e pedir absolvição de culpas e penas. As beatas preparavam-se a ir beijar as fimbrias da sua *loba*, para ganhar indulgência plenária, e as mais exaltadas já viam no recém-chegado sacerdote um predestinado com caráter milagreiro, um futuro santo, digno de ser canonizado [...] (*O Guaripocaba* 06/11/1879)

De forma crítica e irônica, o jornal expõe as contradições sociais de seu tempo. Se por um lado, o negro era geralmente tratado de forma pejorativa, já que trazia no tom escuro da pele as marcas da escravidão, bastava ele ocupar um posto de maior destaque na sociedade para que sua cor se tornasse pouco relevante. Fato que pode ser comprovado pelas inúmeras personalidades como, por exemplo: o conselheiro Antonio Pereira Rebouças, André Rebouças, Castro Alves, Gonçalves Dias, Machado de Assis e Mestre Valentim, que não obstante, serem de pele escura, desfrutaram enorme prestígio social, mesmo sendo contemporâneos da escravidão. A estratégia de assumir uma nova identidade, no caso de um padre, parece-me uma clara indicação de que o falso Padre Silva era ciente de que a sociedade em que vivia privilegiava uma pessoa não pelo seu mérito, mas por sua posição social.

²¹⁷ Esse tom anticlerical adotado nesse episódio revela, em boa medida, a influência que a maçonaria imprimia ao *Guaripocaba*.

Durante o desenrolar daquele episódio, correram boatos pela cidade dando conta de que o verdadeiro Padre Silva morava na cidade de Pacatuba no Ceará e o pseudopadre Silva seria na verdade um crioulo de nome Francisco que o servia como sacristão. Nos dizeres do jornal, tal crioulo possuía os seguintes sinais:

[...] o rosto um tanto comprido, dedos finos, cabelos grenhos, bons dentes; ser tocadador de violão e inclinado a fazer mágicas. O indivíduo aqui preso e submetido a processo pode muito bem ser o crioulo Francisco. *Inteligente e ativo como parece ser, nada mais fácil que apresentar-se em província longínqua com o caráter de seu senhor.* (O *Guaripocaba*, 13/11/1879, grifos meus)

O que é interessante observarmos aqui é o reconhecimento do próprio jornal de que o tal crioulo que por aqui apareceu dizendo ser padre, sobre o qual pairava a desconfiança de ser um negro fujão, parecia um ser *inteligente e ativo*. Esse não foi o único momento em que O *Guaripocaba* teve que reconhecer tais qualidades do crioulo, dias antes já tinha afirmado que o suposto padre estava “fingindo de papalvo ignorante, para mais tarde confundir com sua *sapiência infusa* crédulos e incrédulos”.²¹⁸

Esse episódio do falso Padre Silva ganha ainda mais dramaticidade com outros detalhes fornecidos pelo jornal local. Além do pseudopadre Silva desfrutar dos privilégios de sua posição sacerdotal, enquanto ocupou este ofício, no qual incluíam “bons almoços e suculentos jantares dos hospitaleiros vigários, por amor do coleguismo, bebendo tragos de bom vinho²¹⁹”, ainda fez uma campanha onde apelava à generosidade dos fiéis bragantinos, inclusive divulgada no próprio *Guaripocaba*, a fim de socorrer familiares que estavam expostos “às torturas da fome e da miséria” decorrentes da grave seca que castigava a região nordestina, especialmente o Ceará, terra natal do organizador da campanha.

Com a série de indícios indicando que o vulgo Padre Silva não era quem dizia ser, o sub-delegado “Joaquinzinho” procedeu a um inquérito e o processo então foi

²¹⁸ O *Guaripocaba*, 06/11/1879, grifos meus.

²¹⁹ O *Guaripocaba*, 06/11/1879.

enviado ao juiz municipal.²²⁰ As últimas notícias encontradas a respeito desse caso foram publicadas no *Correio Paulistano*²²¹ de 14 de janeiro de 1880, dando conta de que o vulgo padre fora “absolvido por ser um *sacerdote padre*”. Pelo mesmo jornal ficamos sabendo que o verdadeiro “José Antonio da Silva é *vigário-mor*, e não simples *padresco!*”

A ousadia demonstrada por um crioulo suspeito de ser um escravo fugido, como vimos, demonstra que as classes subalternas no Brasil não devem ser tratadas apenas como vítimas de uma sociedade injusta e opressora. Embora, em desvantagem, eles agiam e agem com astúcia de forma a resistir, contornar ou ultrapassar os obstáculos que a sociedade lhes impõe na luta cotidiana pela vida.

²²⁰ O *Guaripocaba*, 06/11/1879. Tanto o inquérito quanto o processo não foram encontrados no arquivo do CDAPH/USF que abriga os documentos judiciais daquele período.

²²¹ Esse jornal foi consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). De acordo com O *Correio Paulistano*, essa notícia foi publicada originalmente no jornal local O *Bragantino* que, infelizmente, não se tem preservado.

Capítulo 3

Experiências cotidianas de senhores e escravos

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação, etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais.

(Edward Palmer Thompson – *A miséria da teoria*)

Neste capítulo explorarei as tensas relações cotidianas entre senhores e escravos. Para isso, privilegiei o uso das fontes judiciais, especialmente aquelas que continham depoimentos de testemunhas e informantes. Esses depoimentos são bastante reveladores para se compreender o dia a dia dos escravos nas fazendas da região. Os registros dessas experiências de cativo delineiam uma classe senhorial bragantina bastante violenta quando se via diante de escravos indisciplinados. O que observei é que as relações senhor/escravo só eram harmônicas enquanto os escravos não contestavam a dominação senhorial. A seguir apresentarei alguns exemplos que apontam nessa direção.

Findava o mês de novembro de 1873, era uma sexta-feira. Como de costume, os escravos do capitão Bernardo Avelino de Carvalho Pinto acordaram bem cedo e, ainda de madrugada, lá pelas cinco horas da manhã, dirigiram-se à roça, onde estavam trabalhando na lida do cafezal que ficava a cerca de um quarto de légua da sede da propriedade.²²² Próximo das nove horas da manhã todos já estavam almoçando. A comida era preparada na própria roça pela “preta velha” Juliana, uma africana de cinquenta anos, mais ou menos. Embora Juliana pertencesse ao sogro

²²² Os relatos a cerca da rotina da fazenda são baseados a partir do documento que se encontra no arquivo do CDAPH/USF sob denominação: Sumário de culpa – Réu cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta02.

do capitão Bernardo Avelino, Joaquim José de Moraes Dantas, ela estava prestando seus serviços no sítio do dito capitão. Talvez estivesse por empréstimo ou aluguel.

Por volta do meio-dia, eis que surge no cafezal, montado num cavalo, o capitão Bernardo Avelino chamando por Juliana para que ela fosse tomar conta de sua casa de morada porque a escrava Benedita, responsável pelos serviços domésticos, havia se atirado num tanque no próprio sítio. Na ausência de Juliana, o escravo Arnaldo ocupou seu lugar no preparo da comida. Na verdade, apenas terminou o serviço que a “preta velha” havia começado, já que a comida estava “quase pronta, faltando apenas temperar”. Pouco depois de o capitão Bernardo Avelino ter se retirado, todos jantaram, coisa que faziam “quando muito, às duas” horas da tarde.

Segundo Pedro Antonio de Moraes, um antigo camarada que vivera por nove meses no sítio, o capitão Bernardo:

Sustentava mal seus escravos dando a eles apenas para comer feijão em pequena quantidade e com pouca gordura com o que eles ficavam com fome. [...] Tinham eles apenas duas refeições por dia, almoço às nove horas, mais ou menos e jantar a cerca das duas, tomando antes de ir para roça café simples com açúcar, e de noite nem isso.²²³

Na época, dizia a mesma testemunha,

[De noite] hia para sua casa e as escravas [Juliana e Francisca, iam] para suas senzalas. Estas tinham todos os dias por sobremesa canjica ao almoço e ao jantar, e mais para misturar com o feijão, em lugar da farinha. Tinham angu de fubá em todas as refeições.²²⁴

Embora o antigo camarada tenha apresentado informações um tanto desconstruídas numa das audiências, isso não pareceu nenhum infortúnio ao capitão Bernardo Avelino, pois “para o presente processo nem um mal pode fazer ao acusado o presente depoimento por que [a testemunha] se ocupa só de futilidades”, apenas lamenta que “que consigna o acusado a pouca consideração que tem havido para com taes factos privados”.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

Durante a semana os escravos da roça dormiam numa casa existente no próprio cafezal onde estavam trabalhando. Somente aos sábados é que retornavam para pousarem na casa do sítio do capitão Bernardo. Há mais de um ano os escravos do sítio eram feitorizados por Arnaldo, escravo de 24 anos, nascido no Rio de Janeiro, que, segundo os autos, chegou a ter um relacionamento afetivo com Benedita, inclusive esteve para casar-se com ela, mas “vendo que ela era rapariga assim arrependeu-se”.

De modo geral, esta era a rotina dos escravos no sítio do capitão Bernardo Avelino. Uma vida de muito trabalho, mas onde se podia ver uma relativa autonomia da escravaria que preparava a própria comida e dormia durante a semana na própria roça onde estava trabalhando. Essa convivência diária devia facilitar o fortalecimento e construção de novos laços de solidariedade entre os cativos, inclusive na formação de novas famílias. Tudo parecia transcorrer de forma tranquila. No entanto, há evidências de que essa tranquilidade era só aparente. Na verdade, o cotidiano dos cativos era repleto de tensões, sobretudo, geradas pela recusa de alguns escravos em submeter-se aos abusos senhoriais.

Segundo o próprio capitão Bernardo Avelino, na véspera daquele dia, ele próprio “castigara a sua escrava Benedita com açoites que não excederão a trinta, nas nádegas”. No dia seguinte de manhã, sexta-feira, o capitão afirmou ter ordenado a Benedita que fosse lavar a roupa. No momento em que ele e sua mulher se aproximavam do tanque onde iriam pescar, ouvem um grito da menor Sebastiana, filha de Benedita – *mãe pinxou-se*. Ao perceber o que estava ocorrendo, Bernardo corre então ao tanque tentando salvar sua escrava que, segundo seu depoimento, tentava suicidar-se. Após entrar no tanque e retirar Benedita, o capitão chama seu vizinho Manoel Jacinto de Toledo, conhecido como *Maneco*, para lhe ajudar a levar a dita escrava para casa a fim de ministrar-lhe socorros.

Depois de ter elle indiciado feito a rapariga beber vinho, e applicado-lhe aos pés uma garrafa com água quente, e feito pela introdução de uma penna, que ella lançasse grande porção d'água, de sangue e escuma, veio elle réo para a cidade buscar médico.²²⁵

²²⁵ Idem.

O médico doutor Arsênio, foi então trazido pelo capitão Bernardo para tratar sua escrava no próprio sítio que distava aproximadamente duas léguas e meia da cidade. A viagem durou cerca de três a quatro horas. Como chegaram só à tardinha, o doutor Arsênio decidiu pernoitar no próprio sítio, retornando à cidade apenas na manhã do dia seguinte, sábado.

De acordo com o depoimento de Joaquim Domingues de Godoi, um empreitador de café e camarada de Bernardo, que naquela noite pousara na mesma casa do sítio onde Benedita se encontrava, “a negra gêmeo a noite toda”.

Como os remédios indicados pelo doutor Arsênio para serem ministrados à escrava estavam no fim e ela não mostrava sinais de melhora, o capitão Bernardo consulta o vizinho e amigo “Maneco” e decide levar a escrava até a cidade onde teria mais possibilidade de se tratar com um médico. Assim, na madrugada de domingo, Benedita é conduzida até a cidade, mais especificamente à casa do sogro do indiciado, Joaquim José de Moraes Dantas. Lá ela foi atendida por outro médico, o doutor Andrade. Infelizmente, de nada valeram os esforços para tentar salvar a vida de Benedita. No dia seguinte, segunda-feira, ela não resistiu aos ferimentos e acabou falecendo.

Com a morte de Benedita, espalham-se entre os moradores locais diversos boatos de que a verdadeira causa da morte da escrava seria em decorrência dos maus tratos que vinha sofrendo do próprio capitão Bernardo Avelino de Carvalho Pinto. Percebendo que havia algum fundamento nos “boatos que corrião”, o promotor público Doutor Manoel Furquim de Campos decide denunciar o referido capitão pela morte de sua escrava.

Ainda durante o inquérito, diversas autoridades locais seguiram até o sítio do dito capitão Bernardo e realizaram um exame no tanque, onde puderam constatar que o tanque era bastante raso “dois palmos e quatro dedos”. Esse fato tornava pouco plausível o depoimento do capitão Bernardo Avelino e o deixava numa posição suspeita e nada confortável perante a opinião pública local que já se mostrava desconfiada da versão por ele apresentada.

Na medida em que as testemunhas e informantes vão sendo ouvidos, começa a aparecer uma série de indícios que confirmam os excessos de violência praticados pelo capitão Bernardo Avelino para manter a disciplina de sua escravaria. Segundo

esses depoimentos, por vezes, Benedita era amarrada a um esteio da dispensa e surrada com bacalhau. Um dos depoentes complementa essa informação ao afirmar que ouviu de um escravo do sítio que Benedita fora “algemada, amarrada por uma perna e pendurada”. Alguns dos depoentes contaram ainda terem visto no sítio do réu “dois crioulos pequenos com ganchos²²⁶ no pescoço”.

O mais interessante neste caso é que ele nos dá pistas de como alguns integrantes da elite local agiam quando se viam diante dos tribunais.

O capitão Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, é preciso frisar, era filho do ilustre juiz da comarca Dr. Joaquim de Carvalho Pinto²²⁷ e genro de Joaquim José de Moraes Dantas²²⁸, um proprietário de escravos com grande prestígio e influência local.²²⁹

No Arquivo do Estado de São Paulo localizei um ofício enviado ao governo provincial pelo então delegado de Bragança, Antonio Gonçalves de Oliveira, pedindo reforços de seis praças do corpo de permanentes para garantir a ordem local.²³⁰ Tal pedido era justificado, no dizer do próprio delegado, porque o juiz de direito Dr. Joaquim de Carvalho Pinto, contrariado pelo envio do referido inquérito ao promotor

²²⁶ Esses *ganchos*, também chamados de *gargalheira*, *golhilha* ou *gorilha*, eram colares de ferro que se colocavam no pescoço de escravos. “Ficou muito conhecido no Brasil, um tipo de colar de ferro do qual se destacavam três hastes subindo além da cabeça, terminando cada haste por três pontas retorcidas, trazendo uma delas pequeno chocalho. Esse aparelho destinava-se, em especial, aos escravos fujões e tinha duas finalidades primordiais: uma, denunciar o seu portador pelo bimbalar do chocalho; outra, dificultar-lhe os movimentos no interior dos matos...”. Num jornal da época da escravidão trazia a notícia de que uma criança de 10 anos “trazia ao pescoço uma enorme gargalheira de ferro que pesava quatro quilos”. “O pescoço estava em carne viva (...)”. Cf. GOULART, José Alípio. “Os castigos e seus instrumentos” In: GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo: castigos de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, p.135-137.

²²⁷ Segundo o *Almanack de Bragança para 1900* (p.148) “Dr. Joaquim Roberto de Carvalho Pinto, exerceu com honradez e probidade durante vinte annos o magistério, sendo nomeado em 1866, falecendo em 1886”.

²²⁸ Joaquim José de Moraes Dantas era casado com Maria Leme de Moraes Dantas. Vale lembrar que a família Leme era uma das mais influentes de Bragança.

²²⁹ Entre os anos 1872 e 1887, Joaquim José Moraes Dantas adquiriu 19 escravos. Cf. Relação de contratos sobre escravos e liberdades, 1873-1887. Caixa 84, pasta 09. Ver também: Relação de Meias Sisas de escravos, 1878-1880. Caixa 88 pasta 11.

²³⁰ Esse número de seis praças equivalia, nove anos depois, a todo o efetivo que deveria garantir a segurança local. Pelo menos isso é o que noticiava o *Correio Paulistano* de 26/01/1882 - Bragança – Diz o *Guaripocaba*, com relação ao destacamento policial nessa cidade: “Abstrahindo do furriel e alferes-commandante, existem seis praças. Destas, duas estão doentes, para a guarda da cadeia, policiamento da cidade e diligências extraordinárias.”

público Manoel Furquim de Campos por intermédio do juiz municipal Dr. Manuel Henrique Porchat de Assis:

(...) dirigio-se hontem à noite acompanhado do denunciado seu filho à casa do Prom.^{or} e munidos de chicote, lá alterarão palavras, sendo ahi ameaçado o D.^{or} Promotor pelo D.^{or} Juiz de Direiro que disse que o Prom.^{or} conluiado comigo [delegado] queria perseguir seu filho. (..)²³¹

Notem que o juiz de direito local, autoridade primeira da comarca, que deveria dar o exemplo de justiça e decoro, julgava-se acima da lei, inclusive tentando obstruí-la através de ameaças e ofensas ao promotor público.

No mesmo ofício, o delegado estranha que o Dr. Arsênio de Souza Marques, médico que havia cuidado de Benedita, tenha se recusado a realizar o auto de corpo de delito na vítima, já que ele era a pessoa mais indicada para prestar tal serviço. Deste modo, o exame somente foi realizado:

(...) com o Médico D.^{or} Antonio Januário Lopes de Andrade que *não gosa de bom conceito e que tem intimidade com o sogro e pai do dito Bernardo* e com outro perito não profissional, e apesar de ser notável nos peritos não reclamarem o que pudesse causar compromettimento para com o senhor da escrava, ainda assim pude colher alguma cousa para convencer-me de que a consequência necessária da morte de dita escrava forão os excessivos castigos de que foi victima, e comprehendí que havia *parcialidade* da parte do dito D.^{or} Andrade quando declarou elle que a *morte foi em consequência de se ter a escrava lançado à um tanque para suicidar-se quando sua missão única era fazer suas declarações pelo que via e observava e não pelo que não vio.*²³²

Em uma análise realizada em diversos exames de corpo de delito da época, percebe-se que os peritos tinham como função examinar os sinais deixados no corpo da vítima e tentar responder de forma objetiva a uma série de perguntas que visava, principalmente, identificar a causa da morte da vítima. Porém, o trabalho do perito estava circunscrito à análise do corpo da vítima. Futuras inferências eram de competência das autoridades responsáveis pelo inquérito policial ou pelo processo

²³¹ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – Ofícios Diversos, D82, ordem C0842.

²³² Idem. Grifos meus.

judicial. Essas autoridades tinham mais elementos para tirar suas conclusões, pois podiam contar, além do próprio exame de auto de corpo de delito, com os depoimentos de testemunhas e informantes arrolados durante o andamento do processo de investigação. Deste modo, parece-me que a percepção do delegado, quando sugere que os peritos estavam agindo com *parcialidade*, tinha algum fundamento, pois o exame trazia declarações que não seriam da competência dos peritos.

No transcorrer das audiências, surgem também fortes suspeitas de que o sogro do réu, Joaquim José de Moraes Dantas, teria aparecido na “roça, um dia antes de ter a Justiça ido fazer o exame no tanque a fim de prevenir aos escravos que nada dissessem do que se havia passado com a escrava Benedita”. No entanto, isso não foi confirmado pelo escravo Romualdo, de apenas 12 anos, que pertencia ao mesmo Dantas, embora prestasse seus serviços ao capitão Bernardo.

Embora o delegado e o promotor público, ao que parece, tenham conduzido as investigações de forma imparcial, mesmo diante da coação que claramente estavam sofrendo, isso não foi suficiente para que o filho do juiz de direito fosse considerado culpado das acusações que pairavam a seu respeito.

Outra coisa que chama a atenção neste caso é a quantidade de eventos, no mínimo suspeitos, que ocorreram durante o andamento do processo judicial. Primeiramente, o juiz municipal que abriu o processo contra o réu, Dr. Henrique Porchat de Assis que, nas palavras do delegado local era considerado uma pessoa de “reconhecida honestidade”, foi substituído pelo juiz municipal, segundo suplente em exercício, Capitão Francisco de Assis Valle, um importante senhor de escravos local²³³. Além disso, durante uma audiência, a que não compareceu o promotor público titular, o juiz municipal *segundo suplente* nomeou Procópio Ferreira do Apocalipse para servir de promotor *ad hoc*, mas este “deu parte de doente”. Com isso o mesmo juiz nomeou o Dr. Olympio da Paixão, que também não aceitou

²³³ Cf. Arquivo CDAPH/USF – Lista de Compra e Venda de Escravos, (1872-1887) caixa 84, pasta 09. Neste documento há diversos registros indicando que o capitão Francisco de Assis Valle adquiriu, no mínimo, uma dezena de escravos, isso no período que vai de 1872 até o final daquela década, quando veio a falecer. O *Guaripocaba* de 13/11/1879 traz publicado um anúncio a pedido da viúva desse capitão, Libania de Assis Valle, dando conta de que dois de seus escravos estavam fugidos há perto de três anos. Portanto, quando o capitão Assis Valle ainda era vivo. Este anúncio descreve que Américo, um dos fujões, *tinha uma cicatriz na testa, proveniente de pancada*. Geraldo, outro escravo, *tinha na perna ou canella signal de uma ferida que teve*.

alegando que era “suspeito por ser amigo íntimo do sogro do réu e não havendo mais pessoa idônea na Cidade (...) por serem os outros advogados impedidos”, a audiência continuou sem promotor²³⁴.

Vale lembrar que, nessas audiências, as testemunhas e informantes eram ouvidas diante do acusado. Na certa isso gerava um certo desconforto e talvez até constrangimento aos depoentes, especialmente os escravos do indiciado que podiam sofrer represálias. Ainda mais num ambiente onde boa parte dos presentes mostrava-se inclinada favoravelmente ao réu. Ao menos isso é o que parece ter ocorrido em alguns depoimentos como no caso da escrava Sebastiana de apenas nove anos. Além de sua pouca idade, havia um elemento que a deixava numa posição ainda mais desconfortável – Sebastiana era filha da vítima – . Além de assistir aos momentos finais da morte de sua mãe e conviver com o sentimento de perda com tão pouca idade, ela ainda teria que depor diante do provável algoz de sua mãe. Por tudo isso, seu depoimento devia ser um dos mais aguardados do julgamento. Embora saibamos que a Justiça da época dava pouco valor ao depoimento de um cativo, é preciso levar em conta o julgamento *moral* que também estava em jogo, ao menos pela opinião pública.

Por todo esse peso que carregava seu depoimento, é bastante provável que Sebastiana estivesse perturbada no dia marcado para comparecer ao tribunal. Ao menos, isso é o que reflete seu depoimento. Primeiramente ela diz que naquela manhã viu o momento em que sua mãe correu do monjolo e precipitou-se no ponto do tanque em que é raso, inclusive, quando o capitão Bernardo teria entrado no tanque para salvar sua mãe “quase não molhou a calça de seo senhor sendo o lugar do monjollo, mais fundo”. Disse ainda que “sua mãe foi conduzida por nho-Néco [Maneco] o que ela Sebastiana não vio”. Diante disso o juiz pergunta-lhe como poderia saber se sua mãe fora levada para a casa de Maneco se não tinha visto? Então, Sebastiana “calou-se, e instada pelo Juiz começou a chorar”.

Se observarmos com um “filtro” esse depoimento é possível perceber alguns sinais de que ela estava hesitante em dizer toda a verdade. Talvez tivesse ensaiado sua fala de modo a não comprometer seu senhor. No entanto, ela se embaraça e acaba dizendo mais do que devia, pois, de acordo com seu depoimento, o lugar

²³⁴ CDAPH/USF sob denominação: Sumário de culpa – Réu cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta02.

onde sua mãe teria se atirado não era o mais adequado para uma pessoa que queria suicidar-se. O local perto do monjolo, inclusive mais próximo de onde estava Benedita, era mais favorável para quem tinha tal intento, já que tinha maior profundidade. Embora o depoimento de Sebastiana pouco ou nada tenha contribuído para o esclarecimento dos fatos, ele foi bastante interessante aos anseios do capitão Bernardo Avelino.

Um fato muito incomum que aconteceu durante essa audiência foi a atitude do promotor que requereu ao juiz que deixasse registrado nos autos que a informante teria respondido no início de seu depoimento que “sua mãe nunca apanhou em casa de seu senhor”. Esse ato parece mais combinar com a posição do advogado de defesa do que de um promotor público. No entanto, essa declaração em nada alterava a situação do acusado já que o próprio Capitão Bernardo Avelino já tinha admitido ter castigado moderadamente sua escrava.

Diante de tanto favorecimento, e contradições dos depoentes, o capitão Bernardo Avelino de Carvalho Pinto saiu ileso de todas as acusações a que em juízo estava respondendo.

Outro episódio do regime escravista bragantino marcado pelo rigor da violência senhorial foi o caso do escravo Balduino que aparentava ter vinte e cinco anos, mais ou menos, natural de Macaé, província do Rio de Janeiro. Trabalhava no serviço de lavoura para seu senhor.²³⁵ Este escravo foi visto caminhando pelas ruas da cidade de Bragança em lastimável estado físico. Tomando conhecimento de tal situação o então delegado Antonio Pereira Paião pede a um guarda policial que o encaminhe ao promotor público interino Francisco Alves da Cunha Lima que, comovido com sua situação formaliza um auto junto ao juiz local para que se abrisse um processo contra o senhor do escravo, Antonio José da Luz e Silva sob a acusação de infligir maus tratos ao dito escravo.

A aparência daquele escravo era tão deplorável que causou à promotoria:

(...) sensação de horror, indignação e compaixão; horror, pois seu estado esquelético, andrajoso; indignação pela demonstração de

²³⁵ CDAPH/USF – Sumário de culpa, réu: Antonio José da Luz e Silva, 1872. Caixa 82, pasta 06.

barbárie e de inqualificável deshumanidade com que era tratado por seu amo, e compaixão pelo estado de miserabilidade e de lástima em que se via esse infeliz, nosso irmão em Jesus Christo: quase aphonico, todo o seu physico revelava a continuação de desumano tratamento desde bem tempo, como fome, [...], rigorosos castigos de açoites, e prisão em grillhões, que davam logar a que os bichos se fossem apoderando da desditosa victima.²³⁶

Segundo o promotor, essa não era a primeira vez que o réu era acusado por tais crimes. Era “público e notório” que há quatro ou cinco anos, o mesmo senhor enterrara no cemitério de Bragança um escravo “com pesados ferros nos pés” que teria morrido devido aos “açoites rigorosos” que recebera do próprio senhor. Um outro escravo também teria sido sepultado ali há menos de dois anos. Nessa ocasião, o auto de corpo de delicto apontara que ele “faleceu atróphico em decorrência de açoites”. Também havia rumores de que uma escrava de “menos idade”, de nome Maria, encontrava-se presa em sua chácara com uma corrente nos pés. Uma das testemunhas ainda afirmou que no sítio de Antonio José da Luz e Silva existia um tronco²³⁷ e que chegou a ver “o escravo Balduino preso pelos pés e deitado sendo que a prisão durou algum tempo”.²³⁸

O exame de corpo de delicto realizado em 28 de maio de 1872 pelos peritos Dr. Arsênio de Souza e Marciano Jorge do Amaral apontou em Balduino:

(...) duas cicatrizes de três polegadas de diâmetro denotando ter sido feitas por açoites, as quais ainda não estavam completamente fechadas; (...) os dois joelhos com úlceras calosas cheios de bichos; (...) no cotovelo do braço esquerdo uma porção de bichos; (...) na parte correspondente ao tendão de achiles uma porção de bichos e sinais de ter estado sobre pressão de um corpo contundente e

²³⁶ Idem.

²³⁷ O *tronco* “consistia em um grande pedaço de madeira retangular, aberto em duas metades com buracos maiores para a cabeça e, menores para os pés e mão do escravo.” Além da contenção dos escravos insubmissos, esse instrumento também se convertia “(...) em instrumento de suplício, graças à posição incômoda em que ficava o paciente nele preso, impossibilitado de defender-se do ataque dos insetos, de alcançar os alimentos propositadamente postos fora de alcance, ferindo-se ao contato prolongado com a madeira grosseira; e, para maior tormento, satisfazendo, ali mesmo, os atos elementares da vida fisiológica, cujo odor nauseabundo respirava obrigatoriamente por dias e dias”. Cf. Cf. GOULART, José Alípio. *Op. cit.*, p.63-66.

²³⁸ Idem.

circular, pois que igual contusão se nota no lado oposto na parte correspondente ao terço inferior da tibia.²³⁹

Quando interrogado no processo, Balduino disse que nunca fora bem tratado pelo seu senhor e que estava “vivendo em ferros” havia mais de um mês e que “é sempre barbaramente castigado pelo mesmo”.

Vale destacar que o poder público local já tinha conhecimento dos maus tratos sofridos por Balduino. Havia cerca de um mês que o mesmo cativo passara por um exame semelhante, aquele realizado pelos peritos Dr. José Teixeira de Sousa e o farmacêutico Gabriel da Silveira Vasconcellos, onde se constataram os mesmos abusos já descritos anteriormente. No entanto, este primeiro exame é mais detalhado e incorpora nos autos a fala de Balduino que ajuda os peritos na interpretação dos sinais existentes em seu corpo.

[Balduino estava] vestido de camisa e calça de algodão, suja, sendo esta última sota e suja no lugar correspondente às nádegas e joelhos; (...) sobre a região glútea (ilegível) da pelle em algumas partes [havia marcas] mostrando ter havido anteriormente feridas contusas que diz o escravo ter sido em decorrência de ser surrado com couro retorcido e de quatro pernas. [Sobre a parte anterior e inferior da perna, encontrarão] uma cicatriz, que diz o mesmo, ter sido por estado em tronco. (...) sobre as mãos sinais de bolhas arrebetadas já em ponto de cicatrização, que diz o paciente ser em consequência de bolas dadas com uma taboa; [sobre outras marcas, os peritos disseram que foram causadas por] instrumento contundente parecendo ser chicote e palmatória²⁴⁰, por ser mais *comumente empregados pelos senhores*.²⁴¹

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ “Dos mais vulgarizados entre os castigos domésticos sofridos por escravos, foi o das *palmatoadas*, pelo vulgo também cognominadas bolos. Tal punição consistia em bater fortemente com o instrumento de sua aplicação, a *palmatória*, na palma das mãos dos castigados, seguidas vezes, contadas por dúzias, ou mesmo sem conta até que saciada fosse a gana de castigar de quem estivesse possuído o carrasco, podendo esse ser o feitor, como o *sinhô* ou a *sinhá*”. (...) Frente a frente com o carrasco, quando este levantava a palmatória, para desferir o bolo, um arrepio percorria o corpo da vítima, levando-a, num gesto instintivo de natural defesa, a procurar recolher a mão espalmada do suplicador; e ao estalar a palmatoada o negro se contorcia de dor, embora fosse obrigado a oferecer incontinenti a outra mão, para prosseguimento do castigo”. Cf. Cf. GOULART, José Alípio. *Op. cit.*, p.57-61.

²⁴¹ Idem, grifos meus.

Apesar de todas as evidências observadas no corpo de Balduino e registradas no auto de corpo de delito, sem falar na pouca alimentação e vestuário, o delegado decide devolver o escravo ao seu senhorio. Desde então ele vinha sofrendo os mesmos abusos.

Testemunhas e informantes²⁴² disseram que Balduino era castigado por um relho de “cabo de pau com três pernas de couro” e “palmatória com bolas”, além de carregar uma corrente enrolada na cintura que terminava na perna pesando uma arroba. Uma das testemunhas, Carolina Funck, natural da Alemanha, de 35 anos, ainda complementa dizendo que as feridas nos cotovelos de Balduino são em decorrência do acusado:

(...) colocar o mesmo escravo em pé com os braços abertos por tempo indeterminado, o que cansando a este escravo abaixava os braços e então o acusado com uma vara batia nele nos cotovelos obrigando-o assim o escravo a continuar com os braços levantados.²⁴³

No arquivo do Judiciário de Bragança Paulista há diversos registros similares dos métodos *comumente empregados* pelos senhores. A leitura desses documentos, especialmente aqueles que contêm depoimentos, mostra que, de modo geral, a sociedade bragantina não questionava o regime escravista e a legitimidade da classe senhorial em castigar os escravos indisciplinados. No entanto, essa mesma sociedade não via com bons olhos senhores que puniam seus escravos além dos limites tolerados.

Há evidências de que os libertos também estavam sujeitos à violência dos senhores bragantinos e, por vezes, eram tratados de forma muito semelhante aos cativos. O jornal *O Guaripocaba* deixou registros que apontam nessa direção. Em 1886, essa folha local fez uma dura denúncia aos abusos que fazendeiros vinham cometendo contra os prestadores de serviços, inclusive com a anuência do delegado de polícia de Bragança que ordenara a prisão de uma liberta de nome Alexandra que foi presa e arrastada no *Lava-pés*. O motivo seria o não cumprimento do

²⁴² Como os escravos não tinham reconhecidos seus direitos civis, eles não podiam ser arrolados como testemunhas nos processos, assim, eram chamados a depor apenas na condição de informantes.

²⁴³ *Idem*.

contrato de serviço por Alexandra. Segundo o jornal, há “nesta terra santa” fazendeiros truculentos que, “munidos de capangas vão, dão assalto em casas particulares e levam o *bicho*²⁴⁴, como dizem, amarradinho na chinha do matungo e passam pelo meio desta cidade”.²⁴⁵

As arbitrariedades cometidas por alguns senhores, como revela o caso da “prisão ilegal” da liberta Alexandra, parece um sinal de que a situação dos libertos antes da lei de locação de serviços²⁴⁶ (1879), era ainda pior, já que esta lei deveria justamente mediar os conflitos entre locador e locatário, e ao que parece não estava surtindo efeito, pelo menos até aquela data.

Embora eu tenha apresentado alguns exemplos que evidenciam que escravos ou libertos eram duramente castigados por integrantes da classe senhorial, o que não é nenhuma novidade em nível de Brasil, não compartilho da ideia de que os africanos e seus descendentes, escravos ou libertos, foram apenas vítimas do regime escravista no país. Creio que poderíamos fazer uma outra leitura desses castigos senhoriais.

Nos documentos pesquisados, geralmente esses castigos eram em decorrência de algum tipo de resistência dos cativos. Ou seja, toda essa violência pode ser vista como um sinal de que os escravos estavam lutando contra o regime escravocrata, desafiando e subvertendo a “ordem” estabelecida, causando desgastes no poderio moral da classe senhorial.

Chalhoub também nos diz que o uso da violência pode ser visto mais como uma demonstração de fraqueza e impotência do que como uma demonstração de força, de poder.²⁴⁷

Segundo os depoimentos contidos nos autos do caso que tratava da suposta tentativa de suicídio de Benedita, encontrei fortes indícios de que essa escrava não

²⁴⁴ Segundo *O Guaripocaba*, essa era desse modo que o camarada de contrato era denominado.

²⁴⁵ *O Guaripocaba*, 31/01/1886.

²⁴⁶ Sobre essa lei cf.: LAMONIER, Maria Lúcia. *Op. cit.*

²⁴⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.216.

se submetia aos mandos e desmandos de seu senhor, por isso era constantemente castigada. Sobre Benedita recaía ainda a suspeita de que, naquele mesmo dia, antes da suposta tentativa de “suicídio” no tanque do sítio, ela havia tentado acabar com a vida de seu senhor com “feijões venenosos”. Atitudes como a de Benedita deviam deixar a classe senhorial sempre alerta e atemorizada.

Durante os interrogatórios, um escravo da fazenda, Romualdo, disse que ouviu de um vizinho do capitão Bernardo Avelino, Manoel Jacintho de Toledo, que a causa de Benedita ter se atirado ao tanque “fora ter estragado e deixado na bacia umas roupas que havia levado para lavar”. É bastante plausível que Benedita tenha realmente estragado peças de roupas de seu senhor, inclusive uma testemunha disse que a “preta velha” Juliana lhe dissera que:

(...) no mesmo dia em que a escrava Benedicta foi surrada pelo acusado, foi mandada por este levar roupa no tanque com promessa de que se não voltasse logo, tornaria apanhar.²⁴⁸

Não me parece provável, como já argumentamos, que Benedita tenha tentado o suicídio, sobretudo no ponto mais raso do tanque. Porém, se considerarmos a hipótese de que Juliana estivesse dizendo, ao menos em parte, a verdade, haveria, portanto, um motivo a mais para que o dito capitão se aborrecesse com Benedita.

Um fato a se estranhar é que, se Benedita era tão insubmissa, como os autos indicam, por que o capitão não a vendeu como fez com a escrava Francisca que também era insubmissa e já havia fugido várias vezes? Na verdade, o capitão chegou a vendê-la:

[Mas] passados dois dias o acusado veio buscá-la dizendo que a não vendia mais, para *saptisfazer a vontade de um seo escravo* [Arnaldo] que com ela queria casar-se, e que de fato a levou.²⁴⁹

Como explicar essa atitude do capitão? Sabemos que Arnaldo servia como feitor do sítio e, provavelmente, o escravo que o capitão Bernardo tratasse de forma mais privilegiada, a fim de conquistar-lhe simpatia e confiança, já que era ele quem

²⁴⁸ CDAPH/USF – Sumário de Culpa, réu: cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta 2.

²⁴⁹ CDAPH/USF – Sumário de Culpa, réu: cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta 2.

comandava seus escravos quando estavam na roça e longe dos olhos do senhor. De certo modo, parece que havia uma relação de reciprocidade entre senhor e escravo. Cada um, ao seu modo, tinha uma estratégia para conseguir alguma vantagem do outro. Mas, como já dissemos anteriormente, Arnaldo desistiu de casar-se com Benedita e esta continuou a viver no sítio do capitão Bernardo Avelino.

Bernardo Avelino tinha 24 anos na época, e, ao que parece, tinha pouca experiência em lidar com as questões políticas relativas ao trato com os cativos. Isso parece ser a causa maior de seus infortúnios. Uma das testemunhas ouvidas durante o julgamento afirmou que ouvira o próprio capitão Bernardo Avelino dizer que “a vida de lavrador era má porque não encontrava quem pudesse se encarregar de sua casa”.²⁵⁰ Essa fala não foi contestada pelo réu que estava presente na audiência. Talvez a falta de escravas de confiança que se encarregassem do serviço doméstico explique o fato, revelado por uma testemunha, segundo o qual na casa do capitão Bernardo Avelino “quem costuma servir quando há hóspedes são os moleques José e Romualdo.”

A mesma testemunha disse ainda que:

(...) o réu tinha *feito bem em vender seu sítio* por não servir para lavrador em razão de apertar e surrar muito seus escravos.²⁵¹

Não podemos afirmar com certeza se realmente o capitão chegou ao ponto de desfazer-se de seu sítio devido a todo o transtorno por que ele passou quando esteve diante das barras da Justiça. No entanto, no auto de qualificação, logo no início do processo, quando perguntado qual *sua profissão ou modo de vida*, ele respondeu: *Lavrador*. Passado cerca de um mês, em outro interrogatório ele respondeu: *Capitalista*.

Analisando os interrogatórios contidos nos autos que tratam do caso de um escravo de nome Balduino que sofria constantes maus tratos de seu senhor, percebe-se que o mesmo escravo havia fugido por diversas vezes, inclusive durante

²⁵⁰ CDAPH/USF – Sumário de Culpa, réu: cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta 2. Grifos meus.

²⁵¹ CDAPH/USF – Sumário de Culpa, réu: cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, caixa 84, pasta 2. Grifos meus.

o andamento do processo analisado.²⁵² Vale lembrar que as fugas de cativos geravam graves transtornos aos senhores que, além de não poder contar com a força de trabalho dos fujões, tinham que arcar com todos os custos de uma eventual recaptura.

Em 1886, o Ten. Cel. Antonio Manoel Gonçalves de Bragança possuía 103 escravos. É possível que isso o deixasse no topo da lista dos maiores proprietários de escravos de toda a região. Diferentemente do que estava ocorrendo em grande parte do país, quando muitos proprietários estavam “concedendo” liberdades incondicionais aos seus cativos na esperança de que eles permanecessem em suas propriedades como forma de gratidão, o Ten. Cel. Gonçalves desceu ao túmulo sem conceder liberdade integral a seus escravos. No início de 1888, logo após o falecimento do Ten. Cel. Gonçalves, seu inventário foi aberto²⁵³ e nele trazia anotado entre os bens da partilha a mesma listagem de escravos de 1886. No entanto, a maioria dos cativos não mais se encontrava na fazenda, simplesmente tinha fugido. Os que ainda permaneciam estavam em liberdade condicional.

Consegui localizar outro documento no arquivo do Judiciário local onde pude verificar que a fuga dos cativos ocorrera quando o dito Ten. Cel. Gonçalves ainda estava vivo. O que me parece interessante nesse documento é o procedimento tomado pelo dito Ten. Cel. Gonçalves, e que talvez fosse uma medida muito comum naquela circunstância. De acordo com esse documento, assim que ficou sabendo que 22 de seus escravos fugidos encontravam-se acoitados numa casa em Santo Antonio de Jacutinga, distrito de Minas Gerais, o Ten. Cel. Gonçalves enviou uma escolta formada por seus capangas ao referido distrito a fim de recapturar os escravos fujões. A escolta chegou de madrugada e cercou a casa onde estavam os escravos.

Estes resistirão aparecendo dois d’eles, o pardo Rufino e o preto Sebastião Rodrigues, e fizerão fogo sobre a gente, que foi com o suplicante caindo, o suplicante que também estava à frente de sua escolta por um tiro de garrucha, que recebeu na cabeça, fazendo os mais escravos fogo de dentro da casa, aos gritos de

²⁵² Isso só pode ser percebido na análise de outro documento. Cf. CDAPH/USF – Pedido de soltura do escravo Balduino, feito pelo seu proprietário Dr. José Rubino de Oliveira, 1872. Caixa 82, pasta 03 (folhas avulsas).

²⁵³ CDAPH/USF – Inventário do Ten. Cel. Antonio Manoel Gonçalves, 1888. Caixa 102 Pasta 11.

mata por terem conhecido o Suplicante e outros camaradas do Tenente Coronel Gonçalves. O Suplicante caindo sem sentido, nada mais viu, sabendo que quem deu-lhe esse tiro foi o escravo Rufino, e depois de caído levou o segundo tiro que só sabe depois que voltou a si, levado para outro lugar, por seus companheiros, ignorando se o segundo tiro lhe foi dado pelo pardo Rufino ou pelo preto Sebastião Rodrigues.²⁵⁴

Esse caso ilustra bem as dificuldades que os senhores podiam encontrar quando tentavam recapturar escravos fujões enviando seus próprios capangas. Também é possível vislumbrar neste episódio como as resistências escravas contribuíram no sentido de solapar o regime escravista, fato que é ainda pouco lembrado. Geralmente se dá mais ênfase às ações dos abolicionistas.

Se a recaptura fosse feita por um capitão-do-mato ou um cidadão comum, geralmente, o proprietário do escravo teria que recompensá-los com uma boa quantia em dinheiro. Nem mesmo se esse serviço fosse feito pela polícia o senhor deixaria de ter algum prejuízo com a fuga de escravos, já que, neste caso, ele deveria ainda arcar com os custos da “estadia” do fujão na cadeia pública.²⁵⁵ No episódio envolvendo Balduino, foi isso que ocorreu. Só que teve ainda mais um inconveniente. O verdadeiro proprietário de Balduino, pelo menos legalmente, não era Antonio José da Luz e Silva, mas o Dr. Rubino de Oliveira que morava em Atibaia. Por motivo ignorado, o legítimo proprietário de Balduino não foi até a cadeia de Bragança. Assim, para retomar a posse de Balduino, Antonio da Luz precisou que Dr. Rubino fizesse uma procuração a uma terceira pessoa, no caso Dr. Antonio Joaquim Leme, para que o representasse junto à delegacia de Bragança para efetivar a soltura do escravo. Esses procedimentos demandavam tempo, o que implicava em mais dias que o escravo permanecia na prisão, onerando ainda mais o proprietário do escravo.

Ao fim do processo, o juiz Henrique Porchat de Assis chegou à conclusão de que o proprietário de Balduino realmente tinha ultrapassado os limites da “prudente

²⁵⁴ CDAPH/USF – Corpo de delito (traslado) V: Theodoro Franco de Camargo, 1887, caixa 102, pasta 7.

²⁵⁵ Há no arquivo do CDAPH/USF um documento que mostra como era feita a soma das despesas que a delegacia teve com o escravo recapturado e que deveria ser desembolsada pelo proprietário no momento em que lhe fosse entregue o dito escravo. Cf. CDAPH/USF – Entrega de escravo: Joaquim Novaes Coutinho de Araújo, 1866. Caixa 76, pasta 10.

faculdade de castigar” e assim o réu teve que pagar uma fiança de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) para não ir para a prisão. Vale lembrar que essa fiança correspondia na época ao preço médio de um escravo de cerca de 20 anos. Portanto, uma quantia nada desprezível.²⁵⁶

Esses exemplos confirmam que as fugas de escravos eram uma importante estratégia de resistência escrava, sobretudo, porque deixavam à mostra a vulnerabilidade do controle senhorial. Balduino, embora fosse considerado “bobo” por um dos depoentes, conseguira fugir várias vezes. Isso devia deixar desmoralizado seu proprietário que não conseguia mantê-lo sob seu domínio, mesmo utilizando todo o aparato repressivo de que dispunha na fazenda, como: chicote retorcido de quatro pernas, correntes (grilhões), palmatória, tronco, gargalheira, cipó e vara.

O uso de alguns desses instrumentos de castigo como forma de punição a escravos fujões parece que era algo corriqueiro não só em Bragança, mas em toda a região. No primeiro dia do mês de abril de 1883, *O Guaripocaba* trazia um anúncio no qual dizia que, havia dois meses, um escravo mulato de 24 a 26 anos fora capturado com um *gancho* no pescoço e estava preso numa cidade de Minas Gerais. Seu proprietário deveria procurar em Bragança por Antonio Furquim de Campos.

Embora dificultassem as fugas, esses instrumentos, como vimos, não anulavam por completo a ação dos escravos que estavam dispostos a fugir. Numa certa noite, Balduino conseguiu fugir depois de sacudir a pesada corrente que o prendia ao batente do quarto onde se encontrava preso.

Na fazenda do tenente José Ignácio da Silveira²⁵⁷, localizada no bairro Caiossara no distrito de Campo Largo, na época pertencente ao termo de Atibaia, os escravos fujões também tinham um tratamento “especial”. Durante a noite eram presos em um quarto, trancado pelo feitor da fazenda, e eram vigiados por um escravo de confiança. Estes escravos, de nomes, Damião e Sabino, pertencentes à

²⁵⁶ Cf. os seguintes inventários do arquivo do Judiciário de Bragança Paulista (CDAPH/USF): Manoel Victorino Bueno, caixa 80, pasta 08; (Ten). Francisco Gomes Moreira, 1870, caixa 80, pasta 03; Manoel Joaquim de Godói, 1871, caixa 81, pasta 13; Francisco Pires Pimentel, 1874, caixa 84, pasta 12.

²⁵⁷ Em sua homenagem, uma rua de Atibaia ganhou seu nome.

irmã do proprietário da fazenda, e Diolindo e Paulino, de propriedade do tenente José Ignácio, foram recapturados na freguesia de Penha de França (São Paulo) com “muita dificuldade pela proteção que tiveram em São Paulo, como tem tido ali todos os escravos fugidos”²⁵⁸. Durante o dia ficavam ajoujados²⁵⁹, dois a dois. Quando interrogado, Diolindo afirmou que a causa da fuga, pela qual eram mantidos “em ferros”, “provinha somente da braveza de seu ex-senhor”.

Por sua riqueza, acho que esse episódio merece ser apresentado de forma mais cuidadosa, para que possamos observar mais alguns detalhes da rotina de uma fazenda no tempo da escravidão.

No penúltimo dia do ano de 1885, como de costume, os escravos daquela fazenda levantaram-se bem cedo e logo ao amanhecer, por volta das seis horas da manhã, dirigiram-se ao cafezal. Apenas o escravo Alfredo ficara arranjando um carro cargueiro que seria levado até a estação ferroviária de Campo Largo junto com o tenente Lucas Furquim de Campos que ficara responsável pela fazenda naqueles dias enquanto o proprietário, seu cunhado, o tenente José Ignácio da Silveira, estava em viagem à cidade de Itu. Como era fim de ano, época de festejos, a esposa do tenente José Ignácio resolveu ir até Atibaia assistir às festas e também se encontrava ausente da fazenda naquele dia.

O feitor responsável pela fazenda era Antonio Bento da Cruz. Um *caboclo* que, segundo dois escravos, tinha “mediana estatura de cor parda, cabellos pretos, notando-se uma madeixa de cabellos brancos no lado direito, de rosto triangular, barbas pretas e pouco serradas”.²⁶⁰ Estava na fazenda há apenas oito dias exercendo essa função. A maioria dos escravos ouvidos no processo não o considerava uma pessoa má, pois “apenas dera quatro relhadas no escravo Estanisláo por ter deixado erva em um pé de café, tendo antes dado em João uma e outra em José, ambos por desobediência do serviço”. Quirino, um escravo da mesma fazenda, disse que o feitor Antonio Bento dera “algumas relhadas em escravos que *precisavam*, por isso não sabia se elle era bom ou máo”.

²⁵⁸ Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz. Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa 16 Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia.

²⁵⁹ Ajoujo – cordão ou corrente com que se prendem ou jungem animais pelo pescoço e usados da mesma forma no trato dos escravos.

²⁶⁰ Idem. Cf. auto de corpo de delito, fl. 6 verso.

Naquele dia, todos seguiam para o cafezal “indo atrás, como de costume, os quatro escravos que estavam em ferros”. Segundo o escravo Diolindo:

(...) ia elle interrogado preso por uma corrente, que estava segura a um argolão, a qual trasia enrolada a cintura para poder caminhar, ajoujado por outra corrente pelo pescoço a seu parceiro e co réu Sabino, guardados pelo co réu Manoel e Paulino preso ajoujado da mesma forma com Damião, guardados pelo feitor.²⁶¹

Logo que passaram a porteira do gramado, já no caminho do mato, Diolindo gritou “fóra”, sinal que costumavam a dar quando tinham alguma “necessidade corporal”, e com isso pararam os quatro presos, o vigia e o feitor. Enquanto o restante da escravaria continuou a caminhada até o local onde deveriam trabalhar naquele dia.

Naquela manhã, o feitor estava “calçado de sapatões”, vestia paletó e usava também um chapéu, além de portar uma faca de ponta e um relho de cabo de pau. Normalmente, os escravos levavam as enxadas utilizadas para fazer a capina no cafezal, mas, segundo os depoimentos de dois dos escravos réus, nem eles que estavam presos,

(...) nem a gente que estava *livre*, levavam nesse dia enchadas ou qualquer ferramenta, porque, se bem que fossem carpir, tinham deixado as enchadas no cafezal, em uma touceira de bananas maçans.²⁶²

Alfredo, escravo casado, de trinta e oito anos, natural de São Luiz do Maranhão, após levar o cargueiro até a estação de Campo Largo retornou ao cafezal. Tudo parecia calmo, mas notou algo de estranho “havia muito pouca gente” no eito. Perguntou então aos companheiros o que estava havendo. Estes lhe contaram que os escravos que estavam em ferros mais o feitor e o vigia ficaram para trás e até aquele momento ainda não tinham aparecido.

Outro escravo da fazenda, de nome Izidoro, também de confiança, inclusive já havia servido como feitor e costumava tomar conta do serviço quando Antonio Bento

²⁶¹ Idem, folha 49.

²⁶² Idem, grifo meu.

se ausentava, receando que houvesse algo de errado, decidiu ir até a sede da fazenda, isto antes que Alfredo chegasse ao cafezal. Cauteloso, Izidoro foi por um outro caminho. Lá chegando encontrou-se com Dona Maria Gertrudes, mulher do tenente Lucas, contando-lhe o acontecido. As senhoras da fazenda, “receando ficarem a sós”, pois não havia homem algum na sede da fazenda, “não deixaram” o escravo Izidoro sair até que o marido de Dona Maria Gertrudes retornasse da estação. Enquanto isso, a pedido dessa mesma senhora, um “camaradinho” da fazenda foi até a estação avisar seu marido “que os escravos presos, o espia e o feitor não tinham aparecido no cafezal”.

Quando Alfredo chegou ao cafezal e disse que não se encontrara nem com Izidoro e nem com os outros que estavam desaparecidos, os escravos Quirino e Vicente, “armando-se de cacete” foram também até a sede da fazenda e retornaram ao ficar sabendo sobre Izidoro. Depois apareceu por lá Izidoro que tomou conta do serviço e ordenou a Quirino e Alfredo que por ordem do tenente Lucas fossem procurar os cinco que estavam desaparecidos.

Os dois escravos então fizeram uma busca no caminho comumente utilizado pelos escravos quando iam ao cafezal. Quando estavam próximos de uma barroca localizada numa curva do caminho observaram diversos vestígios de mato amassado e “marcas de gente calçada e descalça”. Seguindo as marcas localizaram o cadáver do feitor Antonio Bento da Cruz.

Assim que ficou sabendo do encontro do cadáver do feitor, o tenente Lucas Furquim de Campos telegrafou para Atibaia chamando uma força policial para tentar recapturar os criminosos.

Em Bragança, *O Guaripocaba* deu destaque a esse fato com a notícia “Sublevação e fuga de escravos”, onde informava que “um trem especial da [Estrada de Ferro] Bragantina, às 3 horas da tarde de ontem, seguiram para o lugar do conflito as autoridades de Atibaia, praças e vários particulares”.²⁶³ Na certa, essa notícia espalhou-se por toda a região e atemorizou boa parte da população, especialmente, os proprietários de escravos.

Na tentativa de acalmar a população, *O Guaripocaba* trouxe no mesmo dia outra notícia, esta intitulada *Providências*, no qual dizia o seguinte:

²⁶³ *O Guaripocaba*, 31/12/1885.

Correndo boatos de um plano geral de sublevação de escravos em diversas fazendas da província, as autoridades providenciaram de modo que as combinações, se as houve, ficaram frustradas pelo emprego preventivo dos meios repressivos.

Da corte veio para S. Paulo um reforço de 100 praças, e vários contingentes de força foram destacados para diversos pontos do oeste da província.

Felizmente o pânico vai diminuindo, e segundo parece, os receios de insurreição do elemento escravo foram puramente fantásticos e sem fundamento.

Antes assim. (*O Guaripocaba*, 31/12/1885)

Ao publicar essa notícia no mesmo dia em que houve uma “sublevação” de escravos na cidade vizinha, é possível que o jornal local tenha despertado mais temor entre a população, pois, a “sublevação” em Campo Largo parecia confirmar, ao contrário do que dizia o jornal, que “um plano geral de sublevação de escravos em diversas fazendas da província” tinha um fundo de verdade. É preciso ainda considerar que no dia em que *O Guaripocaba* publicou essas notícias as diligências comandadas pelo delegado de Atibaia ainda não tinham chegado a um resultado conclusivo do que ocorrera na fazenda do tenente José Ignácio da Silveira, de modo que a população devia ficar ainda mais alarmada.

O caso era grave e requeria uma atenção especial, por isso o delegado de Atibaia e outras autoridades foram à fazenda no bairro Caiossara, na Freguesia de Campo, onde ouviram diversas testemunhas e informantes, mas, como os cinco escravos envolvidos no assassinato do feitor conseguiram fugir, pouco puderam fazer e o caso ficou sem solução aguardando a prisão dos envolvidos.

Em meados de 1888, portanto já em vigor a lei que extinguiu o regime escravista, dois dos acusados – Manoel e Diolindo – foram presos na Freguesia de Penha de França em São Paulo e encaminhados à cadeia de Atibaia, onde ficaram à disposição da Justiça.

Quando interrogado, Diolindo Polycena, esse é o nome por ele adotado após o fim da escravidão, disse que naquela manhã:

[após] satisfeita a necessidade que os obrigou a ir ao matto seguiram para o cafezal, encontrando-se pouco adiante com Paulino e Damião, trazendo este na mão a faca e o paletot do feitor, Manoel

lhes perguntou o que era aquillo, e Damião repondeo-lhe que tinha feito, tiverão de matar o diabo do caboclo e que tinha morto, e os convidando para fugirem, elle e seu companheiro, que estavam carregados de ferro não exitaram em acceitar o convite, sendo acompanhados na fuga por Manoel.²⁶⁴

Manoel Pedro, aquele que servia de vigia, confirmou essa versão e explicou que aceitou o convite para a fuga, pois ele “não podia resistir aos outros e porque tinha medo de ser castigado na fazenda pela fuga dos presos”.

Diolindo disse que Paulino e Damião também lhe contaram que “repentinamente, ao passarem por uma barroca, saltaram-se para trás e agarrando-se com o feitor, rodaram com elle pela barroca abaixo”. Neste momento, disse-lhe Damião, que conseguiu tirar a faca do feitor “e com ella o matou”.

Embora não saibamos todos os detalhes envolvendo aquele episódio, parece claro que os escravos aproveitaram o momento em que a vigilância era mais vulnerável para atacar o feitor e assim realizar o sonho de liberdade. Como outros, esse caso confirma que, por mais rigorosa que fosse, a dominação senhorial nunca era completa e não conseguia anular as ações dos escravos que, quase sempre, conquistavam alguma brecha no sistema.

Agora devemos retomar o drama protagonizado pela liberta Alexandra. Talvez por considerar injustos os termos do contrato de serviço, ela simplesmente se recusou a acatá-los. Além de onerar economicamente o locatário que contratou seus serviços, Alexandra conseguiu, mesmo que de forma indireta, que seu caso viesse a público através do *Guaripocaba* e assim expôs os abusos cometidos por fazendeiros locais em forma de denúncia, inclusive *com vistas ao Dr. Juiz de Direito*. Certamente este caso teve alguma repercussão, já que a direção do *Guaripocaba* reservou dois espaços do jornal para tratar desse assunto. Esse exemplo parece indicar que a experiência de luta aprendida no cativeiro continuava após a conquista da liberdade, porém, agora a luta é no sentido de afastar-se de qualquer forma de tratamento que lembrasse os tempos de cativeiro.

²⁶⁴ Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz. Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa 16 Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia.

De modo geral, pudemos vislumbrar relações tensas e conflituosas entre senhores e escravos de Bragança e região. Como trabalhamos com fontes qualitativas, talvez fosse adequado recorrer a Alessandro Portelli para nos ajudar a refletir sobre a experiência de ser escravo. Para esse autor, a diferença entre escravos e operários livres:

(...) não consiste tanto nas vezes em que os primeiros eram açoitados, mas no fato de uns *poderem* ser castigados e outros não. Não são as chicotadas efetivamente recebidas, mas as potenciais, que definem o horizonte de expectativas para os escravos, incluídos aqueles que nunca haviam sido açoitados. Se 99 escravos nunca eram chicoteados e, não obstante, um deles recebia 70 chibatadas, a experiência excepcional deste último dava cor às expectativas e ao comportamento de todos os demais: a história estatisticamente excepcional do escravo número cem *representa* o horizonte de possibilidades de todos os demais.²⁶⁵

Assim, os casos abordados, sobretudo em relação à violência senhorial, podem ser entendidos como um *horizonte de possibilidades* que afligia aos demais cativos. Ainda que muitos não fossem castigados severamente, todos estavam sujeitos àqueles castigos e, assim, compartilhavam da mesma experiência de ser escravo.

Porém, a classe senhorial também tinha lá seus temores. Ações planejadas nas senzalas e que poderiam culminar em assassinatos de senhores e feitores ou sublevações de escravos, mesmo se fossem em outras fazendas ou localidades, tiravam o sono da classe senhorial. De outro modo, poderíamos dizer que os batuques da senzala reverberavam na casa-grande. Senhores tinham que rever seus métodos ou se precaver para que tais eventos não se repetissem em suas propriedades, pois isso poderia significar sua ruína.

Para melhor compreendermos essas relações sociais, talvez seja preciso, como afirma Yara Khoury, refazer nossa noção de sujeito histórico:

²⁶⁵ PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". In: *TEMPO*, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, vol.1, nº 2, 1996, p.71.

Isso requer ter em mente a perspectiva de lidar com homens e mulheres não como indivíduos compartimentados, mas fazendo-se socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao tempo em que são moldados por ela. Requer, também, pensar a noção de ação coletiva, não como a que se constituiu nesse mundo que hoje se desfaz diante de nós, mas aquela que se forja em meio a tendências em disputa, vontades e escolhas possíveis nas relações de poder vividas no social.²⁶⁶

Nos casos que apresentamos, nem todos os escravos eram insurgentes. Isso pode ser indicação de que políticas paternalistas implementadas pela classe senhorial davam algum resultado.

Na fazenda de José Ignácio da Silveira, a maioria dos escravos ouvidos como informantes era casada e aparentemente era de confiança dos administradores.²⁶⁷

Izidoro já havia servido como feitor da fazenda e nos momentos em que o feitor Antonio Bento estava ausente “tomava conta do serviço”. Era considerado, pelo então responsável da fazenda, como sendo “sempre fiel”. No momento em que Dona Maria Gertrudes, mulher do tenente Lucas, temia ficar só na sede da fazenda, ela pediu a Izidoro que permanecesse por lá até a chegada de seu marido.

Alfredo também gozava de algum prestígio, inclusive entre seus companheiros de cativeiro. Quando chegou ao cafezal e percebeu que havia algo de errado, “censurou os companheiros por terem deixado Izidoro sair só” e mandou que os escravos Quirino e Vicente fossem averiguar e “eles obedeceram”.

A respeito de Quirino não há muitas informações, mas, como os outros dois escravos, era casado e tinha uma aparente liberdade de movimentação na fazenda.

Perguntado sobre o que fizera das enxadas que levavam quando se deu o delito, Diolindo, um dos que estavam “em ferros”, respondeu que “nem elle e seus companheiros presos, e nem a gente, que estava livre, levavam nesse dia enxadas ou outra qualquer ferramenta.” Este depoimento mostra com relativa clareza o contraste de experiências vividas dentro de um mesmo cativeiro. Enquanto alguns viviam em ferros durante o dia e eram confinados à noite, outros podiam mover-se

²⁶⁶ KHOURY, Yara Aun. “O historiador, as fontes orais e a escrita da história” In: MACIEL, Laura Antunes e outros (orgs.) *Outras Histórias: memórias e linguagens*, São Paulo: Olho D’Água, 2006.

²⁶⁷ Entre esses escravos estavam Izidoro de 40 anos, Alfredo de 38 anos e Quirino de 35 anos.

pela fazenda com relativa facilidade. Estes últimos, embora, também escravos, eram considerados por aqueles que estavam acorrentados, como *livres*.

Manoel, aquele que servia como vigia dos escravos fujões, também era visto com bastante simpatia por todos os depoentes, inclusive o tenente Lucas não acreditava que ele tivesse alguma participação no assassinato do feitor “por ser rapaz novo e sempre ter mostrado boa índole”. Vale lembrar que, em seu depoimento, Manoel disse que só aceitou fugir porque “não podia resistir aos outros e porque tinha medo de ser castigado na fazenda pela fuga dos escravos”.

Não temos muitas informações sobre os escravos que estavam acorrentados, já que apenas Diolindo fora recapturado. Quanto a este cativo, sabe-se que ele era solteiro e tinha 25 anos. Era tido como valentão por uma das testemunhas. Como já dissemos, todos os escravos que estavam “em ferros”, já haviam participado de uma fuga anterior, inclusive era por isso que estavam sendo punidos. Segundo Diolindo, o motivo daquela primeira fuga seria tão somente pela “bravesa de seu ex senhor”.

O que se percebe é que no interior do cativo existiam várias experiências escravas. Certamente isso devia refletir na forma de reagir ao cativo. Vejamos.

Deve-se frisar que embora a vida no cativo não fosse nada fácil para todos os escravos, para uma parcela desses escravos a experiência do cativo devia ser ainda pior. É possível que a maioria desses mais descontentes fosse constituída por cativos com poucos vínculos familiares na fazenda. Talvez fossem recém-chegados que tinham deixado para trás antigos laços familiares ou de amizade e que sonhavam um dia novamente em reatá-los. Também precisamos considerar que os recém-chegados podiam ter experimentado um cativo “melhor” do que o atual. Talvez esses fossem alguns dos principais motivos que faziam alguns escravos serem mais insubmissos que outros. Para esses, a fuga era talvez a única possibilidade de realizar o sonho de liberdade e por isso eram considerados os mais “perigosos” pela classe senhorial.

No entanto, o mesmo cativo podia contemplar outras experiências. Alguns escravos por lá nasceram, cresceram e constituíram família. É possível ainda, especialmente nas fazendas mais antigas, que seus antepassados já estivessem há algumas gerações na mesma propriedade de modo que, ao longo do tempo, foram imprimindo suas marcas na relação senhor/escravo fazendo com que as novas

gerações desfrutassem de muitos “direitos” duramente conquistados pelos seus antepassados que incluíam o direito de constituir família e morar separado do restante do plantel, cultivar sua própria roça e vender os produtos para juntar pecúlio além de descanso aos domingos e dias santos. Os que viviam essa experiência eram menos permeáveis a ações mais radicais, pois temiam colocar em risco suas conquistas que, embora não fossem lá grande coisa, na situação tão adversa em que viviam, o pouco significava muito. Mesmo se tivessem algum êxito, como numa fuga, por exemplo, eles sabiam que a vida daqueles que tinham na pele as marcas da escravidão não era nada fácil, dentro ou fora do cativeiro. Lembrem-se do caso da liberta Alexandra.

No entanto, de modo algum queremos dizer que escravos nessas condições aceitavam pacificamente o cativeiro, na certa eles não concordavam com as regras senhoriais, mas, como diz Kátia Mattoso, eles tinham mil possibilidades de aceitá-las, porém modelando-as²⁶⁸ sem correrem o risco de perderem o que já haviam conquistado.

²⁶⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.122.

Considerações finais

Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no país.

(João José Reis – *Aprender a raça*)

Observamos ao longo desse trabalho que africanos e seus descendentes brasileiros, escravos ou libertos, participaram de todo o processo de constituição de Bragança e região. Para cá começaram a ser trazidos ainda no período colonial. Aqui refizeram suas vidas. Encontraram novos parceiros, constituíram famílias e redes de solidariedade que os ajudaram a enfrentar as agruras cotidianas da vida em cativo.

Como mão-de-obra, esses agentes históricos estiveram presentes nas mais diversas atividades econômicas existentes na região. Nos sítios e fazendas eles podiam ser vistos na lida do café, tratando de animais, cultivando suas próprias roças, conduzindo tropas de muares e realizando variadas tarefas domésticas. Na cidade e em suas redondezas eles eram encontrados alugando seus serviços ou ainda trabalhando como operários em atividades que envolviam madeiras, metais, tecidos, edificações, couros e peles, vestuário e calçados. Há, inclusive, evidências da participação de escravos na construção dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Bragantina.

No entanto, suas vidas não se resumiam ao trabalho, também se divertiam em animados batuques e em ensaios de congada, realizavam práticas de cura, cultuavam suas crenças, enfim, mantinham viva a cultura de matriz africana na cidade, mesmo sendo mal vista por membros da elite, mas com boa aceitação popular. Também pudemos observar alguns deles participando de associações civis, sendo alfabetizados e até improvisando discursos.

Também assistimos escravos perambulando pelo território bragantino com “ganchos” no pescoço, correntes enroladas pelo corpo e com inúmeros sinais de castigo. Contudo, também descobrimos escravos elaborando estratégias de

sobrevivência, resistindo bravamente a capangas senhoriais, lutando pela liberdade ou por melhores condições de vida, cobrando seus “direitos”.

Durante o período pesquisado, a pesquisa constatou que na medida em que os escravos foram conquistando “direitos” os senhores foram perdendo autoridade (poder), portanto, “a escravidão [já] estava ameaçada de extinção”.²⁶⁹ Vale lembrar que muitos desses “direitos” tinham origem em pequenos privilégios concedidos pelos senhores no sentido de manter o controle sobre os cativos. No entanto, pelo costume, esses privilégios foram sendo incorporados pelos escravos como “direitos” e como tal eram cobrados.

Esse processo que solapou o poderio senhorial contou ainda com a colaboração de inúmeros abolicionistas, a maioria formada por integrantes de setores sociais que já não dependiam exclusivamente do braço escravo. Através do parlamento e da imprensa, esses abolicionistas desfechavam duros ataques ao regime escravista brasileiro. Muitos argumentavam que a escravidão era símbolo de atraso e, portanto, não combinava com um país que almejava fazer parte do rol das nações ditas “civilizadas”.

As pressões sociais (inclusive ações violentas de escravos) em prol do fim do regime escravista resultaram em uma série de leis aprovadas por parlamentares brasileiros que, embora postergassem a extinção da escravidão, representaram para os cativos ganhos consideráveis, pois, transformaram alguns “direitos costumeiros” dos escravos em direito positivo. Na prática, isso restringia ainda mais o poderio senhorial, já que os cativos não mais precisavam da boa vontade dos senhores para pleitear alguns de seus “direitos”, como por exemplo: juntar o próprio pecúlio e poder conquistar a alforria através da compra. Entre as medidas tomadas pelo Estado brasileiro podemos citar a proibição da separação de famílias escravas (1869), a Lei 2040 de 1871 (Ventre Livre), a Lei dos Sexagenários (1885) e a abolição dos castigos com açoites (1886). Chalhoub considera que alguns desses “direitos”, em especial as disposições mais essenciais da Lei do Ventre Livre, foram “arrancados” pelos escravos às classes proprietárias.²⁷⁰

²⁶⁹ Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim...* Op. cit., p. 64.

²⁷⁰ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, Op. cit., p.27.

Dessa forma, o regime escravista brasileiro foi gradativamente perdendo sua legitimidade e a classe senhorial foi se convencendo de que, para seus projetos futuros, não mais poderia contar com o braço escravo. É dentro dessa nova conjuntura histórica que começam a serem gestadas algumas ideias que visavam o aproveitamento do trabalhador nacional e do imigrante, sobretudo, europeu. É nesse contexto que assistimos o jornal local defender um melhor tratamento tanto para o escravo quanto para o trabalhador nacional (a maioria formada por afro-brasileiros). Talvez esse fosse um dos poucos recursos de que a classe senhorial ainda dispunha para manter os futuros libertos nas mesmas propriedades em que serviam como escravos.

É nessa “atmosfera” que surge o *Club dos Escravos*. Portanto, penso que essa associação de escravos não pode ser vista como um sinal de bondade de alguns senhores locais, mas sim como resultado das pressões sociais exercidas sobre a classe senhorial. Desse modo, podemos considerar o *Club dos Escravos* como uma medida estratégica da classe senhorial que visava manter o controle daquele processo histórico que se desenrolava. Assim, acredito que a classe senhorial esperava construir uma imagem mais positiva de seus integrantes e, quem sabe, ainda despertar a gratidão de muitos de seus cativos. Futuramente, isso poderia se traduzir em ganhos políticos e econômicos.

No entanto, com a expectativa da extinção da escravidão no país, já havia entre integrantes da classe dirigente sinais de preocupação em organizar o trabalho livre. Desse modo, não podemos descartar também a hipótese de que o *Club dos Escravos* tivesse a finalidade de preparar os cativos para ocupar os “novos” espaços sociais que a elite lhes reservava num futuro não muito distante. Lembre-se de que, para as elites, os negros ainda não estavam preparados para a vida em liberdade. Em diversas ocasiões, representantes da elite mostraram-se atemorizados (ou incomodados) com a possibilidade de um considerável número de negros terem a liberdade de escolha de patrões e das condições de trabalho. De qualquer forma, é possível perceber que as ações dos cativos tinham impacto na sociedade oitocentista brasileira e forçavam setores hegemônicos da sociedade a tomar medidas *paternalistas* que, embora tivessem a finalidade de aumentar o domínio sobre os cativos, eram percebidas pelos cativos como conquistas.

Espero que este trabalho consiga desmistificar a suposta “bondade” dos senhores locais. Mesmo porque, o regime escravista não comporta de forma alguma tal adjetivo. Como já demonstramos, durante o regime de escravidão, todos os escravos estavam sujeitos aos mesmos castigos senhoriais.

Algo que precisa ser ressaltado nessa pesquisa é o fato de que os sujeitos sociais de pouco prestígio social a que buscamos dar maior visibilidade neste trabalho, e que foram negligenciados ao longo do tempo pela memória histórica local, representavam a maior parte da população de Bragança durante o período focalizado por nossa pesquisa. Penso que cabe às novas gerações discutir quais os reais motivos que levam uma sociedade a tentar apagar de sua história agentes que também ajudaram a constituí-la. Talvez esse seja o momento de se discutir os efeitos perversos do racismo e da discriminação que permeiam, como um todo, a sociedade brasileira, mas que nunca é reconhecida como tal.



Arquivos, Acervos e Fontes consultados

1 – CDAPH/USF (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação/ Universidade São Francisco)

- *Jornal O Guaripocaba* (1877-1888)
- Fundo do Poder Judiciário de Bragança Paulista
 1. Ação de Liberdade, Aleixo, escravo do finado Ignácio de Souza de Moraes, 1837, caixa 45, pasta 17.
 2. Ação Sumária de Liberdade. AA: Estevão, Lúcia e João, escravos de Maria Rosa (Ré), viúva de Generoso Pires Cardoso, 1871, caixa 81, pasta 05.
 3. Auto de Liberdade, Adão, Paulo e Delfina, pertencentes aos herdeiros do finado Felix Domingos de Farias, 1872, caixa 82, pasta 04.
 4. Ação de Liberdade, Eva, escrava liberta da finada Anna Joaquina de Toledo, 1872, caixa 82, pasta 08.
 5. Ação Sumária de Liberdade (traslado), José Africano, escravo de Luiz Antonio Lopes da Silva, 1874, caixa 85, pasta 04.
 6. Ação Sumária de Liberdade (traslado), José Africano, escravo de Luiz Antonio Lopes da Silva, 1874, caixa 85, pasta 04.
 7. Ação de Liberdade. Benedito africano, 1875. Réu: Luiz Álvares da Cruz. Remetido a 28 de Fevereiro de 1875 – Tribunal da Relação de São Paulo, caixa 85, pasta 13.
 8. Ação de Liberdade, A: Joaquim africano, R: Manoel José Chaves, Carolina Chaves, Maria Chaves e Elisa Chaves, 1878, caixa 89, pasta 08.
 9. Ação de Liberdade (traslado), Antonio, escravo de Antonio Alves Malaquias, 1880, caixa 91, pasta 02.
 10. Ação de Liberdade – A: Eva, liberta, réu: Beraldo Leme de Moraes (por erro de digitação consta Novaes na capa da pasta) , 1883, caixa 94, pasta 14.
 11. Arbitramento de Valor. Escravo Daniel de propriedade de Jacintho Antonio de Lima, 1873, caixa 84, pasta 03.
 12. Arbitramento do valor de Anna, escrava pertencente a Francisca Antonia de Lima, 1875, caixa 85, pasta 09.
 13. Arbitramento do valor de escravo Evaristo, dono: Emigdio Correa da Silveira Peruche, 1882, caixa 94, pasta 03.

14. Arbitramento de valor de escravo Luiz, proprietário: Theodoro José Barbosa, 1887, caixa 102, pasta 02.
15. Arrecadação de bem de evento, um tordilho e um selim velho, 1875, caixa 85, pasta 09.
16. Auto cíveis de Justificação – Justificante: Esperança Maria das Dores, 1872, caixa 82, pasta 08.
17. Auto de Corpo de delito – V: Joaquim (escravo do finado José Joaquim Maciel) (cadáver), 1862, caixa 72 pasta 10.
18. Auto de corpo de delito. João, escravo do maj. Beraldo Innocêncio D'Almeida Leme, 1870, caixa 80 pasta 04.
19. Auto de corpo de delito. Pantaleão (cadáver) escravo de José Alves Cardoso, 1871, caixa 81, pasta 01.
20. Auto de Corpo de Delito – V: Benedicto Miguel de Andrade (filho de escrava), 1872, caixa 82, pasta 07.
21. Auto de Corpo de delito. V: Victorino, escravo de Joaquim Ignácio da Silveira (cadáver), 1873, caixa 84, pasta 08.
22. Auto de corpo de delito V: José, escravo de José Joaquim de Oliveira, 1874, caixa 85, pasta 04. (Suicídio)
23. Auto de Corpo de delito V: Joana, escrava morta do Ten. Francisco Alves Cardoso, 1874, caixa 85, pasta 04.
24. Auto de Corpo de delito V: Antonio Bahiano, preto. 1875, caixa 85, pasta 11.
25. Auto de Corpo de Delito. V: Antonio José Pinheiro, cadáver (enforcamento), 1875, caixa 85, pasta 11.
26. Auto de Corpo de delito – V: Faustino, escravo de José da Cunha Magalhães, 1879, caixa 90, pasta 01.
27. Auto de Corpo de delito (traslado) V. Theodoro Franco de Camargo, 1887, caixa 102, pasta 07.
28. Auto de Corpo de Delito. V: Rogério João Maria, ex-escravo do falecido ten. Cel João Candido Ferreira, 1887, caixa 102, pasta 05.
29. Auto de Justificação de Embargo. Emte – José Gomes da Rocha Leal, Emdo – João Batista Thegani, 1881, caixa 93, pasta 04.
30. Auto de perguntas ao preto João, escravo de Miguel Pereira, 1877, caixa 87, pasta 10.

31. Avaliação de casa deixada para a liberta Ritta, ex-escrava do finado Candido Furquim de Campos (ten.cel), 1884, caixa 94, pasta 01.
32. Crime de Ofensa Moral e Bons Costumes. Réus: Salvador Pessanha Falcão, João Pessanha Falcão Filho, João Chrisostomo Martins Ferreira, Manoel Eusébio Ribeiro e Antonio Ferreira, 1882, caixa 94, pasta 9.
33. Denúncia crime-Réu: Benedicto pardo, Autor: Joaquim Antonio de Lima, 1877, caixa 88, pasta 06.
34. Depósito, Reqte: Dionízio, ex-escravo de Luiz Gonzaga Villaça, 1882, caixa 94, pasta 03.
35. Entrega de escravo: Joaquim Novaes Coutinho de Araújo, 1866, caixa 76, pasta 10.
36. Embargo (traslado) – Embargante: Jesuino, Paulo e Thereza (escravos), Embargado: Cel. Antonio Manoel Gonçalves, 1883, caixa 90, pasta 04.
37. Escritura de doação- D: Gertrudes de Cerqueira Cezar, 1858, caixa 67, pasta 07.
38. Exame de cadáver(afogamento), Vítimas: Justina, mulata forra e sua filha Catarina de 10 annos, 1888, caixa 104, pasta 08.
39. Exumação e corpo de delito, VV. Feliciano e José (menores), filhos de Juliana, 1871, caixa 81, pasta 06.
40. Folhas avulsas, 1872, caixa 82 pasta 03. (Levantamento de escravo)
41. Folhas avulsas, 1872, caixa 82 pasta 03. (Pedido de Soltura do escravo Balduino, feito por seu dono Dr. José Rubino de Oliveira.
42. Folhas avulsas, de Gertrudes, escrava pertencente à finada Dona Cristina Maria de Godoy, 1883, caixa 94, pasta 10. (Reclamação de depósito)
43. Folhas avulsas, Queixa de Felicio de Siqueira França referente à fuga de sua escrava Zeferina, 1884, caixa 95, pasta 12.
44. Folhas avulsas, Auto de perguntas a Jeremias Gaspar da Cunha (foi preso por ser suspeito de ser escravo) 1884, caixa 95, pasta 12.
45. Folhas avulsas, Pedido de instauração de inquérito policial contra Aureliano Dantas, 1884, caixa 95 pasta 12.
46. Interrogatório: Amador, escravo preso, 1861, caixa 71, pasta 01.
47. Interrogatório – Antonio e Julio (escravos presos), 1861, caixa 71, pasta 01.

48. Justificação. J: Adão Lopes de Moraes e João Paulo de Oliveira. J: Justino Franco de Oliveira (Manut. de Div. Escravos), 1868, caixa 78, pasta 04.
49. Mandado de prisão.: Réu: Luiz, escravo de (A)Aureliano Gomes de Azevedo, 1863, caixa 73, pasta 08.
50. Mandado de prisão. A: Fructuoso de Oliveira Dorta, Réu: Joaquina, sua escrava, 1878, caixa 89, pasta 02.
51. Manutenção com depósito de menor, menor: Rufina, filha da liberta Benedita que foi escrava da finada Maria Francisca Alves, Requerente: Benedicta Pedroza, mãe da menor, 1870, caixa 80, pasta 10.
52. Ofício do Inspetor de quarteirão enviado ao delegado local, V: Lauriano de tal, 1886. (espancamento), caixa 100, pasta 01.
53. Petição para libertar o escravo Domingos da prisão, A: Maria Rosa da Silva Leme, 1858, caixa 68, pasta 04.
54. Processo-Crime por uso de armas proibidas. R: Joaquim de tal, camarada de Agostinho Penancino, 1887, caixa 101, pasta 07.
55. Protesto para indenização (traslado). Ingênuo: Verônica, pertencente ao protestante Antonio Jose de Oliveira, 1881, caixa 93, pasta 08.
56. Queixa crime- Réu: José da Cunha Magalhães, 1865. A: Severino de Lima Franco, caixa 75, pasta 12.
57. Relação de contratos sobre escravos e liberdades, 1873-1887. Caixa 84 pasta 09.
58. Relação de Meias Sisas de escravos, 1878-1880. Caixa 88 pasta 11.
59. Sumário de Culpa - Vítima: Ephigênia, escrava de Joanna Nepomuceno do Valle e Silva, 1866, caixa 76, pasta 04.
60. Sumário de culpa- Réu: Caetano, escravo do alferes José Mariano de Camargo Pimentel, 1868, caixa 78, pasta 08.
61. Sumário de culpa. RR. Antonio, José e Marcelino, escravos do Cel. José Franco de Andrade, 1870. Caixa 79 pasta 12.
62. Sumário de culpa. R: Ignácio, escravo de Quintiliano da Silva Pinto e Adão, escravo de Joanna Francisca de oliveira, 1870, caixa 80, pasta 04.
63. Sumário de culpa – A: A Justiça. RR: Maria de tal mulher de José Antonio do Couto e Maria, escrava do Dr. Miguel Jorge Montenegro, 1871, caixa 81, pasta 14.

64. Sumário de Culpa – Réu: Antonio José da Luz e Silva, Ofensas físicas ao seu escravo Balduino, 1872, caixa 82, pasta 06.
65. Sumário de Culpa. Réu: Floriano Francisco de Oliveira, 1872 (Acusado de exercer “medicina” de forma ilegal), caixa 82, pasta 10.
66. Sumário de culpa. A: José da Silveira Franco, R: Policena Dias, 1873, caixa 84, pasta 08.
67. Sumário de culpa – Réu cap. Bernardo Avelino de Carvalho Pinto, 1873, pasta, caixa 84, pasta 02.
68. Sumário de culpa. R: Silvestre, escravo do Major Antonio Gonçalves de Oliveira e Justina Maria da Conceição, 1874, caixa 85, pasta 07.
69. Sumário de Culpa. Réu: Hypolito Firmino de Souza Peruche, 1877, caixa 88, pasta 03.
70. Termo de Bem Viver. R: Francisco Rodrigues Paes, 1879, caixa 90, pasta 02.
71. Termo de Segurança. A: Elias da Silveira Franco. R: Antonio José de Moraes Dantas, 1870, caixa 79, pasta 12.
72. Testamento do Tenente Coronel João Candido Ferreira In: Apelação nos Autos de prestação de contas de Testamento, 1887, caixa 102, pasta 03.

b) Inventários:

1. 1849 – Berto de Lima Bueno, caixa 59 pasta 08.
2. 1850 – Anna de Souza Sardinha, caixa 59, pasta 17.
3. 1855 – Cândida de Souza, caixa 64, pasta 10.
4. 1855 – Francisco Xavier Ferreira da Cunha, caixa 64, pasta 12.
5. 1856 – Pe. Policarpo Joaquim de Oliveira Cezar, caixa 65, pasta 06.
6. 1859 – Lourenço Justiniano de Souza Leme, caixa 69, pasta 07.
7. 1865 – Anna Joaquina, caixa 75, pasta 03.
8. 1865 – Joaquim Antonio Pinto, caixa 75, pasta 08.
9. 1867 – Joaquim Maria de Godói, caixa 76, pasta 11.
10. 1870 – Manoel Victorino Bueno, caixa 80, pasta 08.
11. 1870 – Francisco Gomes Moreira (ten.), caixa 80, pasta 03.
12. 1871 – Manoel Joaquim de Godói, caixa 81, pasta 13.
13. 1874 – Francisco Pires Pimentel, caixa 84, pasta 12.
14. 1874 – Emília Rosa da Conceição, caixa 84, pasta 11.

15. 1875 – Manuel José Lopes, caixa 86, pasta 08.
16. 1879 – Aureliano de Oliveira Pinto, caixa 89, pasta 14.
17. 1880 – Joaquina Correa de Godói, caixa 91, pasta 10.
18. 1880 – Joaquim Mariano da Cruz (cap.), caixa 91, pasta 11.
19. 1881 – Gertrudes Lauriana, caixa 93, pasta 01.
20. 1882 – Ten. Cel. Cândido Furquim de Campos, caixa 94, pasta 02.
21. 1884 – João Candido Ferreira, caixa 96, pasta 08.
22. 1885 – José Pires de Oliveira, caixa 98, pasta 05.
23. 1885 – Severino de Lima Franco, caixa 98, pasta 08.
24. 1886 – Cel. Francisco Emilio da Silva Leme, caixa 99^B, pasta 03.
25. 1887 – Cel. Antonio Manoel Gonçalves, caixa 102, pasta 11.

2 – AESP (Arquivo do Estado de São Paulo)

- Ofícios Diversos – de autoridades locais enviadas ao governo provincial. (1870-1886)
- Jornais paulistanos que publicaram notícias de Bragança – *A Província de São Paulo e Correio Paulistano*.
- Livro Paroquial de Bragança de nº 29 – Registro nº 772 – Registro de posse de terra de Joaquim, escravo de Gertrudes Angelica , 1856.
- Livro Paroquial de Bragança de nº 29 – Registro nº 785 – Registro de posse de terra de Roque, escravo de José de Oliveira Cesar, 1856.

3 – CEDHAL/USP – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

- Censo de 1872

4 – Museu Municipal Oswaldo Russomano (Bragança Paulista)

- Livro de Classificação dos Escravos Para Serem Libertados Pelo Fundo de Emancipação de Bragança – 1873 a 1888.

5 – Câmara Municipal de Bragança Paulista

- Código de Posturas Municipais de 1858, 1877²⁷¹ e 1881.

²⁷¹ Obs.: este código foi publicado pelo jornal local *O Guaripocaba*.

- Xerocópias de jornais locais como o *Cidade de Bragança* e o *Bragança Jornal Diário*.

6 – Arquivo da Cúria Diocesana de Bragança Paulista

- Livro de Batismo de Ingênuos (1872-1888)

7 – Arquivo do Poder Judiciário de Atibaia

- Sumário de Culpa pelo Assassinato de Antonio Bento da Cruz (feitor), Réus: Deolindo, Paulino e Manoel, escravos do Tenente José Ignácio da Silveira e Damião e Sabino, escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos, 1886, Caixa 16 Júri 1º Ofício – Fórum de Atibaia.

8 – Primeiro Cartório de Atibaia (1850-1888)

- Cartas de alforria (carta de liberdade; escritura de liberdade; libertamento; liberdade; alforria;); escrituras de compra e venda de escravos; escrituras de doação de escravos; procurações; escritura de partilha e divisão amigável de cinco escravos; escritura de notificação de dote; escritura de dote; escritura de penhor; escritura de partilha; etc.

9 – Fontes Impressas

ALMANACK de Bragança para 1900. Typ. Comercial Bragança, 1899.

ANNUÁRIO para 1902. Typ. da Cidade de Bragança, 1901.

ANNUÁRIO para 1904. Typ. Andrade & Mello, 1903.

ALMANACH Bragantino para 1914, organizado pela Papelaria Almeida, 1913.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876* / coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques; e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3.ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1938 (1.ª ed. 1838)

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Francisco César de. *Estrada de Ferro Bragantina: uma trajetória nos trilhos do tempo (1872-1967)*. Bragança Paulista: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista / Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1998.
- _____. *História da imprensa Bragantina*. Bragança Paulista: Centro de Memória Regional/USF, 1982.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. “Batismo da Liberdade: os abolicionistas e o destino do negro” In: *História: Questões e Debates*, 9(16), Curitiba, Jan. 1988, p.38-65.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1991. (Estudos CEDHAL 7.)
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- _____. “E.P. Thompson e a Historiografia Brasileira: revisões críticas e projeções.” In: Projeto História 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1995. p.57-75.
- _____. “Tradição, cultura e protesto popular no Brasil – 1780 – 1880”. In: Projeto História 16: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.09-24.
- BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. *Autos cíveis de tutoria e contrato de órfãos na Comarca de Bragança Paulista-SP 1871-1900*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação da Universidade São Francisco, 2005.

- BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores de escravos no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. 4.^a Edição São Paulo: Brasiliense, 1986, p.197-221.
- _____. "Sobre o conceito da história" in: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. 4.^a Edição São Paulo: Brasiliense, 1986 p.222-232.
- BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e Dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. "Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX". In: LOCUS: revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, 1997. Volume 3, n.º 1. p.108-115.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BRITES, Olga. "Memória, preservação e tradições populares." In: *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1992, p.17-20.
- BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CADERNOS DO CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL, Universidade São Francisco, v.1, n.º 2. Bragança Paulista: CMR, 1993.
- CÂMARA Municipal de Bragança Paulista. *Trajetória e identidades, 1797-1997 Câmara Municipal Da Estância de Bragança Paulista*. Bragança Paulista, SP: Câmara Municipal, 1998.

- CARVALHO, Cleto Marinho de. *Genealogia dos distritos, municípios e comarcas paulistas*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1988. (Coletânea Coriolano Nogueira Cobra)
- CERTEAU, Michel de. "Fazer com: usos e táticas" in: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes 1994. p. 91-106.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. "Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio". In: *Revista Brasileira de História v.8 n.º16*, p.83-105, mar.88/ago.88.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia – 4.ª ed.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. *Da monarquia à república: momentos decisivos – 7.ª ed.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CRIMES EM SÃO PAULO, Catálogo de fundos dos Juízos da Capital existentes no Arquivo do Estado de São Paulo (1821-1899). São Paulo: IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- _____. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920)*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os silêncios da Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX". In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, vol.28, n.º 1, 1985, p.45-60.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sergio Milliet. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995
- _____. "Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea". In: Projeto História 17: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.223-258.
- _____. "Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império – 1824-1881" in: *Historiografia brasileira em perspectiva*. Marcos Cezar de Freitas (org.) 2.ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.p. 57-72.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 18.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação". In: Projeto História n.º 4. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1985.p.21-37
- _____. "Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa". In: Projeto História 10: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1993. p.73-90.
- _____. e outros (orgs.). *Muitas memórias, outras Histórias*, São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- FERREIRA MERINO, Nazaré Paulista e suas relações com a região bragantina e a grande São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1976, dissertação de mestrado.

- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. & GOES, José Roberto. "Tráfico atlântico e socialização parental entre os escravos do agro fluminense, séculos XVIII e XIX." In: *População e família – Vol.1, n.º 1 (jan./jun.1998)*. São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, 1998. p.09-82.
- FONER, Eric. "O significado da liberdade". In: *Revista Brasileira da História*. São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, mar./ago. 1988.v. 8, n.º 16. p. 9-36.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala – formação da família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 16.^a ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973.
- _____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25.^a ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU/PUC-RJ, 1996.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. "A Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão – Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX.". In: *Revista História*. São Paulo, 120, p. 153-162, jan./jul. 1989.
- GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram*. Tradução de Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Brasília, DF: CNPq, 1988.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso; Tradução dos poemas José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GLEZER, Raquel. "História da Historiografia brasileira construção e permanências". In: *Historiografia brasileira em debate: "olhares, recortes e tendências"*. Eni de Mesquita Sâmara (org.). São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP, 2002.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.^a ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GOULART, José Alípio. "Os castigos e seus instrumentos". In: GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo: castigos de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, p.55-71 e 133-141.
- GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil – 26.^a ed.* – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOERNER, Andrei. "Mudança e continuidades do Poder Judicial na crise da sociedade escravista" in: KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, Departamento de Ciência Política-USP, 1998. p.81-14
- LAMONIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1888*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. (Org.) *Escravidão – Revista Brasileira de História* (Número especial dedicado ao tema escravidão). São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8. n.º 16, março de 1988/agosto de 1988.

- _____. “*BLOWIN’ IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil.*”.
In: Projeto História 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1995. p.43-56
- _____. “Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil”. In: Projeto História 16: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.25-38
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Região Bragantina – Estudo Econômico Social (1653-1836)*. Marília, SP: Faculdade de Ciências e Letras de Marília, s/d.
- LOWENTHAL, David. “Como conhecemos os passado”. In: Projeto História 17: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.63-201.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, EDUSP, 1994.
- MACIEL, Laura Antunes e outros (orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*, São Paulo: Olho D’Água, 2006.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimento de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.
- MARTINS, Nelson Silveira. *Atibaia (O paraíso possível na terra)*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1940.
- MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Bragança 1763-1942*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1943.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas – 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.337-383

- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (1.^a ed.: Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995)
- _____. “Campesinato e escravidão”. In: *Escritos sobre história e educação – Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos, João Fragoso (orgs) Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.p.331-350.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “No Brasil escravista: relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1, 2: set. 1981. p.219-233.
- _____. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. In: *Revista Brasileira de História*. Mar./ago.1988.v.8, n.º 16, p. 37-55.
- _____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução James Amado. São Paulo: Brasilense, 2003.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001
- _____. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. – 2.^a – Edição. São Paulo: Contexto, 1991.
- MOTTA, José Flavio. “A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos.”. In: *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. Eni de Mesquita Sâmara (org.). São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP,2002.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3.^a ed. São Paulo: Governo do Estado, 1938 (1.^a ed. 1838)

- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. "A formação das fazendas de café em Valença: um estudo dos processos jurídicos contra pequenos proprietários". In: *Escritos sobre história e educação – Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos, João Fragoso (orgs) Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.p.389-400.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. "Vestígios de um cotidiano: Trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)". In: *Boletim de Pesquisa / Programa de Estudos Pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.º 1*. São Paulo: EDUC, 1991. p.30-40.
- _____. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté 1871-1895*. Tese (Doutorado) – PUC/SP, 2001.
- PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de; *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, Introdução de Eduardo Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, e outras. *A pesquisa em História*. 4.^a ed. São Paulo: Ática, 2002.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- PORTO, Ângela. (org.) *Doenças e escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz, 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. "Escravidão Negra em Debate". In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. Marcos Cezar de Freitas (org.) 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- REIS, João José. "Aprender a Raça: racismo, multiculturalismo, escravidão, música negra, História do Brasil.". In: *Veja 25 Anos – reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Três, 1993. p.188-195.

- _____. e GOMES, Flavio dos Santos (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO Jr., Florisvaldo Paulo. *De Batuques e Trabalhos: Resistência Negra e a Experiência do Cativo – Uberaba, 1856/1901*.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio – Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- _____. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organização Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROLNIK, Raquel. “História urbana: história da cidade”. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco A. A. Filgueiras (Orgs.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sergio Milliet. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “A Família Negra no Brasil”. In: *Revista História*. São Paulo, 120, p. 27-44, jan./jul. 1989.
- _____. “Os Testamentos de libertos como Fonte para a história da escravidão” in: *Revista Brasileira de História*. Mar./ago.1988.v.8, n.º 16, p. 266-268.
- SANTOS, José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23.^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVA, César Mucio. *Processos-Crime: Escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo, 1950. s/e.
- SIQUEIRA, Lucília. *Bens e costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da Cafeicultura paulista (1840-1895)*. Tese (doutorado) apresentada à FFLCH/USP, 1999.
- _____. *Sitiantes e cafezais: o desenvolvimento da cafeicultura nas pequenas propriedades de Socorro/SP, 1840-1895*. Trabalho apresentado no I Seminário de História do Café, Itu, 2006.
- SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no século XIX". In: *Estudos Econômicos 13 [1]*. São Paulo: IPE, 1983, p. 117-140.
- _____. "Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / ANPUH, Mar./ago.1985.v.5, n.º 10, p. 166-96.
- _____. "Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX". In: *Revista Brasileira de História*. Mar./ago.1988,v.8, n.º 16, p. 189-203.
- _____. "Senhores e subalternos no Oeste paulista". In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.233-290.
- _____. "A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX." In: *População e família – Vol.1, n.º 1(jan./jun.1998)*. São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, 1998. p.09-82.
- _____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, E. P. "Tem a História uma teoria?". In: *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.23-34

_____. "Intervalo: a lógica histórica" In: *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.47-62.

_____. "O termo ausente: experiência" In: *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.180-200.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível" in: *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.49-130.

_____. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, História Social USP, 1998.

ZICMAN, Rennée Barata. "História através da imprensa – algumas considerações metodológicas". In: Projeto História 4: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1985. p.89-101.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)